

**Vol. 5, n. 2**  
**Edição 10**  
**Edição O Mercado de Ideias, 2020**



**Departamento de Economia**  
**Universidade de Brasília (UnB)**



ISSN: 2525-6750

## **Eco da Graduação**

Departamento de Economia

Universidade de Brasília

## **Corpo Editorial**

### **Editores Responsáveis**

Daniela Freddo

Andrea Felipe Cabello

Lucca Henrique Gustafson Rodrigues



## **Sumário**

### **Relação Brasil - OCDE: um inquérito sobre a influência norte-americana na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico ..... 5**

Bruno Motta Amat, Gabriel Lucas Soares Miranda Louzeiro e Guilherme Gomes de Barros de Souza

### **Amazônia: uma discussão acerca do desenvolvimento sustentável ..... 33**

Carolina Borges, Joãa Vitor de Sá Resende, Lucca Henrique Gustafson Rodrigues, Marcos Ferreira Couto Pinto e Matheus Yoshikawa

### **Mercado de Trabalho: Investigação sobre Desemprego, Informalidade e Desigualdade..... 59**

Amanda de Castro Lana, Gustavo Silva Tavares de Oliveiras, João Pedro Sales Moura, Marcílio Antônio da Silva Neto e rafael Braz de Oliveira

### **O mercado drogas no Brasil: uma análise política e econômica ..... 95**

Antônio Elias, Giovanna Sousa e Rebeca La-Rama





## **Relação Brasil - OCDE: um inquérito sobre a influência norte-americana na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**

### **Brazil - OECD relation: an inquiry about the North-American influence on the Organization for Economic Co-operation and Development**

Bruno Motta Amat  
Gabriel Lucas Soares Miranda Louzeiro  
Guilherme Gomes de Barros de Souza

#### **Resumo**

Este artigo propõe a hipótese de que a influência dos Estados Unidos da América seria determinante no aceite a novos membros da OCDE. A OCDE agrega as nações mais ricas do mundo e que possui critérios detalhados para aceitar novos membros na Organização. O Brasil passou a se aproximar da OCDE na década de 1990 e em 2017 solicitou a entrada na Organização, apoiada pelos Estados Unidos em 2019. Estabeleceu-se um modelo econométrico para determinar se a maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos aumentaria as chances do país em ser aceito na OCDE e utilizou-se ser membro da OTAN como *proxy* para a proximidade política de um país aos EUA. O modelo foi regredido com modelo de probabilidade linear, com modelo de efeitos fixos com dados em painel e utilizando as metodologias de Probit e Logit. A variável OTAN foi estatisticamente significativa em todos os modelos, o que reforçou a hipótese de que ser politicamente aliado aos EUA aumentaria as chances de um país em ser membro da OCDE. Assim, após apoio dos EUA, o Brasil passou a ter chances reais de entrar na OCDE como membro efetivo.

**Palavras-chave:** OCDE, Brasil, Estados Unidos da América, OTAN, Econometria.

#### **Abstract**

*This article proposes the hypothesis that the influence of the United States of America would be decisive in the acceptance of new members to the OECD. The OECD aggregates the world's richest countries and it has detailed criteria to accept new members in the Organization. Brazil started getting close to the OECD in the 1990s and in 2017 it requested its membership to the Organization, which was endorsed by the USA in 2019. An econometric model was established to determine if the closer relation between Brazil and the USA would increase Brazil's chances of being accepted as an OECD member and the NATO membership was used as a proxy for a country being politically close to the United States. The model was regressed with a linear probability model, a fixed effects, panel data model, and with the Probit and Logit methodologies. The NATO variable was statistically significant in all models, thus reinforcing the hypothesis that being politically allied to the USA would increase the chances of a country to be an OECD member. Therefore, after the USA's endorsement, Brazil began to have real chances of becoming an effective OECD member.*

**Key-words:** OECD, Brazil, United States of America, NATO, Econometrics.

## **1. Introdução**

A visita do presidente brasileiro Jair Bolsonaro a Washington em março de 2019 foi um momento crucial para as relações entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nela, pela primeira vez, o país teve o seu pleito de entrada como membro pleno da OCDE apoiado pelo mandatário americano, Donald Trump, o que foi clara mudança da anterior reticência dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o assunto (PASSARINHO, 2019).

A partir desse marco, a possível entrada do Brasil na OCDE passou por importante discussão política e econômica no país. Todavia, desde a década de 1990, o Brasil já havia iniciado um movimento de colaboração e aproximação com a OCDE (GODINHO, 2018; PINTO, 2000). Mesmo assim, somente a partir da chancela do governo americano que o pleito brasileiro - existente desde 2017 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2017) - passou a ter real possibilidade de se concretizar.

Dito isso, este artigo busca analisar a razão do apoio americano ter sido considerado tão importante para a ambição do Brasil em ser membro da OCDE, mesmo depois de décadas de colaboração entre o governo brasileiro e a Organização. A seção 2 deste artigo faz uma breve introdução à OCDE, sua origem e seu papel como organismo internacional e analisa como se dá o procedimento de acessão à Organização. Em seguida, a seção 3 detalha a relação entre o Brasil e a OCDE desde os anos de 1990 até 2020. Por sua vez, a seção 4 estabelece um modelo econométrico que associa a proximidade de um país com os Estados Unidos da América e a chance deste país ser membro da OCDE. Por fim, a seção 5 traz a conclusão deste artigo.

## **2. A OCDE**

### **2.1. Breve histórico da OCDE**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma entidade internacional que desenvolve políticas voltadas para a promoção da prosperidade, da igualdade e do bem-estar da sociedade. Para isso, a OCDE coopera com governos de diversas nações com o intuito de estabelecer normas internacionais e construir soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais. Além disso, os objetivos atribuídos à Organização vão desde a ampliação da performance econômica

e estímulo a criação de empregos até o incentivo ao desenvolvimento da educação e a luta contra a evasão fiscal (OCDE, 2019).

É importante destacar que a OCDE é composta por 37 países e, para alcançar os seus objetivos, promove encontros entre governantes, parlamentares, representantes da sociedade civil e do meio acadêmico, dentre outros. Assim, a Organização favorece a formação de novos conhecimentos por meio do intercâmbio de informações e contribui para o aprimoramento de políticas públicas por intermédio de orientações aos Estados membros (OCDE, 2019).

Contudo, a OCDE não foi criada com suas características atuais. Originalmente denominada Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE), foi criada em 1948 com o objetivo de reerguer a economia europeia - enfraquecida devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial - por meio da coordenação dos fundos advindos do Plano Marshall, auxílio financeiro norte-americano destinado aos países europeus afetados pela referida guerra. Entretanto, considera-se que o término do processo de recuperação econômica do continente europeu no final da década de 50 significou a conclusão do principal objetivo atribuído a OECE. Ademais, os processos de descolonização ocorridos na África e Ásia contribuíram para a formação de novos países subdesenvolvidos, os quais passariam a ser considerados na geopolítica internacional, aumentando, dessa forma, o grau de interdependência entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Por esse motivo, a OECE, uma Organização voltada para os problemas internos da Europa e que se valia do auxílio financeiro proveniente dos Estados Unidos, “já não dispunha de mecanismos apropriados para responder aos desafios do novo equilíbrio internacional” (PINTO, 2000, p.17).

Portanto, fez-se necessária a criação de uma nova instituição que atendesse as necessidades de adaptação da OECE à política econômica mundial do pós-guerra – marcada pela polarização entre o eixo socialista e capitalista – e que servisse como um “centro para o pensamento econômico dos países desenvolvidos comprometidos com o fortalecimento do sistema de economia de mercado” (PINTO, 2000, p.17). Em virtude de tais circunstâncias, em 1961, constitui-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir da reformulação sobre a OECE.

Com a evolução do bloco, outros países passaram a desejar entrar na Organização e para isso foram criadas rodadas de acesso. A OCDE, formada por 20 países em sua criação, agregou quatro novos membros na década de 1970 (Austrália,

Finlândia, Japão e Nova Zelândia). Na década de 1990, outros quatro países se tornaram membros (Coréia do Sul, Hungria, México, República Tcheca). Já nos anos 2000, a Eslováquia adentrou ao grupo e na década de 2010, Chile, Eslovênia, Estônia, Israel, Lituânia e Letônia entraram na Organização (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.2). Em 28 de abril de 2020 a Colômbia ingressou no bloco (OECD, 2020).

Assim, a Organização conta, em 2020, com 37 países membros, 1 candidatos a acesso (Costa Rica) e 5 parceiros-chave (Brasil, Índia, China, África do Sul e Indonésia) (OCDE, 2019). Já o processo de acessão da Rússia, iniciado em 2007, foi suspenso em 2014, após a invasão da região da Crimeia na Ucrânia (OCDE, 2014).

## **2.2. Procedimento de acessão à OCDE**

Dado o desejo de outros países em entrarem na OCDE, definiu-se um processo para esse acesso. A OCDE afirma que esse procedimento é complexo e não seria apenas uma aceitação de sua convenção, mas também seria necessário participar de diversas rodadas de acesso ao bloco (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018).

A OCDE criou critérios de avaliação para que um país participe previamente do bloco. Essa etapa é fundamental para se tornar um membro ativo já que objetiva o alinhamento do país com os princípios da Organização. Esses critérios são: (I) Estado de prontidão, representa a aderência ou processo de aderência a instrumentos adotados pela instituição, bem como a capacidade do país de participar efetivamente da OCDE; (II) Comprometimento com os valores da OCDE; (III) Quadro institucional, avaliação do sistema do governo do país; (IV) Fatores econômicos chave, considerando a performance econômica do país nos últimos 5 anos em relação à média dos países já membros; e (V) Relações com a OCDE, participação nos comitês e aderência aos instrumentos mesmo não sendo um membro (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.3).

Quanto ao “Estado de prontidão” são abordados três aspectos: 1) Economia e Governança, onde analisam-se as características de livre mercado, transparência fiscal, sistema financeiro estável e transparente, acesso à informação; 2) Engajamento, no qual avaliam-se as características de capacidade de manter o processo de acesso cumprindo as obrigações de um membro da Organização, participação ativa nos

principais comitês da OCDE, comparabilidade de dados e desenvolvimento de políticas; e 3) Impacto, onde analisa-se o papel do país na economia global (OCDE, 2017, p.7).

Já o “comprometimento com os valores da OCDE” pode ser entendido no seguinte trecho:

Membros da OCDE continuam a formar uma comunidade de nações comprometidas com os valores de democracia baseados no Estado de Direito e direitos humanos e aderência aos princípios de uma economia transparente e livre. O principal objetivo da organização é promover um maior e mais limpo crescimento econômico e aumentar os empregos junto com os padrões de vida das populações. Para essa análise são identificados desafios políticos relacionados à economia, pautas sociais e ambientais além de designar políticas para melhorar o bem-estar das pessoas ao redor do mundo (OCDE, 2011, p. 2, tradução própria).

Quanto ao “quadro institucional”, observa-se: 1) Tipo de governo; 2) Divisões administrativas; 3) Sistema legal; 4) Órgão executivo; 5) Órgão legislativo; 6) Órgão judiciário; 7) Banco Central; e 8) Autoridade de competição econômica (OCDE, 2017, p.9).

Ademais, a análise dos “fatores econômicos chave” se baseia em uma série de indicadores econômicos como: População; Área do país; Produto Interno Bruto (PIB); PIB de setores específicos (Agricultura, manufatura e serviços); Gasto do Governo; Exportações, Importações; Conta corrente da balança de pagamentos<sup>1</sup>; Dívida externa; Inflação; Força de trabalho; Desemprego; Auxílio desemprego; e Investimentos Diretos Externos (OCDE, 2017, p.9).

O quinto fator a ser levado em conta para se tornar membro são as relações do país com a OCDE”, que analisa a participação nos comitês da Organização, aderência aos seus instrumentos legais e participação nas ferramentas de relações globais (OCDE, 2017, p.10).

Em cartilha publicada em 2018, a OCDE apresentou uma pontuação de países membros e parceiros no critério de comprometimento com os valores da entidade. Dentre os índices abordados estão o *EOCD Restrictiveness Index* (mensura a abertura da economia a investimentos externo sendo que o valor 1 representa uma economia fechada e o uma economia aberta) [FDI], *Rule of Law Indicators of the World Justice Project* (busca demonstrar se o Estado de Direito é aplicado na prática, sendo o para

---

<sup>1</sup> Consiste no conjunto da Balança comercial (importação e exportação de bens), Balança de serviços (importação e exportação de serviços), Renda Primária (Envolve remunerações ligadas a juros e lucros), Renda secundária (Transferências de renda sem contrapartida) (BCB, 2015).

fraco Estado de Direito e 1 para forte) [WJP], *UNDP's Human Development Index* (Busca identificar o desenvolvimento além do econômico) [IDH], *Universal Human Rights Index* (Busca demonstrar o comprometimento do governo com as pautas de direitos humanos de forma que o valor 1 simboliza alto desenvolvimento e o baixo desenvolvimento), *Transparency International Corruption Perception Index* (Analisa a corrupção do setor público sendo o valor 0 para extremamente corrupto e 100 para sem corrupção) [TI] (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.4).

Foram adicionados, também, dois indicadores sobre direito dos trabalhadores: *Penn State University/ILO Labour indicators* (relacionado a liberdade de contratação e poder de barganha de trabalhadores coletivos sendo o valor zero para forte poder de barganha e valor um para fraco) [PSLU/ILO] e *ITUC Human and Trade Union Rights index* (Mensura o grau de respeito do país para com o direito dos trabalhadores sendo 1 para sem violações e 5 para sem garantia de direitos) [ITUC] (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.6).

A tabela abaixo apresenta as notas de alguns países nesses quesitos:

**Tabela 1: Pontuação no comprometimento com valores da OCDE (2018)**

País	Relatório de direitos humanos	Pontuação o WJP	Pontuação TI	Pontuação IDH	Pontuação FDI	Pontuação o PSLU/IL O	Pesquisa ITUC
Austrália	22	0,81	77	0,939	0,15	1,09	1
Áustria	15	0,81	75	0,89	0,11	0,38	1
Canadá	15	0,81	82	0,92	0,17	1,8	2
Chile	22	0,67	67	67	0,847	0,06	3
Croácia	19	0,61	49	0,827	n/a	1,31	2
Finlândia	15	0,87	85	0,895	0,02	0	1
França	19	0,74	70	0,9	0,04	1,44	1
Alemanha	16	0,83	81	0,93	0,02	1,32	1
Israel	10	n/a	62	0,899	0,12	1,44	3
Itália	18	0,65	50	0,92	0,05	0,91	1
Letônia	17	n/a	58	0,83	0,03	1,25	2
Nova Zelândia	22	0,83	89	0,915	0,24	2,78	2
Portugal	12	0,72	63	0,84	0,01	1,7	2
Suécia	19	0,86	84	0,91	0,06	0,73	1
Turquia	22	0,42	40	0,77	0,06	6,72	5
Reino Unido	21	0,81	82	0,91	0,04	0,48	4

Estados Unidos	22	0,73	75	0,92	0,09	4,9	4
<b>Média da OCDE</b>		<b>0,73</b>	<b>68</b>	<b>0,89</b>	<b>0,07</b>	<b>4,9</b>	<b>4</b>
Argentina	18	0,58	39	0,827	0,03	3,65	4
Brasil	18	0,54	37	0,754	0,1	3,11	4
China	15	0,5	41	0,738	0,33	10	5
Colômbia	19	0,68	59	0,776	0,05	2,9	2
Costa Rica	19	0,68	59	0,689	0,05	2,9	2
Rússia	20	0,47	29	0,804	0,19	4,48	3

Legenda: Em laranja - Média dos países da OCDE.

Fonte: Trade Union Advisory Committee to the OECD (2018, p.10). Elaboração própria.

### 3. Histórico da Relação Brasil – OCDE

#### 3.1. Princípios do Relacionamento

Primeiramente, é importante ressaltar que, em 1978, a OCDE convidou o Brasil para participar do Comitê de Aço dada a relevância da indústria siderúrgica do país no mercado mundial (PINTO, 2000). Embora o Governo Brasileiro não tenha aceitado participar de tal Comitê na época, considera-se que esse convite representou um dos primeiros contatos estabelecidos entre o Brasil e a Organização. Posteriormente, a partir da década de 1990, observou-se um desenvolvimento da relação entre o Brasil e a OCDE em virtude da maior abertura da OCDE à participação de países não membros em instâncias da Organização e também pela eleição, no Brasil, do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), que orientou uma política de maior aproximação do país com economias avançadas (PINTO, 2000).

Em 1991, uma delegação brasileira, liderada pelo embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, realizou missão exploratória à OCDE com a finalidade de obter informações sobre os órgãos que compõem a Organização. Dessa maneira, seria possível ponderar em quais destes o Brasil poderia ingressar no futuro e verificar os procedimentos para admissão de novos membros (PINTO, 2000). Os resultados advindos dessa missão, indicados no relatório desta, pontuaram: (I) interesse dos países-membros da OCDE em relações mais próximas com o Brasil; (II) sugeriram uma estratégia de aproximação gradual por meio da participação em determinadas áreas entre o país e a Organização; (III) indicaram medidas de “caráter prático e administrativo” que favoreceriam a implementação da referida estratégia; e (IV) identificaram desafios referentes a aproximação do Brasil com a OCDE (PINTO, 2000).

Tais desafios se relacionavam: (I) à superação de resistências internas por meio do conhecimento recíproco, motivo pelo qual a seleção das áreas de atuação seria feita de modo que o Brasil participasse de comitês que objetivassem a troca de informações e experiências entre países; e (II) à disponibilidade de um quadro de funcionários que fossem qualificados para representar o Brasil em eventos de comitê promovidos pela OCDE (PINTO, 2000). As áreas de interesse assinaladas foram: Departamento Econômico; Comitê de Revisão Econômica e Desenvolvimento; Comitê de Administração Pública; Comitê de Indústria; Comitê de Aço; e Comitê de Meio Ambiente (PINTO, 2000).

Segundo Godinho (2018, p.189), os desdobramentos da política externa brasileira em relação à OCDE seguiram as considerações previstas no relatório da missão exploratória de 1991. Tal fato é corroborado quando se observa, durante meados da década de 1990, o contínuo processo de integração do país na categoria de país-observador em diversos comitês da Organização, dentre os quais: Comitê do Comércio em 1997; Comitê de Governança Pública (Sucessor do Comitê de Administração Pública) em 2001; Comitê de Concorrência em 1998; entre outros.

Vale destacar que o país se tornou um membro pleno do Comitê do Aço em 1996 e do grupo de trabalho sobre a Convenção Antissuborno da OCDE em 1997. Além disso, observa-se que outro desdobramento associado à aproximação gradual do Brasil foi o estabelecimento do Programa da OCDE para o país em 1998 (GODINHO, 2018). Considera-se que tal programa suscitou os Estudos da OCDE (*Economic Survey*) sobre o Brasil e revisões por pares sobre políticas brasileiras na área de concorrência - nos anos de 1999 e 2000 - e meio ambiente no ano de 2005 (GODINHO, 2018).

### **3.2. Relacionamento Brasil – OCDE no século XXI**

#### **3.2.1. Perspectivas de mudanças na OCDE**

Tendo em vista o nível de engajamento alcançado pelo Brasil em relação à OCDE no final da década de 1990, observou-se que o país se manteve ciente sobre qualquer perspectiva de mudança que pudesse ocorrer na Organização. Tal fato é

reafirmado pela missão à OCDE - organizada em 2004 pelo então subsecretário geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty – que teve a finalidade de obter informações acerca das discussões relacionadas à possível ampliação da Organização e aos relacionamentos desta com países não-membros (GODINHO, 2018). Segundo Godinho (2018, p.191), os resultados provenientes dessa missão indicaram: (I) o estágio ainda inicial dos diálogos sobre a implementação da estratégia de ampliação da OCDE; (II) o sentimento favorável por parte dos países membros em relação a possível entrada do Brasil na Organização; e (III) a importância atribuída às reflexões sobre os custos e benefícios referentes a tal entrada “em paralelo com a avaliação da própria evolução da Organização” (GODINHO, 2018, p. 191).

### **3.2.2. GIT e Evolução da Participação Brasileira na OCDE**

Em 2005, o Grupo Interministerial do Trabalho (GIT) foi criado com o objetivo específico de administrar a atuação brasileira na OCDE (GODINHO, 2018). Dentre as funções desse órgão, destacam-se: análise de estudos sobre OCDE; desenvolvimento de estudos concernentes às relações entre o Brasil e OCDE; análise sobre a adequação da política e legislação brasileira aos instrumentos da Organização; administração da participação do Brasil em órgãos da Organização; auxílio a promoção de eventos da OCDE no Brasil; e divulgação de estudos da OCDE sobre o país (GODINHO, 2018).

A partir de 2006, observou-se a ampliação da participação brasileira em variadas instâncias da Organização nas categorias de participante e membro ou associado. Como participante, o país ingressou no Comitê de Estatística (2006), no Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas (2007) e no Grupo de Trabalho sobre Segurança de Produtos ao Consumidor (2010). Como membro ou associado, o país ingressou no Conselho Diretor do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (2013), no Grupo de Trabalho sobre Indicadores dos Sistemas Educacionais (2013), no Fórum Global de Transparência e Troca de Informações na Área Tributária (2009), dentre outros. Até o ano de 2018, o Brasil participava de 47 instâncias da Organização. Em comparação ao ano de 2006, quando o país registrava participação em 30 instâncias, nota-se que a ampliação da cooperação do Brasil com a OCDE, sob a forma de participação em instâncias por exemplo, reflete o contínuo desenvolvimento da relação entre o país e a Organização nos últimos anos (GODINHO, 2018).

### **3.2.3. Engajamento Ampliado**

Em 2007, a OCDE lançou o Programa de Engajamento Ampliado, uma iniciativa voltada para o aprofundamento das relações entre a Organização e a África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia (Ministério da Economia, 2019). Godinho (2018, p. 97) comenta que tal iniciativa se diferenciou das outras formas de cooperação então firmadas pela OCDE com países não-membros. O autor ainda comenta que a Organização estabeleceu diversas atividades de integração para os cinco países em questão, dentre as quais destacam-se: maior nível de integração às atividades de revisão por pares e comitês relacionados ao intercâmbio de experiências; e participação na elaboração de bases de dados e indicadores (GODINHO, 2018).

Em 2012, o Brasil se tornou um parceiro-chave (*key-partner*) da OCDE, condição que o permite ingressar mais facilmente em comitês, órgãos e grupos de trabalho da Organização (Ministério da Economia, 2019). Nota-se que a contínua aproximação do Brasil com a OCDE, bem como a relevância do país no cenário internacional, contribuiu para a sua inclusão neste programa, o qual visa o estreitamento da relação de cooperação entre a Organização e economias emergentes (THORSTENSEN; GULLO, 2018).

### **3.2.4. Acordo Marco de Cooperação com a OCDE**

É indubitável que a relevância econômica e política dos países considerados parceiros-chave da OCDE contribuiu para a sua contínua aproximação com a Organização. No entanto, observa-se que o relacionamento entre ambas as partes não se restringiu somente ao Programa de Engajamento Ampliado, uma vez que a OCDE estabeleceu programas de trabalho e acordos de cooperação com os parceiros-chave a fim de institucionalizar a sua relação com estes.

Em 2015, o Brasil negociou o Acordo Marco de Cooperação com a OCDE, o qual permite

aprofundar e sistematizar o relacionamento com a OCDE e estabelecer uma base jurídica única para as contribuições financeiras aportadas pelo Brasil em contrapartida de sua participação nas várias instâncias da Organização (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015).

Sobre o teor do documento relacionado ao acordo, observa-se que foram feitas considerações a respeito da cooperação existente entre o Brasil e a OCDE, destacando os diversos órgãos que o Brasil participa, da agenda em comum de políticas públicas

(criação de empregos, crescimento inclusivo e ambientalmente sustentável, dentre outros) e dos benefícios mútuos advindos de tal cooperação (GODINHO, p.235, 2018).

Além disso, é importante ressaltar que o Acordo determina

encontros anuais para a identificação de áreas de cooperação prioritárias, acompanhamento de implementação de políticas, serviços e resultados, além do estabelecimento de programas bienais conjuntos de trabalho com base em interesses mútuos (THORSTENSEN, GULLO, p.21, 2018).

### **3.2.5. Programa de Trabalho Brasil – OCDE 2016-2017**

Em novembro de 2015, firmou-se a Declaração Conjunta sobre o Programa de Trabalho Brasil-OCDE. Além de representar um desdobramento do processo de institucionalização das relações entre o Brasil e a OCDE, considera-se que tal Programa reafirma as possibilidades de benefícios mútuos advindos da aproximação gradual do país com a Organização. Acresce também que o seu documento ressalta a “perspectiva brasileira de que a cooperação com a OCDE facilitaria o enfrentamento de desafios no plano das políticas pública domésticas” (GODINHO, p.237, 2018) e aponta a “avaliação de benefício para a OCDE de participação ativa do Brasil no intercâmbio de experiências e conhecimento em suas instâncias” (GODINHO, p.237, 2018).

É importante salientar que a assinatura do Programa de Trabalho indica que a participação brasileira na OCDE terá novas oportunidades e desafios em relação às atividades do país na Organização (GODINHO, 2018). Segundo o Programa de Trabalho, estima-se que o Brasil ingressará em 43 instâncias adicionais, levando em conta que o país já participa de 47 instâncias. Caso essa estimativa se concretize, o país participaria de 90 instâncias da OCDE (GODINHO, 2018). Vale destacar que o Brasil é aderente a 37 instrumentos da Organização e, recentemente, solicitou adesão a mais 76 instrumentos (OCDE, 2018), o que reflete o constante desenvolvimento da relação que o país tem com a OCDE.

### **3.2.6. Pedido de acesso à OCDE em 2017**

Em maio de 2017, o Governo Brasileiro apresentou o pedido de acesso à OCDE por meio de uma carta enviada à Organização (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2017). Desde aquela época, o país iniciou o processo de adesão aos seguintes instrumentos:

Código de Liberalização do Movimento de Capitais e Código de Liberalização de Operações Correntes de Intangíveis (THORSTENSEN, GULLO, 2019).

Na época, previa-se que o pedido de acessão brasileiro seria analisado e aprovado rapidamente, uma vez que as relações entre o Brasil e a Organização se desenvolveram de forma ininterrupta desde a década de 1990. No entanto, em virtude da falta de acordo entre os países membros, a análise sobre tal pedido foi interrompida. Considera-se que o principal obstáculo que justifica essa interrupção seja a posição contrária do governo norte-americano quanto a entrada simultânea de vários países na Organização e pela sua preferência inicial à entrada da Argentina (FERNANDES, 2018).

Uma mudança importante em relação aos pedidos de acessão à OCDE se deu quando, no início de 2020, o governo norte-americano se comprometeu a apoiar a entrada do Brasil na Organização, decisão que se contrapôs ao apoio inicial, direcionado a Argentina até aquele momento (PASSARINHO, 2020). Todavia, considera-se que essa mudança de posicionamento por parte dos Estados Unidos deve-se, em grande medida, às concessões que o Governo Brasileiro promoveu com base nas exigências feitas pelo Governo Americano, como a abdicação ao tratamento diferenciado (condição de país em desenvolvimento) na Organização Mundial do Comércio (OMC), isenção de vistos aos cidadãos norte-americanos que vem ao Brasil, dentre outras (PASSARINHO, 2020).

Ademais, deve-se considerar também o avanço do alinhamento ideológico e político entre os dois países. Tal fato é evidenciado pela fala do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, em sua primeira visita a Casa Branca, em que afirmou “Eu tenho certeza que num futuro próximo é muito bom contar com um bom relacionamento de direita” (G1, 2020, p.1).

Portanto, espera-se que o Brasil se torne um membro pleno da Organização nos próximos anos, uma vez que o governo brasileiro vem promovendo a adequação da legislação nacional de acordo com as normas defendidas pela OCDE em diversas áreas, como economia e meio-ambiente. Além disso, vale destacar que “dado o histórico de aproximação entre o Brasil e a OCDE, o pedido de acessão brasileiro segue uma ordem evolutiva na relação entre o país e a Organização” (THORSTENSEN; GULLO, p.21, 2018).

## 4. Modelo econométrico de acesso à Organização

### 4.1. Descrição do modelo

Para analisar a possível entrada do Brasil na Organização, foi elaborado um modelo econométrico cuja variável dependente é uma variável *dummy*<sup>2</sup> que define se o país é membro da OCDE ou não é membro da OCDE. O principal objetivo deste artigo foi verificar se, com o alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos, aumentaria a probabilidade de entrada do Brasil na Organização.

Como forma de mensurar a proximidade política e ideológica de um país com os Estados Unidos, optou-se por utilizar o fato de um país ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para explicar a razão de tal escolha, será explicado brevemente, abaixo, a origem dessa organização internacional.

A OTAN foi criada em abril de 1949, no contexto da Guerra Fria, com o intuito de fazer frente ao avanço da influência militar e econômica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Europa após a Segunda Guerra Mundial (NATO, 2020; MELO, 2018). Sua criação teve participação central dos Estados Unidos, os quais eram vistos como essenciais para auxiliar os países europeus enfraquecidos pela guerra em sua oposição à URSS. Nesse período de disputa entre as superpotências - EUA e URSS -, estimulou-se a criação de políticas de lealdades mais consistentes com esses dois países. Dessa forma, um acordo de aliança militar entre países aliados aos EUA estava de acordo com a lógica bipolar do período (MELO, 2018).

A OTAN passou por adaptações após o fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética, ampliando os seus membros com a entrada de países europeus anteriormente socialistas e se tornando não só uma aliança militar, mas também uma organização de segurança coletiva para os seus membros. Mesmo assim, fazer parte da OTAN continuou a simbolizar um alinhamento político e militar com os Estados Unidos e potências europeias como Reino Unido, França e Alemanha (MELO, 2018).

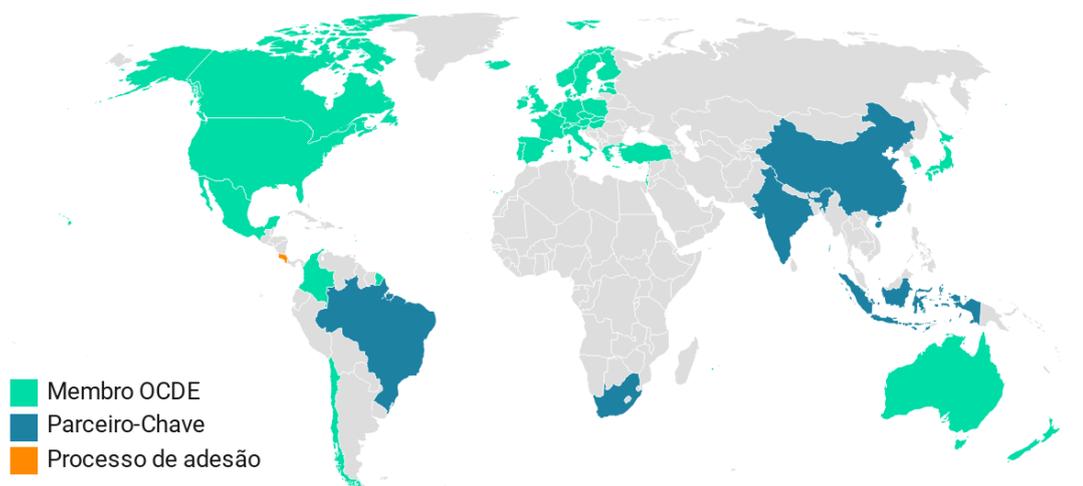
---

<sup>2</sup> Variável cujos valores podem ser apenas 1 (verdadeiro) ou 0 (falso).

Por esse motivo, optou-se por utilizar a qualidade de membro da OTAN como *proxy*<sup>3</sup> para ser aliado, militarmente e politicamente, aos EUA.

Por mais que OTAN apresente um limite geográfico, é possível observar que a maioria dos países da OCDE estão compreendidos na mesma região da OTAN.

**Figura 1: Países da OCDE**



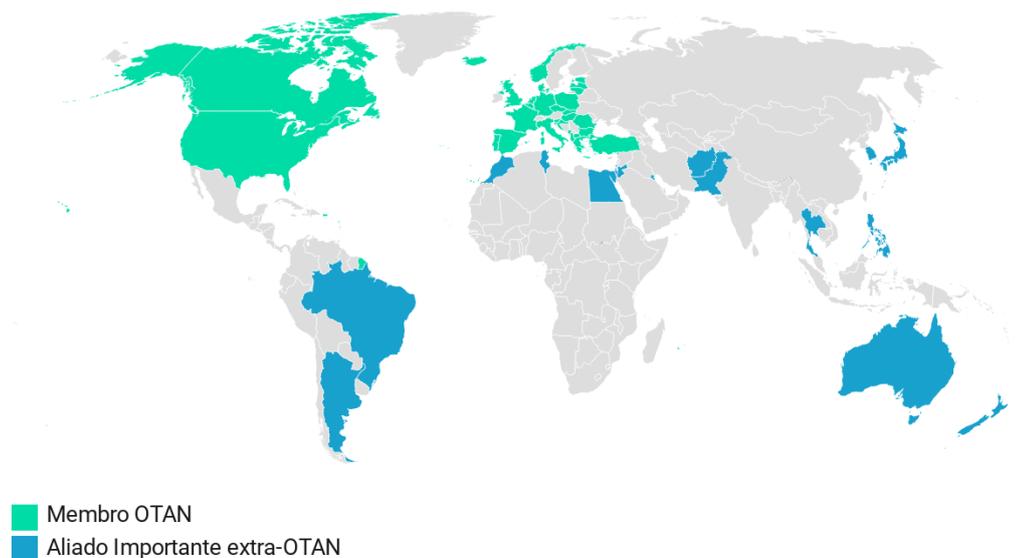
Fonte: OCDE (OCDE, 2020). Elaboração própria.

Além disso, na Figura 2 são destacados os países da OTAN e os aliados extra-OTAN<sup>4</sup> mais importantes dos EUA.

**Figura 2: Países da OTAN e Aliados importantes extra-OTAN**

<sup>3</sup> Proxy é uma “variável que é utilizada no lugar da variável de interesse quando essa variável de interesse não pode ser medida diretamente” (OXFORD REFERENCE, 2020, p.1, tradução nossa).

<sup>4</sup> Alguns dos benefícios desta caracterização são: Colaboração no desenvolvimento de novas tecnologias militares, acesso privilegiado à indústria bélica americana, aumento do compartilhamento de juntas militares bem como a financiamento de equipamentos militares (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL, 2019).



Fonte: OTAN (OTAN, 2020) e Departamento de Estado dos Estados Unidos (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS POLÍTICO-MILITARES DO GOVERNO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS., 2020).  
Elaboração própria.

A partir da semelhança entre os países dos dois blocos foi desenvolvido um modelo com o objetivo de mensurar a influência americana na entrada de um país no bloco.

Assim, foi adicionada uma estimação de efeitos fixos, no qual é possível eliminar fatores constantes no tempo (os resultados da estimação estão na tabela 3). Esse método centraliza os valores na média de cada variável explicativa e realiza a regressão no modelo de MQO agrupado de todas essas variáveis (WOOLDRIDGE, 2016, p.535).

Para estimar os modelos foi utilizada uma base de dados com 45 países<sup>5</sup> e optou-se por corte contendo apenas países que apresentassem relação com a OCDE, seja como membro, parceiro-chave ou que tenha solicitado o acesso (a Arábia Saudita também foi adicionada por fazer parte do G20). Ademais, o período de tempo utilizado na regressão foi de 2002 a 2017, ou seja, 16 anos. Dessa forma, por se tratar de um curto intervalo de tempo, assume-se que elementos como caráter das instituições e

<sup>5</sup> África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça e Turquia.

cultura são constantes e, assim, não seriam necessárias variáveis para analisar seu comportamento no modelo.

Além disso, as bases de dados de alguns países não são contínuas, como é o caso dos dados da Argentina. Deste modo, caso esse país fosse adicionado na base de dados analisada, seria necessário retirar alguns períodos de tempo. No entanto, ressalta-se que, caso fosse adicionado mais um ano ao modelo, seria necessário abdicar de alguns países na amostra por não apresentarem alguns dos dados a serem analisados. Assim, buscou-se otimizar o número de países e períodos de tempos considerados no modelo, de forma a não excluir nem um ano ou Estado fundamentais para essa análise.

Os modelos contaram com as seguintes variáveis: (I) OTAN (indica se o país está ou não nessa Organização); (II) FDI (indica o Investimento Estrangeiro Direto [IED] que o país recebe em percentual do PIB)<sup>6</sup>; (III) Imports\_b (indica o valor de importações *free on board* [FOB]<sup>7</sup> do país, dividido por um bilhão)<sup>8</sup>; (IV) Inflation (representa a inflação)<sup>9</sup>; (V) Life\_expectancy (representa a expectativa de vida)<sup>10</sup>; e (VI) Education (indicador utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para avaliar educação<sup>11</sup>)<sup>12</sup>.

As variáveis referentes ao IED e às importações se relacionam com o grau de abertura da economia, fator considerado de suma importância para acessar o bloco. As variáveis que consideram expectativa de vida e educação buscam apresentar parâmetros de qualidade de vida nesses países. Por fim, OCDE é a variável dependente do modelo e OTAN é a variável de interesse que busca representar a influência americana na Organização.

Ressalta-se que se havia utilizado a variável PIB per capita no modelo, contudo ela apresentou a alta correlação com a variável de expectativa de vida (0,64). Esta alta

---

<sup>6</sup> Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Foreign direct investment, net inflows (% of GDP). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>>.

<sup>7</sup> Não considera os valores de frete no cálculo do preço das importações.

<sup>8</sup> Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Imports of goods and services (constant LCU). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NE.IMP.GNFS.KN>>.

<sup>9</sup> Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Inflation, consumer prices (annual %). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG>>.

<sup>10</sup> Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Life expectancy at birth, total (years). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN>>.

<sup>11</sup> Utiliza como base os anos médios de estudo e a expectativa de anos de estudo (PNUD, 2020).

<sup>12</sup> Fonte: PNUD (2020). Série: Education Index. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>.

correlação ocorreu pois países com maior expectativa de vida também possuem habitantes com maior renda. Assim, para evitar problemas de multicolinearidade, a variável PIB per capita foi omitida do modelo e seu efeito passou a ser demonstrado pela variável de expectativa de vida.

## 4.2. Modelos econométricos

### 4.2.1. Modelo de probabilidade linear

O primeiro modelo é pautado em uma análise de probabilidade linear utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e assumindo a hipótese de homocedasticidade dos resíduos. O objetivo dessa metodologia é fazer uma análise causal entre as variáveis OCDE e OTAN, controlando com as outras variáveis do modelo.

Os resultados dessa regressão podem ser observados nas tabelas abaixo.

**Tabela 2: Modelo de probabilidade linear**

Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	0,239	0,000
FDI	-0,002	0,094
Life_expectancy	0,046	0,000
Imports_b	-4,67E-08	0,318
Inflation	0,002	0,719
Education	0,455	0,002
Constante	-3,361	0,000
R2	0,51	
Teste F (7, 712)	105,99	

Fonte: Elaboração própria.

### 4.2.2. Modelo de efeitos fixos

O problema presente na regressão de probabilidade linear é que cada país apresenta elementos fixos, como instituições e cultura, os quais não são possíveis de ser mensurados. Para corrigir essa dificuldade utilizou-se o agrupamento de dados em

painel, ou seja, os dados de cada país serão observados ao longo do tempo. Dessa forma, há uma dependência temporal e geográfica (diferente no caso da regressão por modelo de probabilidade linear).

Para garantir a consistência das estimações do modelo de efeitos fixos, realizou-se o teste de Hausman, que se baseia em testar a hipótese nula de que os efeitos não observados não estão correlacionados com as variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2016, p. 548). O resultado de teste foi um p-valor de 0,0568, ou seja, em um intervalo de confiança de 90%, pode-se recusar a hipótese nula e garantir que no modelo de efeitos fixos os coeficientes são consistentes.

A tabela abaixo demonstra os resultados dessa regressão.

**Tabela 3: Modelo de efeitos fixos**

Variáveis de painel: País, Ano		
Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	0,189	0,000
FDI	-0,001	0,426
Life_expectancy	0,046	0,000
Imports_b	-6,84E-08	0,180
Inflation	-0,002	0,373
Education	-0,993	0,000
Constante	-2,159	0,000
R2 Geral	0,4	
Teste F (44, 668)	54,97	

Fonte: Elaboração própria.

#### **4.2.3. Modelos de probabilidade normal e logarítmica**

Como a variável dependente é binária (valor 0 para falso e 1 para verdadeiro) é possível utilizar o método de regressão assumindo uma distribuição de probabilidade diferente da linear. O problema dessa distribuição é que as probabilidades ajustadas das variáveis podem ser menores que 0 ou maiores que 1 e o efeito parcial médio delas é constante (WOOLDRIDGE, 2016, p. 648).

Para corrigir esse problema são utilizados dois métodos: I) Probit, que assume a distribuição normal; e II) Logit, que assume a distribuição logarítmica. Abaixo são demonstrados os resultados de regressão utilizando Probit e Logit respectivamente.

**Tabela 4: Modelo de regressão Probit**

Distribuição de probabilidade normal		
Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	1,66	0,000
FDI	-0,018	0,009
Life_expectancy	0,371	0,000
Imports_b	1,83E-07	0,620
Inflation	0,039	0,140
Education	-1,448	0,148
Constante	-27,662	0,000
Pseudo R2	0,55	
LR chi2 (6)	476,98	

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 5: Modelo de regressão Logit**

Distribuição de probabilidade Logarítmica		
Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	3,036	0,000
FDI	-0,03	0,020
Life_expectancy	0,679	0,000
Imports_b	3,49E-07	0,623
Inflation	0,075	0,127
Education	-3,203	0,071
Constante	-50,252	0,000
Pseudo R2	0,55	
LR chi2 (6)	477,05	

Fonte: elaboração própria.

No entanto, ressalta-se que esses modelos, por não apresentarem valores constantes dos coeficientes das variáveis, não demonstram a magnitude exata dos efeitos das variáveis no modelo e apenas comprovam o tipo de efeito (positivo ou negativo) e a significância delas. Para encontrar a magnitude é necessário calcular o efeito marginal das variáveis (WOOLDRIDGE, 2016).

Nessa estimação o efeito parcial da variável OTAN é 0,467 no modelo de Probit e 0,451 no modelo de Logit.

### **4.3. Análise dos coeficientes**

Quanto aos resultados, observa-se que a variável OTAN é estatisticamente significativa em todas metodologias utilizadas, o que reforça a hipótese de que ser um país politicamente alinhado aos Estados Unidos aumenta as chances de ser um membro da OCDE. Pela estimação, ser membro da OTAN aumenta as chances de o país ser membro da OCDE em 24% pelo modelo de probabilidade linear, e em 19% pelo modelo de efeitos fixos. Já pelo modelo de distribuição de probabilidade normal a chance aumenta em 47% e pelo modelo de distribuição logarítmica a chance aumenta em 45%

Tal fato é corroborado quando se observa o breve período que um país leva para emitir um pedido de acessão à OCDE após ter se tornado um membro da OTAN. Alguns países que antes formavam a Iugoslávia e União Soviética, países socialistas, tiveram rápido acesso aos dois órgãos, como pode ser observado na tabela 6 abaixo. No entanto, o caso que mais se destaca é o da Turquia que, em 1952, tornou-se membro da OTAN e, em 1961, foi o 9º país a adentrar a OCDE, tornando-se membro da Organização antes de países como Alemanha, Suécia e Holanda. Ademais, todos os países membros da OTAN no período da criação da OCDE se tornaram membros da Organização no seu primeiro ano de vigência. Vale ressaltar que o objetivo desse modelo não foi relacionar se o país entra primeiro na OCDE ou na OTAN e sim a presença dos países em ambas Organizações.

**Tabela 6: Entrada dos países que formavam a Iugoslávia e a União Soviética**

País	Entrada na OCDE	Entrada na OTAN
Eslováquia	2000	2004
Eslovênia	2010	2004
Estônia	2010	2004
Hungria	1996	1999
Letônia	2016	2004
Lituânia	2018	2004
Polônia	1996	1999
República Tcheca	1995	1999

Fonte: OTAN (OTAN, 2020) e OCDE (OCDE, 2020). Elaboração própria.

Já as variáveis que representavam o grau de abertura da economia (*FDI* e *Imports*) e de estabilidade financeira (*inflation*), não apresentaram valores estatisticamente significantes no modelo de efeitos fixos. Isso ocorreu pois essas variáveis seriam constantes no curto período de tempo apresentado (16 anos). Esse resultado poderia demonstrar que a maioria dos países estudados são financeiramente estáveis e com grau de abertura econômica constante no tempo (tanto para economicamente muito aberto, quanto para mais fechado).

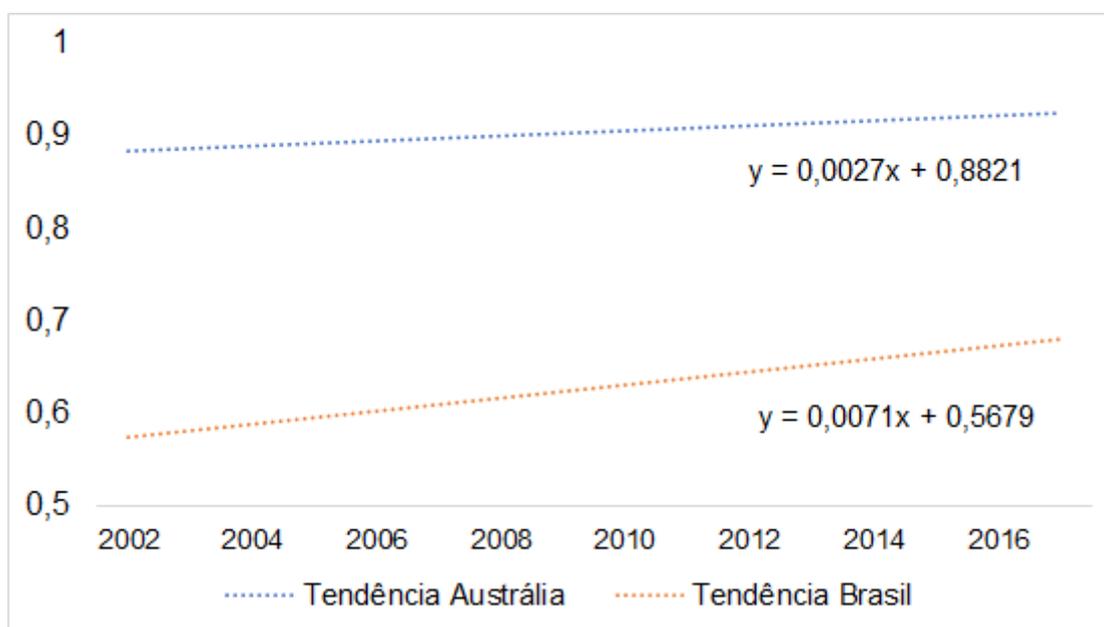
A variável de Expectativa de vida apresentou alta significância em todos os modelos. A justificativa para esse valor é sua relação com PIB per capita, ou seja, países com maior expectativa de vida apresentam maior PIB per capita, ou seja, são mais ricos e, conseqüentemente, apresentam maior probabilidade de se tornar membros efetivos do bloco

Por fim, a variável de educação apresentou um resultado surpreendente, pois obteve valor negativo nos modelos de efeitos fixos e de probabilidade normal e logarítmica (Probit e Logit). No modelo de probabilidade linear, por sua vez, o coeficiente estimado apresentou valor positivo, como seria esperado para essa variável.

A justificativa para os efeitos negativos está na retirada da parcela constante da variável de educação. Isso ocorre pois os países já presentes na OCDE apresentam altíssimos níveis de educação. Logo, seus valores de índices de educação tendem a

variou pouco e permanecer relativamente estáveis, o que reduz a tendência de crescimento da variável (como pode ser observado pelo coeficiente angular [0,0027] da equação de tendência da Austrália no gráfico 1). No entanto, os países que estão fora da OCDE, como o Brasil, apresentam uma tendência maior de crescimento no nível educacional (como pode ser observado pelo coeficiente angular [0,0071] da equação de tendência do Brasil no gráfico 1). Assim, os modelos de Probit, Logit e efeitos fixos capturam a tendência dos países da OCDE em manter altíssimos (mas relativamente constantes) índices de educação como um fator que impactaria negativamente em se tornar membro da OCDE.

**Gráfico 1: Tendência de desenvolvimento da educação no Brasil e na Austrália**



Fonte: PNUD (PNUD, 2020). Elaboração própria.

O motivo pelo qual no modelo de probabilidade linear a variável educação apresenta valor positivo se refere a correlação desta com a variável não observável de qualidade das instituições. Como destacaram Acemoglu e Robinson, “As instituições econômicas inclusivas preparam o terreno também para dois outros motores da prosperidade: tecnologia e educação” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.61). Dessa forma, nesse modelo, por não apresentar ponderação sobre o período de tempo, o efeito de educação reflete também a qualidade das instituições de cada país uma vez que essa é constante no tempo.

No entanto, o modelo de efeitos fixos permite que fatores como esse não afetem as variáveis. Assim, nessa regressão é observado o coeficiente de educação por si só, enquanto no modelo de probabilidade linear, o efeito tanto de educação quanto da qualidade institucional.

## 5. Conclusão

A OCDE passou por diversas alterações desde a sua criação. Fundada como OECE em 1948 com intuito de promover a recuperação de países europeus após a Segunda Guerra Mundial, a Organização foi reestruturada para atender a demanda de um mundo bipolar durante a Guerra Fria e rebatizada de OCDE. Desde então, diversos países foram aceitos como novos membros da Organização, sendo a maioria deles com renda nacional elevada. Desse fato veio a ideia, comumente conhecida, de que a OCDE seria um “clube de países ricos”.

Contudo, ingressar como membro da Organização não é um processo simples. Há critérios detalhados e rigorosos, que abrangem elementos como sistema de governo, fatores econômicos e proximidade com o trabalho da Organização, para permitir que um país possa fazer parte da OCDE.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a se aproximar da OCDE e estabeleceu relações diplomáticas com a Organização de forma a compreender quais benefícios poderiam vir de tal cooperação. A partir daí o Brasil passou a ser membro-observador da Organização e ingressou em diversos de seus comitês, além de participar em outras iniciativas. O Acordo Marco de Cooperação com a OCDE, assinado em 2015, foi um indicativo do reconhecimento da crescente aproximação do Brasil com a Organização e que culminou com o pedido de acesso à OCDE, feito em maio de 2017.

Dessa forma, estabeleceu-se um modelo econométrico que visou verificar se a maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos aumentaria as chances do país em ser aceito na OCDE. Usando a OTAN como *proxy* para a aliança de um país com os EUA e controlando outras variáveis importantes, foi feito um modelo com dados

em painel. Esse modelo foi então regredido de quatro maneiras diferentes, com modelo de probabilidade linear, com regressão de efeitos fixos utilizando dados em painel e utilizando as metodologias de Probit e Logit. Observou-se que, em todos os modelos, a variável OTAN foi estatisticamente significativa. Isso reforça a hipótese de que ser politicamente aliado aos EUA aumentaria as chances de um país em ser membro da OCDE.

Dessa forma, o resultado obtido pelo modelo econométrico fortalece a noção de que, dada a maior aproximação política entre Brasil e Estados Unidos, a declaração de apoio feita pelos EUA em 2019 ao pleito brasileiro de ser membro da OCDE foi um movimento diplomaticamente importante e necessário para o Brasil ter reais chances de ser aceito como membro pleno na Organização.

Dito isso, é importante fazer algumas ponderações sobre o resultado obtido. Ao se utilizar testes econométricos para analisar relações entre países, inevitavelmente haverá o problema da limitação de observações que podem ser feitas, dado o número restrito de nações existentes. Dessa forma, os 45 países da base de dados utilizada foram selecionados de forma a obter um corte adequado de países que possuíssem perfil semelhante a membros da OCDE. Assim, se evitariam conclusões enviesadas pela inclusão de países não adequados para essa comparação.

Além disso, com relação à regressão por efeitos fixos, os efeitos causados pelas instituições, políticas e cultura desses países, assumindo-se que são relativamente constantes ao longo dos 16 anos analisados, não são capturados pelo modelo. De qualquer forma, dadas as características do modelo proposto, dificilmente tais variáveis poderiam ser capturadas de maneira adequada.

Por fim, nota-se que faltam estudos acadêmicos que abordem a entrada de países na OCDE utilizando técnicas econométricas. Por isso, o modelo criado não pôde ser baseado em modelos correlacionados e teve que ser construído quase que inteiramente com dados brutos. Mais produções acadêmicas nessa área são necessárias para compreender com profundidade os elementos que influenciam a entrada de países na OCDE e seus impactos no pleito brasileiro.

## **Referências Bibliográficas**

ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. *Porque as Nações Fracassam*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Nota Metodológica nº 2 – Transações correntes*. 2015. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas\\_metodologicas/balanco\\_pagamentos/bpm6/nm2bpm6p.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm2bpm6p.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Foreign direct investment, net inflows (% of GDP)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *GDP per capita, PPP (constant 2011 international \$)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.PP.KD>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Imports of goods and services (constant LCU)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NE.IMP.GNFS.KN>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Inflation, consumer prices (annual %)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Life expectancy at birth, total (years)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS POLÍTICO-MILITARES DO GOVERNO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS. Major Non-NATO Ally Status. 2020. Disponível em: <<https://www.state.gov/major-non-nato-ally-status/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL. Major Non-NATO Ally. 2019. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/major-non-nato-ally/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FERNANDES, D. *Por que o Brasil ainda não conseguiu entrar na OCDE, o clube dos países ricos?*. BBC Brasil, Paris, 5 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44361623>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

G1. *Colômbia vira oficialmente o 37º membro da OCDE*. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/29/colombia-vira-oficialmente-o-37o-membro-da-ocde.ghtml>>. Acesso em: 8 mai. 2020

GODINHO, R. *A OCDE em Rota de Adaptação ao Cenário Internacional: Perspectivas de relacionamento do Brasil com a Organização*. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: <[funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product\\_id=954](http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=954)>. Acesso em: 14 fev. 2020.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. *Education Index*. 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/education-index>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MELO, D. S. N. *Atuação da OTAN no Atlântico Sul*. Repositório Institucional UNESP, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152858>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Entenda a relação de cooperação entre Brasil e a OCDE*. Brasília, 24 de dez. de 2019. Disponível em: <<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/12/entenda-a-relacao-de-cooperacao-entre-o-brasil-e-a-ocde>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Governo brasileiro solicita ingresso à OCDE como país-membro. Brasília, 1 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/junho/governo-brasileiro-solicita-ingresso-a-ocde-como-pais-membro>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Acordo Marco de Cooperação com a OCDE*, Brasília, 8 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8697-acordo-marco-de-cooperacao-com-a-ocde>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). *Founding Treaty*. 2020. Disponível em: <[https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_67656.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_67656.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). *NATO Member Countries*. 2020. Disponível em: <[https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato\\_countries.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2020.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Colombia's Path towards OECD accession*. 2020. Disponível em: <<https://www.oecd.org/colombia/colombia-accession-to-the-oecd.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

OECD. *OECD 50th Anniversary Vision Statement*. 2011. Disponível em: <<https://www.oecd.org/mcm/48064973.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Discover the OCDE*. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <<http://www.oecd.org/general/Key-information-about-the-OECD.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Trabalhando com o Brasil*. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OCDE. *Report of the chair of the working group on the future size and membership of the Organization to Council: Framework for the consideration of prospective members*. Paris, 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

OCDE. *Statement by the OECD regarding the status of the accession process with Russia & co-operation with Ukraine*. 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/statement-by-the-oecd-regarding-the-status-of-the-accession-process-with-russia-and-co-operation-with-ukraine.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

OCDE. *Our Global Reach*. 2019. Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/members-and-partners/>>. Acesso 23 abr. 2020.

OXFORD REFERENCE. Overview. *Proxy variable*. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100351624>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

PASSARINHO, N. O que o Brasil perde e ganha se entrar na OCDE, o 'clube dos países ricos' ?. *BBC Brasil*, Londres, 15 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PASSARINHO, N. 7 a 1? Os capítulos marcantes da 'amizade desigual' entre Trump e Bolsonaro. *BBC Brasil*. Londres, 02 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50634940>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

PINTO, D. *OCDE: Uma visão brasileira*. Brasília: FUNAG, 2000. Disponível em: <[http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product\\_id=297](http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product_id=297)>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Education Index*. 2020. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Index*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD. *OECD Membership and the Values of the Organization*. Paris, 2018. Disponível em: <[https://tuac.org/wp-content/uploads/2018/06/140PS\\_E\\_8-membership.pdf](https://tuac.org/wp-content/uploads/2018/06/140PS_E_8-membership.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2020.

THORSTENSEN, V. H.; GULLO, M. F. *O Brasil na OCDE: membro pleno ou mero espectador?* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/23926>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

THORSTENSEN, V. H.; GULLO, M. F. *OCDE e os Códigos de Capitais e Intangíveis: Código de Liberalização do Movimento de Capitais e Código de Operações Correntes de Intangíveis*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27353>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

WOOLDRIDGE, J. *Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna*. 6ª edição. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.





## **Amazônia: uma discussão acerca do desenvolvimento sustentável**

### **Amazonia: a debate over sustainable development**

Carolina Borges Sampaio  
João Victor de Sá Resende  
Lucca Henrique Gustafson Rodrigues  
Marcos Ferreira Couto Pinto  
Matheus Yoshikawa Stachissini

#### **Resumo**

O artigo pretende discutir os principais aspectos do desenvolvimento econômico na região da Amazônia brasileira. Para tanto, é feita uma reconstrução histórica dos processos de ocupação, extração e preservação da floresta. Sem seguida, discute-se a compatibilidade teórica entre o desenvolvimento capitalista e sustentabilidade. Por fim, é realizado um estudo de caso levando em consideração as queimadas de 2019 na região. O artigo conclui que os modelos de desenvolvimento econômicos seguidos até hoje são incompatíveis com a preservação e a sustentabilidade da Amazônia.

**Palavras-chave:** Amazonia; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Desmatamento

#### **Abstract**

*The article intends to discuss the main aspects of the economic development in the Brazilian Amazon region. For that, a historical reconstruction of the process of occupancy, extraction and preservation of the forest. Then, it is discussed the theoretical compatibility between capitalist development and sustainability itself. Finally, a case study is carried out taking into account the 2019 fires in the region. The article concludes that the economic development models followed until today are incompatible with the preservation and sustainability of the Amazon.*

**Key-words:** Amazon; Development; Sustainability; Deforestation

## 1. Introdução

O Bioma Amazônia vai do oceano Atlântico até às encostas orientais da cordilheira dos Andes, aproximadamente até 600m de altitude contendo partes de nove países da América do Sul, sendo 69% dessa área pertencente ao Brasil (Ab'Saber, 1977). De acordo com dados do IBGE (2010) cerca de 25 milhões<sup>1</sup> de pessoas vivem em Estados que pertencem à Amazônia Legal.

O atual modelo de ocupação da Amazônia traz alguns fatores que preocupam e levantam questões importantes que têm relevância diversa. Nesse sentido, podemos destacar que o desmatamento é uma fórmula constante desse modelo e acaba prejudicando as funções que a floresta desempenha num contexto nacional e global. Podemos destacar, portanto que a especulação de terra ao longo de estradas, crescimento das cidades, aumento dramático da pecuária bovina, exploração de madeira e minério além da agricultura familiar (mais recentemente a agricultura mecanizada – com destaque para soja e algodão) são fatores que estão degradando a floresta. (Fearnside, 2003, Alencar et al., 2004 e Laurance et al., 2004)

No presente trabalho, entende-se que Amazônia Legal é o conceito que foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica. Baseado em análise estrutural e conjuntural os critérios para determinar os limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, isto significa que não são definidos pelo bioma Amazônia (este ocupa 49% do território nacional e se estende por mais oito países vizinhos).

O processo de desmatamento se dá, inicialmente com a abertura de estradas que permitem a expansão humana e uma ocupação (por vezes irregular) de terras para a exploração predatória de madeiras nobres. Posteriormente, converte-se a floresta explorada em agricultura familiar e pastagens para a criação extensiva de gado, especialmente em grandes propriedades. Podemos também pontuar que a cultura de soja e algodão também entram em territórios que são deixados após a exploração

---

<sup>1</sup> Considerando a população total do território do Maranhão e não somente a parte da Amazônia Legal.

madeireira. Sendo que esses fatores não necessariamente seguem uma ordem de objetivos mas complementam-se em formas de ocupação do território amazônico.

Buscamos entender a forma de ocupação desse território e explicitar que há uma dificuldade imensa em conciliar os interesses nacionais, empresariais e regionais. Nesse sentido, vemos que há um crescente desmatamento nos últimos anos que acaba por demonstrar um *modus operandi* do governo acerca da Amazônia Legal. Onde há uma baixa, ou quase nenhuma, consideração pelos povos originários quando se contrapõem ao interesse dos tomadores de decisão e empresários que ocupam a região. Pretendemos, portanto, mostrar que é incompatível a forma que o modelo neoliberal propõe ocupar e produzir nessas áreas e buscamos elucidar o conceito de sustentabilidade e sua importância, além disso, reforçar que algumas práticas podem ajudar a combater e reduzir o desmatamento na região.

## **2. História e Modelos Desenvolvimentistas**

### **2.1. Políticas desenvolvimentistas do século XX e início efetivo do desmatamento da Amazônia**

Diversas foram as tentativas de colonizar a Amazônia. Desde a necessidade de proteção do território, no início da colonização, da produção mercantilista para enriquecimento das metrópoles até o extrativismo exploratório da borracha. Porém, ao longo desses períodos não havia a preocupação com a escassez do meio ambiente. No entanto, desde o final do século XX os índices de desmatamento na Amazônia e de outros biomas brasileiros ganharam proporções assustadoras. Tornando a proteção ambiental uma questão de relevância nacional e internacional em consequência das mudanças climáticas.

Ainda nos anos 1940 e 1950 o Presidente Getúlio Vargas optou por um crescimento autônomo e estatal com investimento em massa nos setores estratégicos para a industrialização e desenvolvimento do país. Dessa forma, Vargas criou agências estatais, dentre elas, indústrias de bases - hidrelétricas, refinarias e mineradoras - que levariam a futura construção de ferrovias e rodovias, por exemplo, 20 mil quilômetros de estradas, foram fundados estaleiros, usinas hidrelétricas, outras indústrias de base etc.

O presidente Juscelino Kubitschek (JK), empossado em 1956, tinha uma proposta de grande liberdade política. O “plano de metas” de JK prometia um acelerado crescimento econômico através da abertura de mercado. Com a chegada das multinacionais, como montadoras de automóveis houve novamente grande incentivo à implantação de rodovias o que, somado a construção de Brasília, incentivou a integração do território brasileiro. Como resultado inicia-se a interiorização do desenvolvimento nacional, o que resultará no Arco Nacional do Desmatamento.

No final da década de 60 e durante a década de 70, o Capitalismo estava em ascensão na América Latina resultado da ascensão do militarismo. Os anos entre 1968 e 1974, foi o período em que o Brasil teve seu maior crescimento na história, o chamado “Milagre Econômico”. Além de um crescimento médio do PIB de 10% ao ano, houve grande incentivo à indústria, por meio de subsídios e benefícios fiscais. Outra característica desse período foi o crescimento do setor agrícola através da expansão do crédito. Também, houve a construção de “obras faraônicas”, inclusive um dos grandes focos de desmatamento do país, a transamazônica.

Por isso e outros motivos, o nacional desenvolvimentismo, ao longo da segunda metade do século XX, implicou no início do desflorestamento no Brasil. Ou seja, o tal modelo vigente, através de políticas de integração nacional, como as rodovias, a construção da capital, Brasília, e os incentivos para o desenvolvimento da agropecuária e expansão da fronteira agrícola, iniciaram os problemas ambientais relacionados ao desmatamento.

## **2.2. Primeiros indícios de preocupação com a questão ambiental**

Os primeiros dados confiáveis sobre o desmatamento da Amazônia Legal são provenientes dos resultados do PRODES (Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia). Esse projeto, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), é responsável pelo monitoramento por satélites do desmatamento na Amazônia Legal desde 1988.

Segundo o órgão, a razão pela qual o PRODES foi criado deve-se a uma demanda da comunidade nacional e internacional. Foi nos anos 80 que a preocupação ambiental ganhou visibilidade. Em 1992 a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a primeira grande conferência do clima, chamada cúpula da terra, na cidade

do Rio de Janeiro. Ela foi responsável pelos primeiros debates sobre mudanças climáticas, entre eles, o de estabilizar concentrações de gases causadores do efeito estufa. Desde então, conferências climáticas são eventos anuais e debatem quais devem ser os esforços necessários para a preservação do meio ambiente. No entanto, os primeiros acordos não estipularam metas ou ações efetivas para conter a degradação do ambiental.

### **2.3. A evolução do desmatamento da Amazônia Legal**

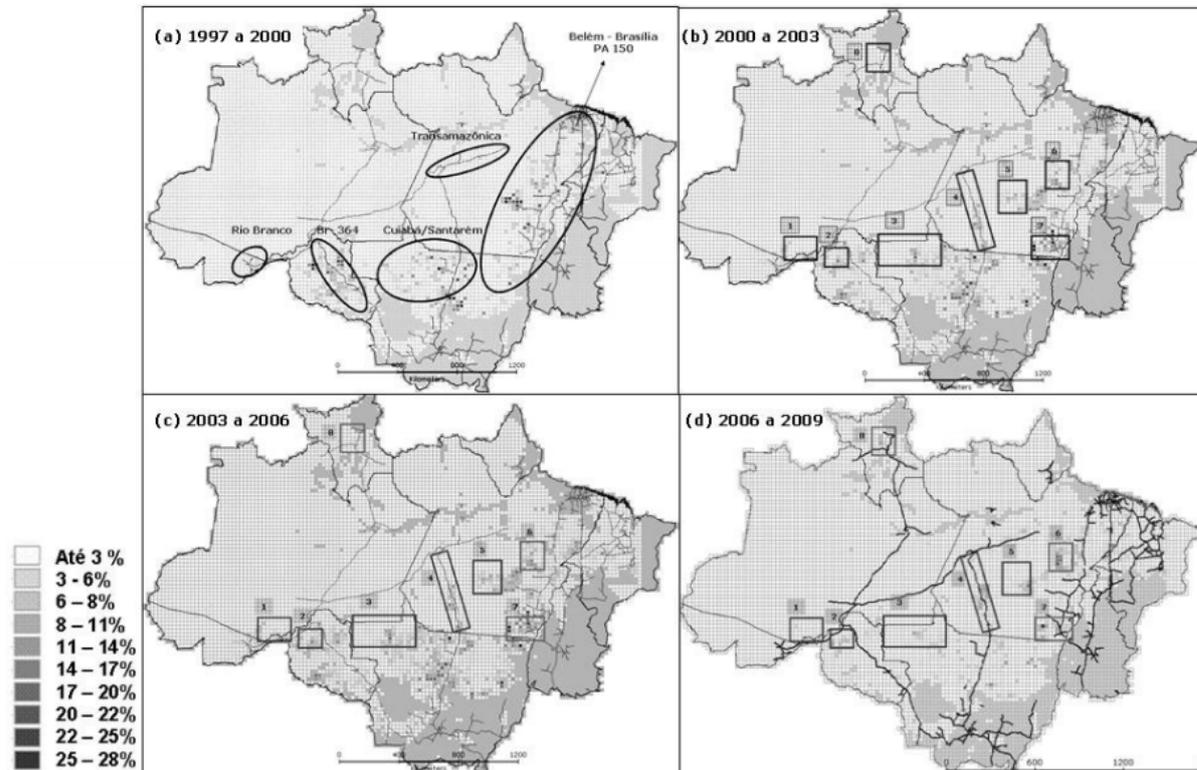
Amazônia Legal foi o nome dado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, período militar, à região que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e 195 municípios do Maranhão que são cobertas por vegetação amazônica e algumas porções de outros biomas como o cerrado.

O desenvolvimento das rodovias brasileiras na Amazônia legal foi possível em razão dos recursos públicos oriundos de fundos criados essencialmente para tal finalidade por Vargas. No entanto, o desmatamento não era uma questão. Com as seguintes políticas de JK, houve o rápido crescimento da infraestrutura rodoviária. Já em 1960 o modal rodoviário já respondia por 60% da matriz nacional de transportes na Amazônia Legal (BNDES, 2008). O setor rodoviário brasileiro é especialmente importante pela grande participação que detém no transporte de cargas. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o modal rodoviário respondeu por mais de 60% do total transportado no país.

Essa dependência de rodovias é maior no setor agrícola, tanto para o recebimento dos insumos quanto para o escoamento da produção para os mercados interno e externo. Por isso, o transporte rodoviário reflete na renda dos produtores agrícolas; na lucratividade das suas exportações, que têm seus preços determinados pelo mercado internacional, independente dos custos de produção e de transporte (INPE, 2012).

Na imagem abaixo é possível perceber a relação entre essas rodovias abertas ao longo do século passado resulta no “arco do desmatamento”:

**Figura 1. Relação entre abertura de rodovias e desmatamento**



Fonte e elaboração: IBGE. Dados de desmatamento para os períodos de (a) 1997 a 2000; (b) 2000 a 2003; (c) 2003 a 2006; (d) 2005 a 2009. As elipses indicam as áreas do arco de desmatamento que apresentaram maior dinâmica entre 1997 e 2000; os retângulos indicam as novas frentes de desmatamento com dinâmicas acentuadas a partir de 2000.

Para compreender o desflorestamento na Amazônia nos períodos que seguem os anos 70 é indispensável partir do pressuposto de que a lógica de produção capitalista exige um retorno financeiro em curto espaço de tempo, isto é, a lógica da acumulação monopolista e de reprodução infinita do capital que traz os ciclos de crise interna no sistema (BRAGA, 1996; KATZ e COGGIOLA, 1996; MÉSZÁROS, 2007). Logo, o desenvolvimento não levava em consideração a escassez ambiental.

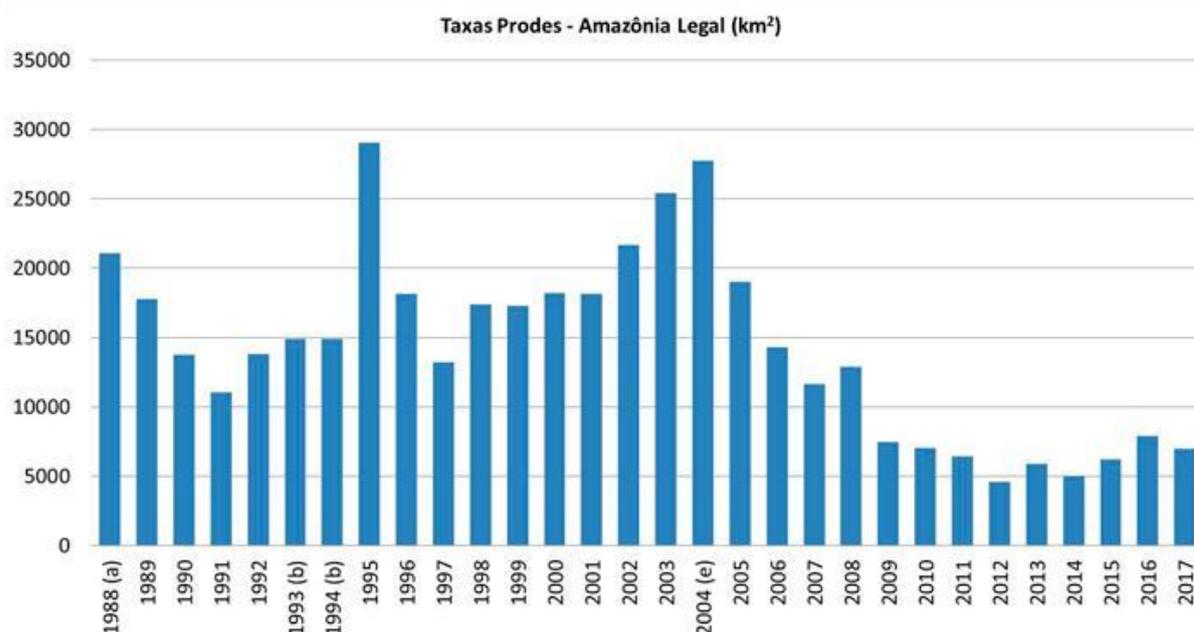
As possíveis causas do desmatamento, identificadas nessa época, pelo INPE, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo IBGE são: a agropecuária, bastante desenvolvida, em especial, nos anos 70, a segurança alimentar, o baixo preço da terra e exploração de madeira, todas essas questões acompanhadas da vontade ou necessidade do retorno imediato do investimento.

Além disso, os órgãos apontam que não há a possibilidade de paralisar o desflorestamento, uma vez que, embora seja positivo no ponto de vista ambiental, seria irresponsabilidade não considerar as características socioeconômicas da região.

De acordo com esses órgãos do governo, suspender o desenvolvimento regional significa paralisar, além das grandes produções agrícolas, paralisar a produção de alimentos básicos da região e comprometer a segurança alimentar dos pequenos produtores.

Muito se fala sobre quem desfloresta mais. Existem duas situações principais, ainda segundo o INPE, a do proprietário rural que dispõe de capital, investe e espera retorno econômico, mas há o agricultor descapitalizado, que vive da agricultura de subsistência.

**Figura 2. Área desmata da Amazônia Legal (km<sup>2</sup>) ao longo do tempo**



Dados e elaboração: INPE

No gráfico acima, é possível notar uma redução do desmatamento, que compreende os anos de 1988 até 1994, os motivos são a criação do IBAMA, o início das operações de fiscalização da Amazônia e a restrição ao uso de incentivos fiscais. Foi uma demanda interna e externa resultado da preocupação mundial com o agravamento das mudanças climáticas, que levaram ao início das conferências do clima. Inclusive a criação do Protocolo de Kyoto, em 1997, definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima.

No entanto, os índices de desmatamento durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) continuaram em alta. Isso, porque com o fim do “milagre econômico” o país entrou em recessão. Com o país em crise, a estratégia de governo deveria ser de promoção agressiva do desenvolvimento e do crescimento econômico, com a redução da pobreza, da inflação, da dívida externa etc. As diretrizes do “Plano Plurianual (PPA) para o período 1996/99 tem como premissa básica a necessidade de consolidação da estabilidade de preços. A retomada dos investimentos produtivos e a deflagração de uma nova fase sustentada de desenvolvimento são consequência da estabilidade e, ao mesmo tempo, condição para a sua consolidação”.

Nos anos 90, a entrada da agricultura capitalista, com grande destaque para a soja, se tornou um dos principais vetores de desmatamento na época. “A potencialidade para o cultivo de grãos se dá principalmente nas áreas de cerrado da Amazônia Legal, ou seja, Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão. Por sua vez, o crescimento de alguns pólos de plantio de soja nas regiões de Santarém, Marabá e Redenção (todas no Pará) reflete a implementação de políticas estaduais de incentivo a plantios comerciais fora das áreas de expansão do cerrado” (IBGE, 2010).

Ainda segundo o Censo 2010 do IBGE, “Com a consolidação da ocupação produtiva do Centro-Oeste na década de 1990, a expansão agrícola começou a pressionar de forma mais direta as áreas de floresta e outras formações vegetais da Amazônia Legal. O desmatamento causado pelas atividades de agropecuária e mineração tem sido responsável pela alteração de grandes porções de áreas com cobertura vegetal nativa. O mapa também mostra os focos de calor observados em 2003 por meio de imagens de satélite” (IBGE, 2010).

Embora no PPA 2000/2003 o governo federal tivesse apresentado o programa brasileiro “Avança Brasil”, anunciando um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, os altos índices de inflação, pobreza e concentração de renda não foram suficientes para abandonar o crescimento a qualquer custo, de forma que o ajuste fiscal, a elevação do PIB e a obtenção de saldos positivos na balança comercial escantearam a questão ambiental.

#### **2.4. Redução do desmatamento nos períodos que seguem os anos 2004**

Uma das grandes questões deste novo século consiste em encontrar uma forma justa de viabilizar o crescimento na proporção mundial e a proteção do meio ambiente. Para o Brasil, que ainda necessita de medidas de desenvolvimento socioeconômico, a equação é ainda mais complicada, uma vez que, o país abriga uma biodiversidade que controla questões ambientais ao redor do mundo.

O Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de início no ano de 2003, procurou atender essa demanda e essa linha de pensamento seguiu em vigência até o mandato da presidente Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Sendo assim, o governo se embasou em um modelo de desenvolvimento baseado na conservação ambiental, uso sustentável e na viabilidade da questão ambiental. Nos 12 anos do PT no poder, o país atingiu grandes metas de conservação da Amazônia Legal, como pode ser observado no gráfico do PRODES, acima.

A partir de 2005 a taxa de devastação da floresta caiu de forma significativa com redução de 79% em relação aos anos que antecedem o governo PT. Isto, devido a políticas de intensificação da fiscalização ambiental, com aumento nas multas de responsabilidade ambiental, combate a grilagem e mudanças na estrutura fundiária com a criação de áreas de proteção e homologação de terras indígenas, por exemplo.

Como alternativas ao desenvolvimento econômico exploratório, a alteração da matriz elétrica foi um marco nesse período, por exemplo, houve a construção de outras hidrelétricas, inclusive aquelas com tecnologias de fio d'água, com reservatório reduzido, ou seja, menos áreas inundadas, também houve grande incentivo para a construção de parques eólicos, crescimento de 829% da energia gerada pelo vento, de acordo com o PT. Além disso, a promoção do etanol também foi uma aposta.

Contudo, a fiscalização e o oferecimento de incentivos e alternativas econômicas às populações locais foram as políticas mais significativas. A operação Arco de Fogo, 2008, através de ações de segurança pública resultou em milhões de reais em multas e milhares de metros cúbicos de madeira ilegal apreendida. A operação Arco Verde Terra legal, por exemplo, proporcionou alternativas sustentáveis a 43 municípios da Amazônia Legal, com o financiamento de atividades de agricultura e pecuária. Essas áreas eram responsáveis por 53% das áreas desmatadas, segundo o censo do INPE de 2010.

Mas há críticas significativas das comunidades indígenas e ribeirinhas em relação aos impactos dos grandes reservatórios construídos para a produção da energia para atender às necessidades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula.

## **2.5. Até que ponto o comportamento da economia brasileira no período é sustentável a longo prazo?**

Na gestão do presidente Lula, a economia brasileira foi marcada por um processo de crescimento do produto com estabilidade de preços e avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria. As bases fundamentais de um processo de desenvolvimento encontram-se presentes.

No período de 2003 até 2008, houve grande período de retomada econômica no Brasil, a taxa média de expansão do PIB era de 4,2% a.a., quase o dobro do período anterior. Apesar da crise financeira global em 2009, o país teve rápida recuperação econômica. O relatório FOCUS, promovido pelo Banco Central, sintetizou o crescimento do PIB superior a 7% em 2010. Ao longo desse período, o crescimento do PIB não foi inferior a 5% a.a.

A melhora na economia acompanhou a melhora dos indicadores de distribuição de renda. O índice de Gini reduziu de 0,6, em 2001, para 0,54, em 2009. E as taxas de pobreza reduziram-se de 30,82% em 2005 para 21,42 % em 2009, de acordo com o cálculo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa melhora na distribuição de renda, somada a redução do desemprego, sustentaram o crescimento econômico do período.

No entanto, o governo Lula teve certo favorecimento da situação econômica global. As baixas taxas de juros nas economias centrais, a retomada dos fluxos de capital de países em desenvolvimento e a ascendência no preço das *commodities* primárias, impulsionando a economia mundial desempenharam importante resultado no crescimento econômico brasileira. A demanda externa puxou a economia nos anos 2002 e 2003. Essa foi a marca do início do governo, influenciado pelas políticas de FHC.

A partir de 2004, a política de desenvolvimento teve orientação na expansão da atividade econômica baseada no mercado de consumo como estimulador da atividade econômica e não somente nas políticas de produção. Isto é, apesar do crescimento econômico, até 2011 ainda persistem baixos níveis de produção e exportação (gráfico abaixo). O investimento chegou ao ponto de representar apenas 19,5% do PIB em 2010, o que pode explicar a expansão econômica com menores índices de impacto ambiental.

**Figura 3. Exportação total brasileira ao longo do tempo**



Fonte: MDIC. Elaboração própria

A transformação do modelo de crescimento resulta de diversos fatores e políticas. Após amenizar o conservadorismo de FHC o governo Lula gradualmente foi substituído por uma concepção diferente do papel do Estado. Tal questão flerta com a social-democracia dos países europeus do pós-guerra.

Segundo Paul Collier, em seu livro: “O Futuro do Capitalismo”, os sociais democratas implementaram uma série de políticas pragmáticas que atendiam com eficiência as preocupações nacionais. Seguindo essa ideia, Lula promoveu a importância dos bancos públicos e outras empresas estatais.

Mesmo mantendo-se muito ortodoxa na gestão macroeconômica, a condução geral da economia foi transitando em direção a uma nova versão do "desenvolvimentismo", no qual os novos elementos foram o foco na estabilidade macroeconômica e, especialmente, a crescente importância dada aos aspectos sociais

do desenvolvimento, de acordo com o professor da Universidade de Campinas, André M. Biancarelli.

Entretanto, retomando Paul Collier, a social-democracia é a representação das necessidades de sua época, ao mudar as circunstâncias, as pretensões se pulverizam. E foi assim que se deu a insustentabilidade do modelo Lula.

O baixo dinamismo econômico, a deterioração das contas externas, a taxa de inflação rondando os limites superiores da meta oficial, (6,5% em 2011, 5,8% em 2012 e 5,91% em 2013) e a piora nas contas fiscais, somados à redução nos coeficientes de importação na indústria, e ao aumento acentuado do *déficit* comercial nos produtos manufaturados, resultaram na baixa de produtividade e de propósito exigidos pelo modelo capitalista. Motivo pelo qual, presidente Dilma Rousseff não conseguir manter-se no poder, muito menos manter o modelo político econômico dos anos Lula.

Assim, as novas inquietações, como alto desemprego, redução do poder de compra, entre outras, receberam pronta proposta das velhas ideologias, voltando a acentuar as falsas oposições entre esquerda e direita. Nota-se, então, a ascensão do marxismo oitocentista e do fascismo novecentista. A descrença no Estado paternalista promoveu discursos opostos às inclinações de esquerda dos governos anteriores. Assim, a exaltação nacional promovida por líderes políticos como o atual presidente, Jair Bolsonaro, e o presidente americano Donald Trump ganharam grande aceitação popular.

Esse discurso vai de encontro com as questões ambientais, uma vez que o crescimento e desenvolvimento da nação a qualquer custo resultou, por exemplo, na saída dos Estados Unidos do acordo de Paris: "Para cumprir meu dever de proteger a América, os Estados Unidos vão se retirar do Acordo do Clima de Paris e começar negociações para reentrar no acordo de uma forma que seja justa com o povo americano", disse o presidente americano. No contexto nacional, o resultado foi a volta do crescimento dos índices de desmatamento nos últimos anos.

Nos anos de 2017 e 2018 o desmatamento da Amazônia cresceu em 13,7% em relação ao biênio anterior. O MMA aponta como principais motivos as mudanças políticas, o câmbio favorável à exportação principalmente para o agronegócio e um aumento no número de queimadas devido a seca referente às mudanças climáticas.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável é um assunto complexo que depende de questões econômicas e políticas. O próprio sistema econômico no qual o país está inserido utiliza da sustentabilidade para continuar com o desenvolvimento econômico, degradando o meio ambiente, porém em menor escala.

### 3. Desenvolvimento Sustentável

A partir do exposto, evidencia-se a difícil equalização entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Diante da valorização e incentivo ao crescimento econômico, que está relacionado com o aumento do consumo, a demanda por recursos naturais, tão essenciais para a manutenção humana, aumenta. O modo de vida, principalmente das sociedades ocidentais, impulsionado por expansão da globalização, agride o meio ambiente e levanta-se o questionamento: até quando a natureza terá capacidade de prover tanto para os habitantes deste planeta?

O estudo intitulado “Limites do Crescimento” abordou esse tópico de forma relevante para o debate acadêmico e para as políticas públicas mundiais. Liderado por Dennis Meadows e publicado em 1972, o trabalho apontou o colapso socioeconômico que a busca insaciável por crescimento econômico poderia incorrer caso não fossem alteradas as diferentes formas de consumir os recursos naturais. Suas propostas estavam relacionadas com a diminuição da atividade industrial nos países desenvolvidos e a redução da taxa de crescimento populacional nos países em desenvolvimento (NASCIMENTO, 2012, p. 53). Diante disso, faz-se relevante a seguinte exposição do autor Clóvis Cavalcanti acerca dessa temática.

“A realidade do desenvolvimento evidencia um embate quase insolúvel entre a agressiva promoção econômica e o indefeso patrimônio natural. Se a ecologia fosse levada realmente a sério como instrumento para o bem-estar duradouro da sociedade, muitas ações no plano econômico estariam totalmente em perigo. É que a natureza fornece a escala do que a sociedade pode fazer.”  
(CAVALCANTI, 2012, p. 38)

O embate tratado pelo autor faz parte de um *trade-off* apresentado no primeiro parágrafo desse capítulo e que alguns autores, como os ecodesenvolvimentistas, negam a sua existência. Para o grupo de teóricos responsáveis por elaborar a primeira

tentativa de definição para desenvolvimento sustentável, chamada de ecodesenvolvimento, a preocupação com perdas ambientais, com a pobreza e concentração de renda eram fundamentais para analisar a sustentabilidade do desenvolvimento. Diferentemente do *mainstream* da época, a posição desse grupo no debate era única, visto que partilhava a não aceitação da ideia de crescimento zero como as outras escolas, mas se diferenciava nos pontos apresentados. Entretanto, o grupo justifica a não existência do *trade-off* com base nas expectativas acerca do impacto positivo apresentado por parte da criação de tecnologias, sendo ele social, econômico e ambiental. Assim, pode-se considerar que a abordagem aponta o desenvolvimento econômico como responsável por melhorias, corrigindo as falhas que o desgaste dos recursos naturais traria. (ROMEIRO, 2012, p. 65 e 66).

Para melhor compreender a relação entre os aspectos produtivos e os recursos naturais de qualquer economia, faz-se relevante abordar as origens das noções de sustentabilidade e conceitos relacionados. Primeiramente, é importante ressaltar que os fatores socioeconômicos estão inseridos dentro de um ecossistema ecológico, em que qualquer atividade produtiva impacta, em maior ou menor grau, a realidade biofísica daquele meio ambiente. Logo após os apontamentos levantados por parte dos ecodesenvolvimentistas, ocorreu a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, no ano de 1972. Motivada, também, por conta da ocorrência de chuvas ácidas nos países nórdicos, a Suécia propôs o encontro para a efetivação de um acordo mundial que promovesse a redução da emissão de gases responsáveis por aumentar a poluição atmosférica e, conseqüentemente, as chuvas ácidas. Ao reunir países desenvolvidos com países em desenvolvimento, percebeu-se o tamanho da desigualdade entre eles e deu-se início ao combate à pobreza como forma de solucionar problemas ambientais. A conferência colocou ambientalistas e desenvolvimentistas como pontos focais da discussão, tendo como resultado uma produção técnica de um documento responsável por transformar o binômio - desenvolvimento (economia) x meio ambiente (biologia) - em uma tríade, que passou a contemplar a dimensão social (NASCIMENTO, 2012, pp. 51, 52 e 53).

Cada vez mais relevante para os debates mundiais, a temática levou o Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (UNEP) a criar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. No fim da década de 80, os estudos dessa comissão renderam um documento chamado de Nosso Futuro Comum, que tratou

sobre a relevância do impacto ambiental que o crescimento econômico possui e apontou uma definição para o desenvolvimento sustentável, como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Sendo assim, o termo ecodesenvolvimento perde a significância que possuía, dando espaço para essa abordagem, que contempla a não existência do *trade-off* mencionado anteriormente e indica a relevância de utilizar os recursos naturais de forma a não comprometer suas quantidades para as próximas gerações (ROMEIRO, 2012, p. 70).

Já no início do século XXI, passada a Rio-92 e outros encontros de expressividade internacional sobre o tema, surge a Economia Verde, com a tentativa de impulsionar a retomada do crescimento econômico sem níveis elevados de degradação ambiental. Faz-se importante questionar, sempre que possível. Por isso, ao fazer quanto ao dogma de crescimento da economia, as barreiras começam a surgir por ser um pensamento amplamente aceito, de forma que “A ideia de uma economia que não cresça é anátema para o economista; do mesmo modo que supor uma economia de crescimento contínuo é anátema para o economista” (Jackson, 2009, p. 4).

A visão do *mainstream* persegue a ideia que crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é o determinante, sem dar o devido valor para indicadores que demonstram o avanço da justiça social, da diminuição da desigualdade e, em suma, da prosperidade comum. Ao abordar os limites relevantes para a discussão de sustentabilidade, faz-se importante mencionar os biofísicos, impostos a sociedade por meio de alterações climáticas, variações no petróleo e tantos outros. Além disso, outros limites que possuem igual ou maior relevância são os éticos, pois nem sempre o que é possível ecologicamente pode ser moralmente desejável. Esses são limites que quando não respeitados podem levar as civilizações ao colapso (CAVALCANTI, 2012, pp. 42 e 43).

Partindo da premissa que impõe limites para a utilização dos recursos naturais e tendo como ponto central da teoria a escala e a distribuição da produção, tem-se a economia ecológica. Auto explicativo, o nome já indica a ideia central da teoria, de unir economia e ecologia para abordar e construir políticas ambientais, haja visto que as sociedades necessitam de uma escala sustentável de crescimento econômico, na

qual exista um estoque de capital capaz de arcar com a pressão do ecossistema e reter a geração de resíduos das atividades econômicas (VEIGA, 2005).

Afere-se profunda relação dos limites abordados anteriormente com o conceito de externalidades negativas apresentado por Pigou em sua obra *The Economics of Welfare*. O autor as classifica como custos sociais impostos à sociedade por conta das atividades econômicas, geradoras de poluição. Caberia então ao Estado a responsabilidade de corrigir essas falhas de mercado, seja por meio de taxas ou subsídios, o que fez com que o autor sofresse críticas, visto que as autoridades ambientais deveriam possuir informações completas para conseguir atribuir valores condizentes para as cobranças ou não. Principalmente ao tratar do impacto de um setor específico em outros, dificultando ainda mais o alcance da assertividade. Por fim, o autor colaborou com a ideia de atribuir preços aos custos sociais marginais para evitar a privatização dos lucros e socialização das perdas, incentivando as empresas a investir em tecnologias mais limpas. Com isso, Pigou foi um autor fundamental para a implementação de problemas ecológicos, relacionados ao meio ambiente, na ciência econômica, tendo significativa repercussão posterior.

Mesmo com a relevância alcançada por Pigou, ao desenvolver teoria que objetiva punir o poluidor, na teoria econômica clássica há uma função de produção que não leva em conta as considerações do autor. Dela é tirada a relação entre dois fatores de produção, ao exemplo simples: K (capital) e trabalho (L). Ambos se relacionam para determinar um nível de produto (Y):  $Y = f(K, L)$ . No raciocínio da teoria neoclássica do crescimento econômico, relacionada a nomes como o de Robert Solow, Prêmio Nobel de Economia em 1987 e que prevalece nas análises, adotou-se uma função de produção que possui “retornos constantes de escala”. Também conhecida por Cobb-Douglas, esse é o formato mais comum de aparecer nos modelos e pode ser matematicamente expressa da seguinte forma:  $Y = \lambda K^\alpha L^\beta$ .

Existe uma constante positiva que é representada por  $\lambda$  que exprime o fator tecnológico, dado isto lemos que o fator tecnológico está associado ao capital e não ao trabalho. E os expoentes  $\alpha$  e  $\beta$ , as respectivas fatias de K e L no produto (Y), sendo  $\alpha + \beta = 1$ . É uma visão simplificada do mundo real mas nota-se que mesmo na versão mais simples não têm a menor relevância ou nenhum tipo de destaque para o fator natural que permeia toda a economia, ou no caso, o produto que se deseja almejar com determinada quantidade de capital e trabalho.

“Ou seja, é como se uma pessoa (fator trabalho,  $L$ ) pudesse fazer um bolo Sousa Leão (o produto,  $Y$ ) usando tão só (fator capital,  $K$ ) sua cozinha, uma colher de pau e uma vasilha com nada dentro (omite-se  $n$ )! Como isso seria possível, sem massa de mandioca, ovos, sal, açúcar, manteiga, leite de coco (os recursos naturais) que tornam o Sousa Leão tão gostoso? Estranho. No dizer de Nicholas Georgescu-Roegen, excluir  $n$  da função de produção significa ignorar a diferença entre o mundo real e o Jardim do Éden, como lembram Daly (2007, p.134) e Veiga (2005, p.129).“

Nesse trecho extraído do texto, Clóvis pontua, assim como os demais autores citados, a importância do fator “ $n$ ” dentro dessa equação. Esse fator seria responsável por identificar um fator natureza, por assim dizer, ou recursos naturais. Sendo um limite para a expansão da produção de um determinado produto negando, portanto, a premissa de que é um sistema econômico isolado. Faz-se necessária uma mudança de perspectiva que mostre a macroeconomia como subsistema aberto, encaixado no ecossistema natural finito, o meio ambiente (CAVALCANTI, 2010).

Por fim, faz-se importante mencionar o que já foi dito, pois desde o início das atividades econômicas de produção, elas são parte de um todo, sendo elas indissociáveis dos ecossistemas. Assim, é da capacidade desses ecossistemas que a humanidade como um todo depende, pois eles provêm os recursos e, inclusive, os serviços, como também absorvem os resíduos produzidos.

#### **4. Caso brasileiro: queimadas de 2019**

O ano de 2019 foi marcado pelo fortalecimento da discussão acerca de questões ambientais e de desenvolvimento sustentável no Brasil. Tal mudança se deu devido às queimadas ocorridas na floresta Amazônica no período de seca, as quais excederam os padrões históricos e voltaram o debate às causas e consequências do excesso de exploração humana da natureza.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é a principal instituição de pesquisa das áreas espacial e do ambiente terrestre brasileiro. O INPE é responsável, portanto, pelo monitoramento das imagens dos satélites brasileiros, os quais fornecem os dados para o seu Programa Queimadas. Embora INPE não possua uma definição própria acerca do que é uma queimada, este utiliza a noção de focos ativos, ou seja, "a

existência de fogo em um elemento de resolução da imagem (píxel), que varia de 375m x 375m até 5km x 4km" (INPE, [s.d]).

Embora em 2019 não tenha apresentado o maior número de focos ativos da série histórica, o INPE detectou um dos seus maiores valores. A comoção e grande enfoque midiático se deu devido, principalmente, a situação do mês de agosto. Neste, houve um aumento de quase 200% no número de focos ativos detectados na região do bioma amazônico (INPE, [s.d]).

Além disso, esse aumento no número de queimadas trouxe o questionamento acerca do que teria ocasionado tamanha discrepância. Focos de fogos florestais são comuns e podem ocorrer devido a práticas de limpeza de terrenos recém-desmatados (NEPSTAD et al., 1999) ou devido a cenários de secas intensas (ALENCAR et al., 2015). Assim, um aumento abrupto no número de focos de incêndio pode ter simultaneamente causas naturais ou antropogênicas.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) realizou um estudo durante as queimadas de 2019 e publicou uma nota técnica que responde à pergunta sobre qual é a causa do aumento dos incêndios no bioma. Para tanto, eles analisaram local dos focos de incêndios, o número de dias consecutivos sem chuva e o desmatamento observado na região. A conclusão foi que as queimadas em questão possuíam uma relação extremamente positiva e significativa com o desmatamento e pouco estava relacionada com questões climáticas (IPAM, 2019).

A tabela seguinte (Tabela 3) indica a variação do desmatamento segundo o projeto PRODES nos dois anos e os respectivos estados. No caso, podemos verificar que apenas Amapá, Maranhão, Rondônia e Tocantins tiveram um bom desempenho e tiveram variação negativa, nesse período analisado. (INPE. [s.d.]).

**Figura 4. Variação desmatamento entre 2018 e 2019 nos Estado da Amazônia legal**

Estado	PRODES 2018 (km <sup>2</sup> )	PRODES 2019 (km <sup>2</sup> )	Variação (%)
Acre	444	688	55,0
Amazonas	1.045	1.421	36,0
Amapá	24	8	-66,7
Maranhão	253	215	-15,0
Mato Grosso	1.490	1.685	13,1
Pará	2.744	3.862	40,7
Rondônia	1.316	1.245	-5,4
Roraima	195	617	216,4
Tocantins	25	21	-16,0
<b>AMZ. Legal</b>	<b>7.536</b>	<b>9.762</b>	<b>29,5</b>

Fonte e elaboração: PRODES

Nesse sentido, é possível inferir que o desmatamento, como causa do aumento do fogo na Amazônia, possui raízes no comportamento humano de ocupação da região. Ferreira et. al. (2005) esclarecem que esse processo de ocupação geográfica perpassa por interesses econômicos na região e segue a ordem: 1) abertura de estradas; 2) extração madeireira; 3) pecuária extensiva; 4) agronegócio.

Ademais, os autores também defendem que áreas protegidas (unidades de preservação integral, unidades de preservação de uso sustentável e reservas indígenas) são responsáveis por uma diferença de 12% na relação de áreas desmatadas no bioma amazônico. Depreende-se, portanto, que, embora a causa majoritária desses focos de incêndio sejam antropogênicas, instituições e mecanismos legais são capazes de contornar e promover um uso mais sustentável da natureza.

Dessa forma, a discussão do aumento exponencial das queimadas no ano passado (2019) ganhou um caráter político, uma vez que o governo do presidente Jair Bolsonaro fez o oposto no que diz respeito às políticas ambientais de proteção. O ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles cortou a autonomia técnica das agências (BORGES, 2019), anunciou o desmonte do orçamento do próprio ministério e autarquias dependentes (RODRIGUES, 2019), além do governo reduzir a severidade da fiscalização (DUNDER, 2018).

Embora o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tenha "como missão formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável" (MMA, [s.d]), essas medidas e proclamações do presidente e seu ministro demonstram um



posicionamento contrário ao que a literatura descreve como eficaz na tentativa de preservação do meio ambiente de modo sustentável.

Esse posicionamento, então, se apresenta no sentido de aliar as políticas ambientais a interesses econômicos de grupos da região. Desde a ocupação da terra, existem segmentos da sociedade (latifundiários, garimpeiros, madeireiros, entre outros) que se apresentam como beneficiários das políticas acima citadas.

Assim, o caso brasileiro reflete o resultado desse artigo a medida que interesses de produtores rurais, visando seu lucro e maior produção, vão de encontro às possibilidades de desenvolvimento sustentável que alie a produção de bens à manutenção da natureza para futuras gerações. Nesse viés, instituições tradicionalmente democráticas, como agências reguladoras (Ibama) e o próprio MMA, precisam ser enfraquecidas e suas funções corroídas para que os interesses de acumulação de capital de determinados grupos seja bem sucedido.

Em suma, a busca do interesse econômicos desses produtores se apresenta como incompatível com a existência de instituições democráticas de defesa do interesse público e o ganho privado é atingido pelo aumento crescente da degradação ambiental. O enfraquecimento e redução do tamanho do Estado marcam um problema recorrente do atual governo, aqui estado também pode ser entendido como órgãos de fiscalização e demais instâncias estatais, no sentido de descaso com os patrimônios naturais e povos indígenas em nosso país. Isso insere-se num contexto globalizado onde a busca pela expansão do crescimento econômico a qualquer custo é por si só benéfico para desenvolver-se e sanar os problemas sociais existentes.

## **5. Impactos do Desmatamento na Amazônia**

### **5.1. Uso Sustentável**

Uma consequência relevante do desmatamento da região amazônica é a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, na qual se inclui a produção de mercadorias tradicionais, seja por manejo florestal para a produção de madeira como também pela extração de produtos não-madeireiros. Também se ressalta a perda de oportunidade de capturar o valor dos serviços ambientais da floresta, como a regulação do clima, sequestro de carbono, conservação do solo e dos recursos hídricos,

além da manutenção dos ciclos de chuva. A prática não-sustentável faz com que as oportunidades perdidas de manter a floresta de pé sejam significativas a longo prazo.

## 5.2. Biodiversidade e Sociodiversidade

A floresta amazônica tem uma grande quantidade e variedade de espécies de animais e plantas, muitos das quais seus membros e suas distribuições ainda não são altamente conhecidas pelos humanos. Esta biodiversidade tem valor significativo tanto em termos de utilidade tradicional como em termos de valor de existência (Fearnside, 2003). A sociodiversidade também é ameaçada pelo desmatamento, principalmente por conta de conflitos entre povos indígenas e fazendeiros/garimpeiros, além de extrativistas como seringueiros.

## 6. Considerações Finais

Frente ao exposto e para além do que as ciências propõem, faz-se relevante mencionar a importância de trabalhos que questionam o *status quo*, na tentativa de encontrar suas respostas. Sendo assim, diante das abordagens de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e a real aplicabilidade dos conceitos, percebe-se que os princípios tratados não serão capazes, sozinhos, de manter o planeta habitável para as futuras gerações. A necessidade de mudança é real, principalmente, quando feita por meio de discussões repletas de perguntas e respostas realmente transformadoras.

Sendo assim, espera-se dos e das tomadores e tomadoras de decisão que tomem consciência, uma vez que, em conjunto, multimilionários detentores de empresas são peças fundamentais para a causa da poluição e, resumidamente, das agressões ambientais. Assim, pela via política, será possível alterar a lógica do crescimento econômico e as formas de desenvolvimento da humanidade.

Portanto, a maior transformação se faz presente no fato de assumir que são as produções para o consumo que impactam os recursos naturais gerando desordens antropogênicas, inclusive as climáticas. Isso traduz-se na não resolução dos desafios ambientais caso as autoridades continuem tratando apenas os sintomas e utilizando as fórmulas indicadas que perduram desde o início do modo de produção capitalista.



Sendo assim, o primeiro passo seria abandonar o paradigma que vê o sistema econômico como completo por si mesmo, sendo ele a própria totalidade (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 453).

## Referências Bibliográficas

ALENCAR, Ane A. et al. Landscape fragmentation, severe drought, and the new Amazon forest fire regime. **Ecological applications**, v. 25, n. 6, p. 1493-1505, 2015.

BARBOSA, M.N., MARTINS, E.S. **Desflorestamento na Amazônia** 1995-1997. Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais, projeto PRODES. Disponível em <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/prodes1995-1997.pdf>>. Acesso em: 06/03/2020.

BIANCARELLI, André M., A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 26, p. 345-366.

BORGES, André. Ministério do Meio Ambiente impõe lei da mordaca a Ibama e ICMBio. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-do-meio-ambiente-impoe-lei-da-mordaca-a-ibama-e-icmbio,70002753849>>. Acesso em: 4 de março de 2020.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012 .

CECHIN, Andrei Domingues; VEIGA, José Eli da. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista Economia Política**, São Paulo , v. 30, n. 3, p. 438-454, Sept. 2010

COLLIER, Paul. **O Futuro do Capitalismo**: enfrentando novas inquietações; tradução Denise Bottmann - 1. e.d. - Porto Alegre (RS): L&PM, 2019.

DALY, H. "Toward some operational principles of sustainable development." **Ecological Economics**, v.2, p.1-6, 1990.

\_\_\_\_\_. “Ecological economics and sustainable development, selected essays of Herman Daly”. Cheltenham: s. n., 2007.

DAMACENA, Fernanda; FARIAS, Carmem. Meio ambiente e economia: uma perspectiva para além dos instrumentos de comando e controle. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 148-181, jan./abr. 2017

DUNDER, Karla. Bolsonaro afirma que "farra das multas" ambientais vai acabar. **R7 Notícias**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-afirma-que-farra-das-multas-ambientais-vai-acabar-01122018>>. Acesso em: 4 de março de 2020.

ESTATÍSTICAS de Comércio Exterior: Séries Históricas (Dados Brutos), Período: janeiro de 1997 - fevereiro de 2020. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/>>. Acesso em 06/03/20.

FURTADO, C. “**Desenvolvimento e subdesenvolvimento**”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. “**Teoria e política do desenvolvimento econômico**”. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_. “**O mito do desenvolvimento econômico**”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Notícias sobre mapas temáticos da Amazônia. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=799&t=ibge-ministerio-meio-ambiente-lancam-mapas-tematicos-amazonia view=noticia>>. Acesso em: 06/03/2020.

INPE. A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para Amazônia legal em 2019. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/a-estimativa-da-taxa-de-desmatamento-por-corte-raso-para-a-amazonia-legal-em-2019-e-de-9-762-km2>>. Acesso em: 2 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento de Focos Ativos por Bioma**. Disponível em: <[http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/)>. Acesso em: 4 de março de 2020.



\_\_\_\_\_. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/informacoes/perguntas-frequentes#p1>. Acesso em: 4 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento de Focos Ativos por Países.** Disponível em: [http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_paises/](http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/). Acesso em: 4 de março de 2020.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 157-166, 2005.

JACKSON, T. **Prosperity without growth: “economics for a finite planet”**. London: Earthscan, 2009.

KAGEYAMA, Paulo Y., DOS SANTOS, João Dagoberto. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **revista faac**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012.

LAURANCE, W. L.; ALBERNAZ, A. K. M.; FEARNSIDE, P. M.; VASCONCELOS, H.; FERREIRA, L. V. “Deforestation in Amazonia”. **Science** **304**, 2004, pp.1109-1111.

LEI Nº 9.276, esta Lei institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 1996/1999. Presidência da República Casa Civil. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, José Serra. Brasília, 9 de maio de 1996

LEI Nº 9.989, DE 21 DE JULHO DE 2000 Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000/2003. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Edward Joaquim Amadeo Swaelen, Martus Tavares.

MEADOWS, D. et al. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Apresentação. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/institucional.html>. Acesso em: 4 de março de 2020.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajectoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

40142012000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 mar. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>.

NEPSTAD, Daniel C.; ALENCAR, Ane A.; MOREIRA, Adriana G. **A floresta em chamas: origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia**. Brasília, DF, Brazil: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.

Panorama das Décadas, Câmara dos Deputados. Disponível em: <  
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas>  
> . Acesso em: 06/05/2020.

PIGOU, Arthur C. **The Economics of Welfare**. London: Macmillan, 1924.

LITTLE, Paul (org.) **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiência**. São Paulo, Peirópolis; Brasília - DF: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEEB), 2003.

RODRIGUES, Sabrina. **Governo corta R\$187 milhões do MMA**. Saiba como o corte foi dividido. Eco. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/governo-corta-r-187-milhoes-do-mma-saiba-como-o-corte-foi-dividido/>>. Acesso em: 4 de março de 2020.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 mar. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>.

SÉRIE eixos do desenvolvimento brasileiro: Rodovias brasileiras: gargalos, concessões e preocupações com o futuro. **Comunicados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, nº52, 24 de maio de 2010.

SILVÉRIO, D. et al. **Amazônia em chamas**. Políticas Ambientais no Brasil Políticas Ambientais no Brasil. Disponível em: <<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-2019.pdf>>.

SOLOW, R. Technical change and the aggregate production function. **Review of Economics and statistics**, v.39, n.3, p.312-20, ago. 1957.



TURNER, Graham M. A comparison of The Limits to Growth with 30 years of reality. **CSIRO Sustainable Ecosystems**, GPO Box 284, Canberra City, ACT 2601, Australia.

VALERIANO, D.M., ESCADA, M.I.S., CÂMARA, G., AMARAL, S., MAURANO, L.E., RENNÓ, C.D., ALMEIDA, C. e MONTEIRO, A.M.V.. **Dimensões do Desmatamento na Amazônia Brasileira**. Elaboração INPE para a ABEP/Rio+20. Março de 2012.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIZEU, Fabio, MENEGHETTI, Francis K., SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012. FGV, 16 de agosto de 2012.



## **Mercado de Trabalho: Investigação sobre Desemprego, Informalidade e Desigualdade**

### **Labor Market: a Study on Unemployment, Informality and Inequality**

Amanda de Castro Lana  
Gustavo Silva Tavares de Oliveira  
João Pedro Sales Moura  
Marcílio Antônio da Silva Neto  
Rafael Braz de Oliveira

#### **Resumo**

O artigo propõe-se a definir os conceitos de desemprego, informalidade e desigualdade por vias econômicas e entender seus volumes e particularidades na sociedade brasileira. As principais formas de análise se dão por gênero, unidade federativa, raça/cor, idade e escolaridade. Os resultados reforçam as teorias apresentadas e mostram de qual forma o mercado de trabalho e desigualdade conversam no Brasil, seja socialmente ou economicamente.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Brasil; Desigualdade; Desemprego; Informalidade

#### **Abstract**

*The article proposes the definition of unemployment, informality and inequality concepts by an economical way and to understand their volumes and singularities in brazilian society. The main ways of analysis are given by gender, federative units, color/race, age and schooling level. The results reinforce the presented theories and show how the labor market and inequality interact in Brazil, whether socially or economically.*

**Keywords:** Labor Market; Brazil; Inequality; Unemployment; Informality

## 1. Introdução

A investigação sobre as facetas do desemprego no Brasil é objeto de estudo frequente dentro do campo das ciências sociais aplicadas como um todo. Na esfera econômica esse tipo de estudo é importante para a articulação de uma política pública, de um incentivo fiscal, ações do Banco Central, entre outros. Por mais que essas análises do trabalho tenham sido feitas afincamente, ainda não é um assunto saturado dentro da área de Economia do Trabalho e o artigo aqui apresentado visa uma nova abordagem no que tange ao desemprego e sua estrutura.

O trabalho base para este artigo, é de autoria de Paes de Barros, Camargo e Mendonça (1997). O escopo era traçar a estrutura do desemprego no Brasil, nos anos de 1982/93. Por mais que pareça ser bastante distante da realidade atual - o que é verdade - o trabalho é útil no que concerne a metodologia e insights de grande ajuda para o que foi feito na última década, ao analisar desde o primeiro trimestre de 2013 até o quarto trimestre de 2019. Ao traçar o espaço de tempo trabalhado, justifica-se a escolha do período pelo fato do Brasil ter passado por um momento de turbulência econômica e política, desse modo, o período ajuda a ver o que pode ser o “novo comum” ou o que é apenas passageiro.

Entretanto, o trabalho apresentado neste artigo não é apenas uma atualização do que foi feito no ano de 1997. Uma das afirmações por parte do trabalho de Paes de Barros, Camargo e Mendonça era de que o desemprego por afetar menos chefes de família, tinha um impacto menor do que previsto sobre a desigualdade, por conta dessa posição da família ser a principal fonte de renda do lar. Ao passar para a década de 2010, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) oferece uma gama maior de variáveis que ajudam em uma análise talvez mais minuciosa sobre a realidade brasileira. Logo, ao utilizar os dados trimestrais pela PNAD Contínua, procura-se saber, por um degrau a mais, qual o verdadeiro impacto do desemprego na desigualdade, e esse passo foi a análise da informalidade.

Há uma vastidão de trabalhos que buscam dissecar a informalidade no Brasil, muitos que serão citados mais a frente no trabalho. A questão é, além de exemplificar a formalidade e a semiformalidade no Brasil, trazer de qual forma o desemprego impacta a informalidade e de qual forma essa informalidade impacta a desigualdade

brasileira, será mostrado o porquê desse raciocínio ao mostrar como a informalidade se distingue da formalidade.

Portanto, na primeira parte do trabalho será discutido como o desemprego no Brasil se dá, classificado por região, gênero e raça e na segunda parte se dará o mesmo com a informalidade. Nas últimas partes será discutido a desigualdade pela ótica das duas variáveis já citadas, além de, enfim, mostrar de qual maneira essas três variáveis conversam.

## **2. Desemprego**

O objeto desta seção é o desemprego. Além de traçar apenas os números do volume de indivíduos a procura de trabalho no país, será traçado também de que forma o desemprego pode ser uma mazela social enorme, seja na ótica da saúde mental dos afetados, como também do ponto de vista sociológico.

### **2.1. Além dos números**

Apenas para introduzir de maneira menos economicista, pois talvez seja um bom modo de encarar debates econômicos, nessa primeira parte, será apresentada brevemente de qual forma a saúde mental dos trabalhadores desempregados pode ser afetada por conta dessa situação. Para tanto, o trabalho de Creed e Reynolds (2000) sobre privação econômica, privação experiencial e solidão social no desemprego e emprego jovem.

Os resultados atingidos no estudo são muito importantes para o debate no âmbito individual do desemprego, já que os autores confirmam que o desemprego de longa duração além dos problemas que a teoria econômica traz, como perda de experiência que resulta em mais tempo de desemprego, também é responsável por maior privação econômica e solidão social. Além disso, mostra que há uma queda significativa no que o autor chama de “funções latentes” que é basicamente o agir individual. O estresse psicológico, de acordo com o artigo, também é maior em desempregados que empregados, resultado esse que pode ser contra intuitivo já que era de se esperar que pessoas trabalhando, possam ser mais cobradas por resultados, metas e afins, porém o estudo mostra algo divergente. Por fim, o estudo também mostra outra característica importante do trabalho no século XXI, pois os jovens empregados mostram uma maior solidão social que desempregados, isso, de acordo

com os autores, possa vir do fato que pessoas desempregadas possuem uma maior rede de apoio que pessoas em situação estabilizada em relação ao emprego.

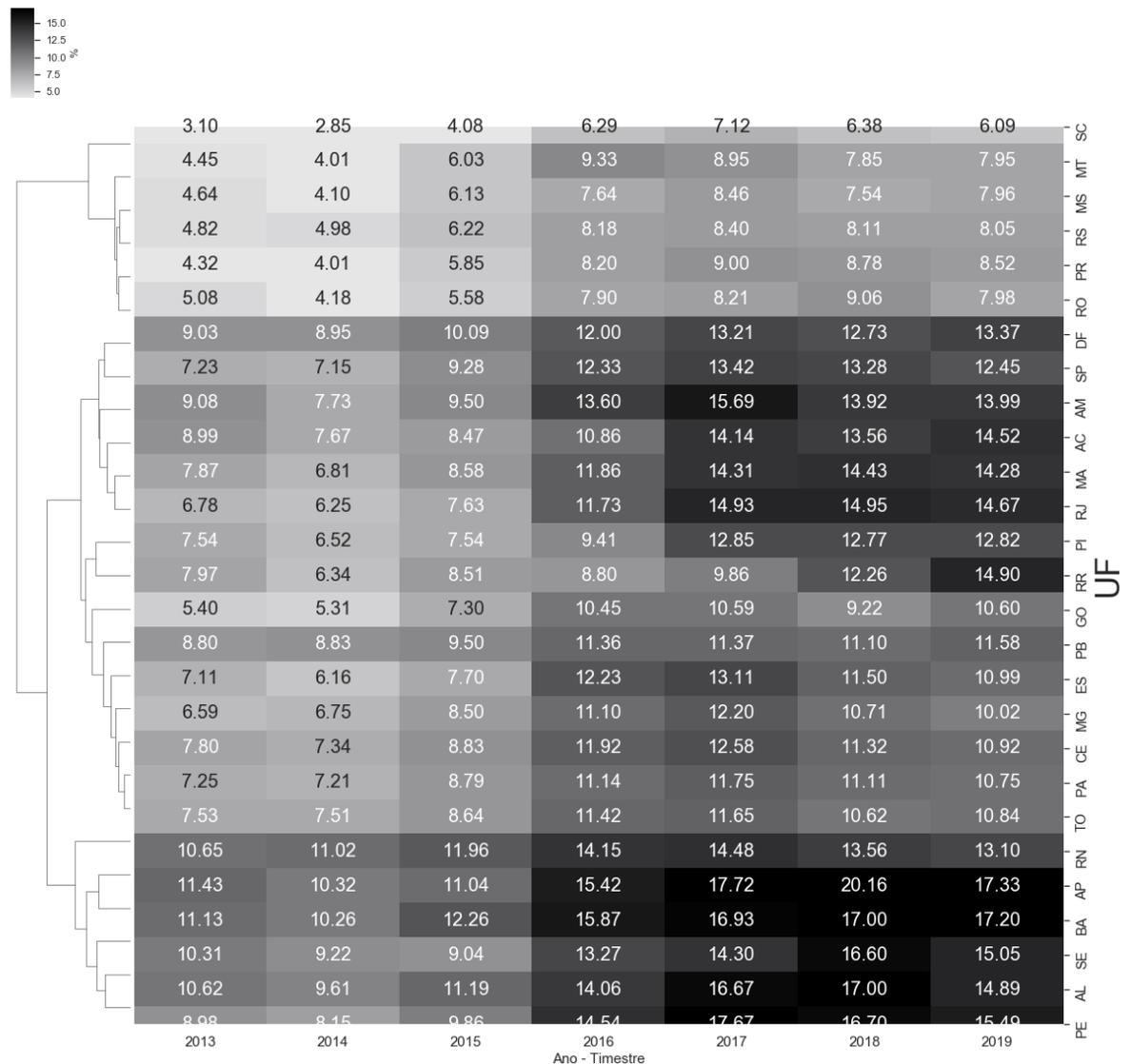
Outro estudo sobre a saúde mental dos trabalhadores desempregados é de autoria de Weich e Lewis (1998), sobre pobreza, desemprego e transtornos mentais comuns no Reino Unido. Os principais resultados do artigo são em primeiro lugar: a pobreza e o desemprego pouco explicam o surgimento de doenças psíquicas, porém explicam bastante a manutenção dos quadros patológicos; em segundo lugar: dialogando com o outro trabalho citado, tensões financeiras, talvez causadas pelo desemprego de longo prazo, explicam tanto o surgimento quanto a manutenção de doenças psíquicas.

Após esse breve comentário sobre os problemas de saúde mental, do ponto de vista da sociologia, o desemprego também apresenta características próprias para o debate que está sendo feito. O texto utilizado, foi de autoria da Nadya Araujo Guimarães (2002), sobre a sociologia do desemprego. O ponto principal que será ressaltado aqui, foi a da criação de uma nova classe de classificação do emprego que surge, de acordo com a autora, após a metade do século XX. Antes, o emprego era parte fundamental daquilo que o indivíduo era, exemplificando: caso um trabalhador fosse carpinteiro, mesmo desempregado, apresentava-se como carpinteiro, pois sua função social era a mesma apesar do status de trabalho momentâneo. A autora argumenta que, a existência recente do desemprego de longo prazo, leva a uma mudança na forma em que os indivíduos se relacionam com o trabalho, uma pessoa pode se definir como desemprego, fato que antes era impensável, muito por conta das transformações empregatícias e tecnológicas dos últimos setenta anos.

Tendo em vista o que foi dito nesse primeiro tópico sobre desemprego, passa-se agora a análise por via da PNAD Contínua, de 2013 até o ano de 2019.

## **2.2. Desemprego em números**

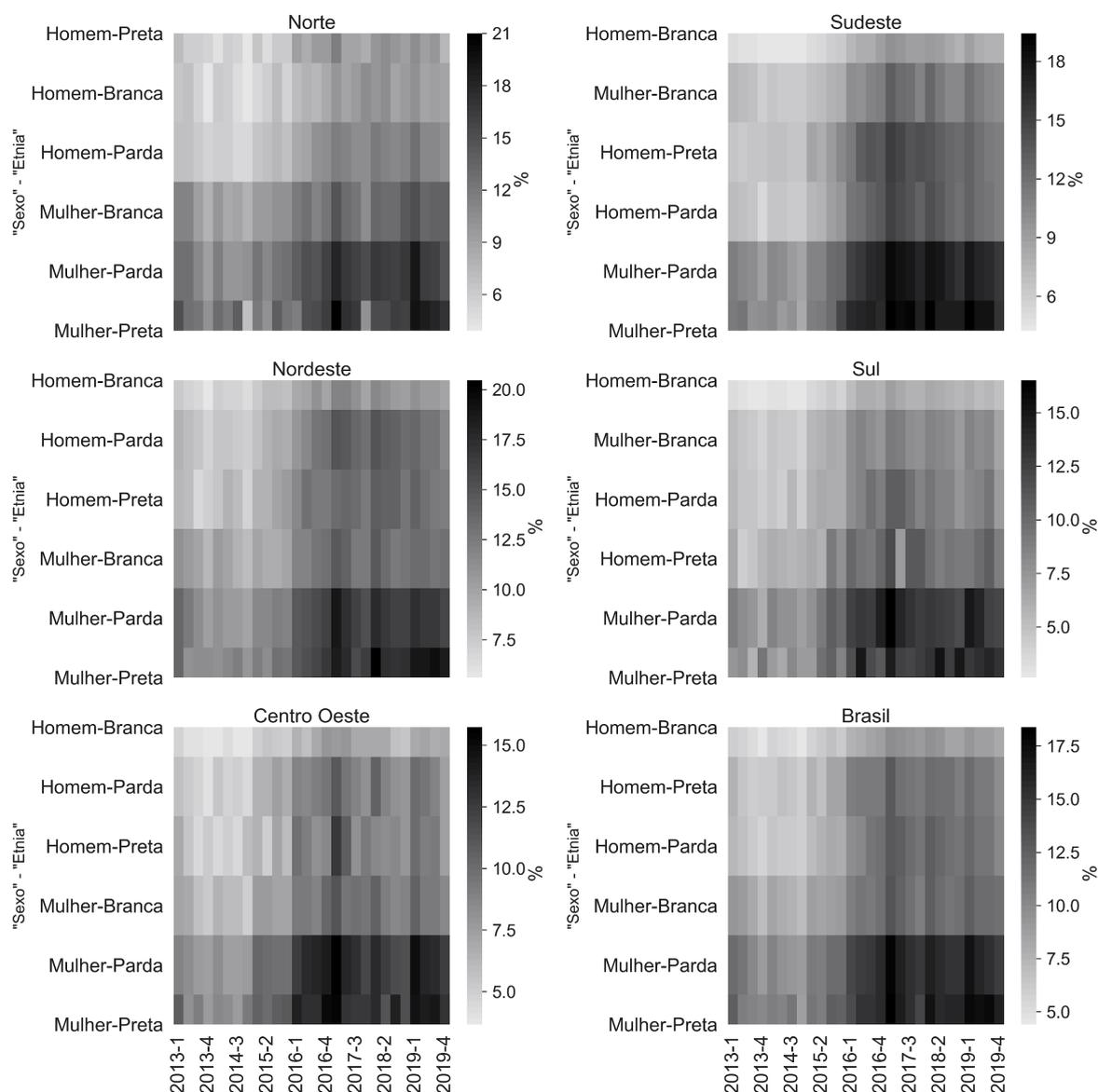
O desemprego foi calculado pela razão de pessoas desocupadas sobre a População Economicamente Ativa (PEA).

**FIGURA 2.1: DESEMPREGO POR UNIDADE FEDERATIVA. (%)**

Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

No gráfico acima é possível observar quais unidades da federação foram mais afetadas pela crise do mercado de trabalho que se iniciou com a recessão em 2015. Observa-se que o estado de Santa Catarina possui o menor nível de desemprego em 2019, seguido pelos demais estados do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. No centro do gráfico é possível verificar aqueles que tiveram seus mercados de trabalho mais atingidos pela recessão, que foram Rio grande do Norte, Bahia, aqueles já vinham com as maiores taxas de desempregados nos anos de 2013 e 2014 e se mantiveram crescentes ao longo dos demais anos

Na Figura 2.1 é possível observar 4 grandes grupos de estados que se comportaram de maneiras distintas. O primeiro é composto por aqueles que possuíam as taxas mais baixas de desemprego e ao longo do período aumentaram, mas mantiveram suas taxas como as mais baixas (com exceção de Goiás), esse grupo é composto pelos 3 estados do Sul, além de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O segundo e o terceiro grupo possuíam trajetórias semelhantes. Em 2013 suas taxas eram próximas à taxa nacional de desemprego, de 7.12%, e ao longo da recessão, iniciada em 2015, aumentaram suas taxas. No entanto, o segundo acabou divergindo do terceiro a partir de 2017 e terminou em 2019 com taxas acima 12.5%, já o terceiro terminou com taxas abaixo desse valor, se assemelhando com a trajetória brasileira. Fazem parte desse segundo grupo: Roraima; Distrito Federal; São Paulo; Amazonas; Acre; Maranhão e Rio de Janeiro. E o terceiro é composto pelos Estados: Piauí, Paraíba; Minas Gerais; Ceará; Pará; Tocantins e Espírito Santo. Finalmente, o quarto grupo apresentava em 2013 as maiores taxas de desemprego, semelhantes àsquelas que o terceiro grupo finalizou, e ainda continuaram elevando suas taxas, sendo o grupo que mais foi afetado pela crise, chegando alguns Estados, como o Amapá, a ter um quinto de sua PEA desempregada em 2018. Além deste, o grupo é composto pelos Estados: Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Já o Estado faltante, Goiás, iniciou no primeiro grupo e finalizou no terceiro.

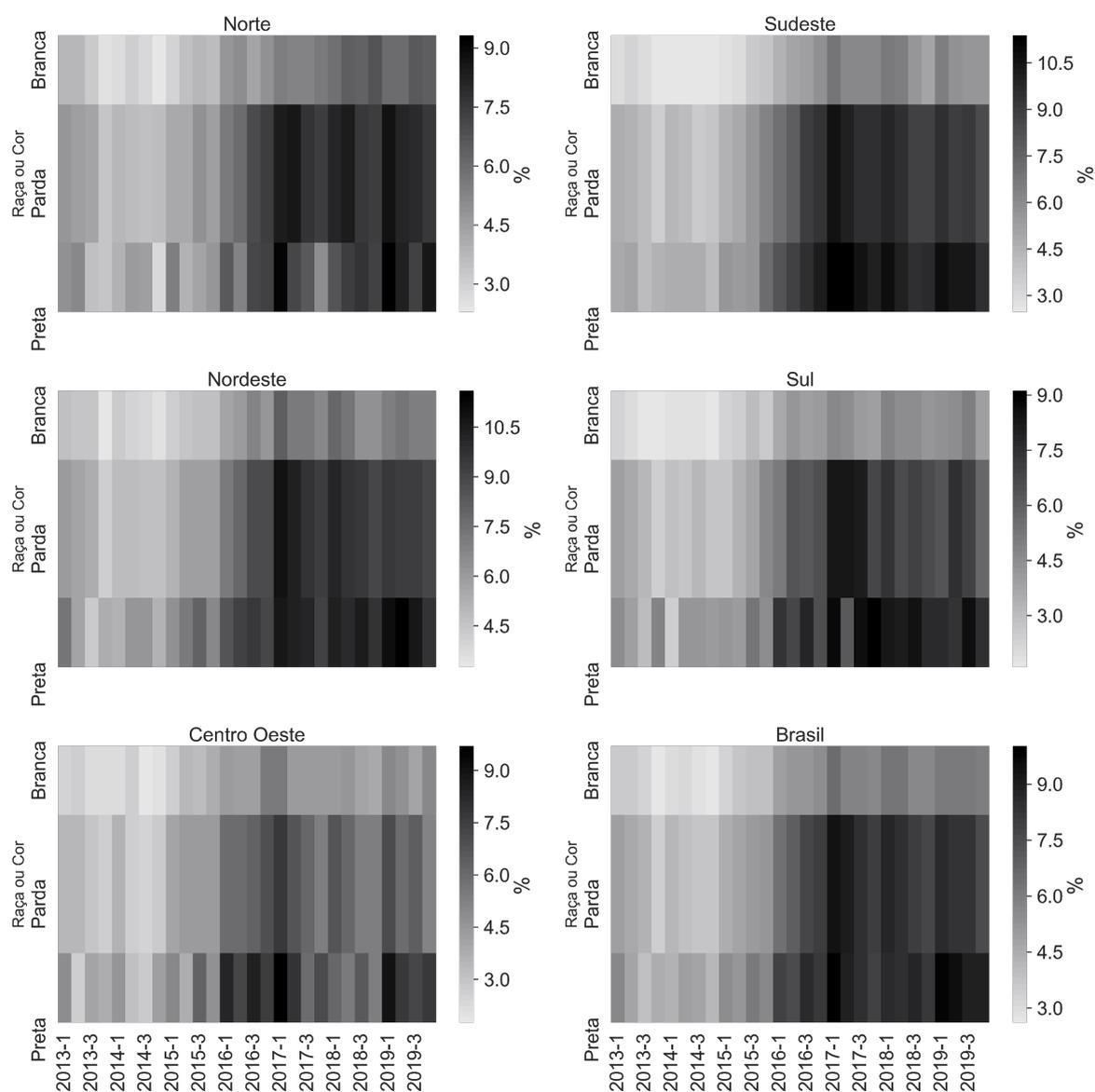
**FIGURA 2.2: DESEMPREGO POR SEXO E RAÇA OU COR. (%)**

Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Decompondo o desemprego por sexo e raça ou cor, observa-se no Brasil, que a primeira se sobrepõe à segunda categoria. Em geral, os homens são menos atingidos pelo desemprego que as mulheres, independentemente da cor ou raça. E dentro da categoria raça observa-se também uma hierarquia da 'Branca sendo menos atingida, seguida pela 'Preta' e a 'Parda sendo a mais atingida. No Brasil é possível observar também uma tendência à equalização das taxas entre os homens em geral e as mulheres brancas. Analisando separadamente cada região, observa-se que as

mulheres brancas possuem taxas menores que os homens pretos e pardos no 4º trimestre de 2019 nas regiões Sul e Sudeste. No Nordeste e no Centro-Oeste o mesmo padrão nacional é observado. E, a região Norte, se destoa na característica cor ou raça entre os homens, com os homens que se autodeclaram pretos possuindo as menores taxas de desemprego da região.

**FIGURA 2.3: DESEMPREGO POR CHEFE DE FAMÍLIA E COR OU RAÇA. (%)**

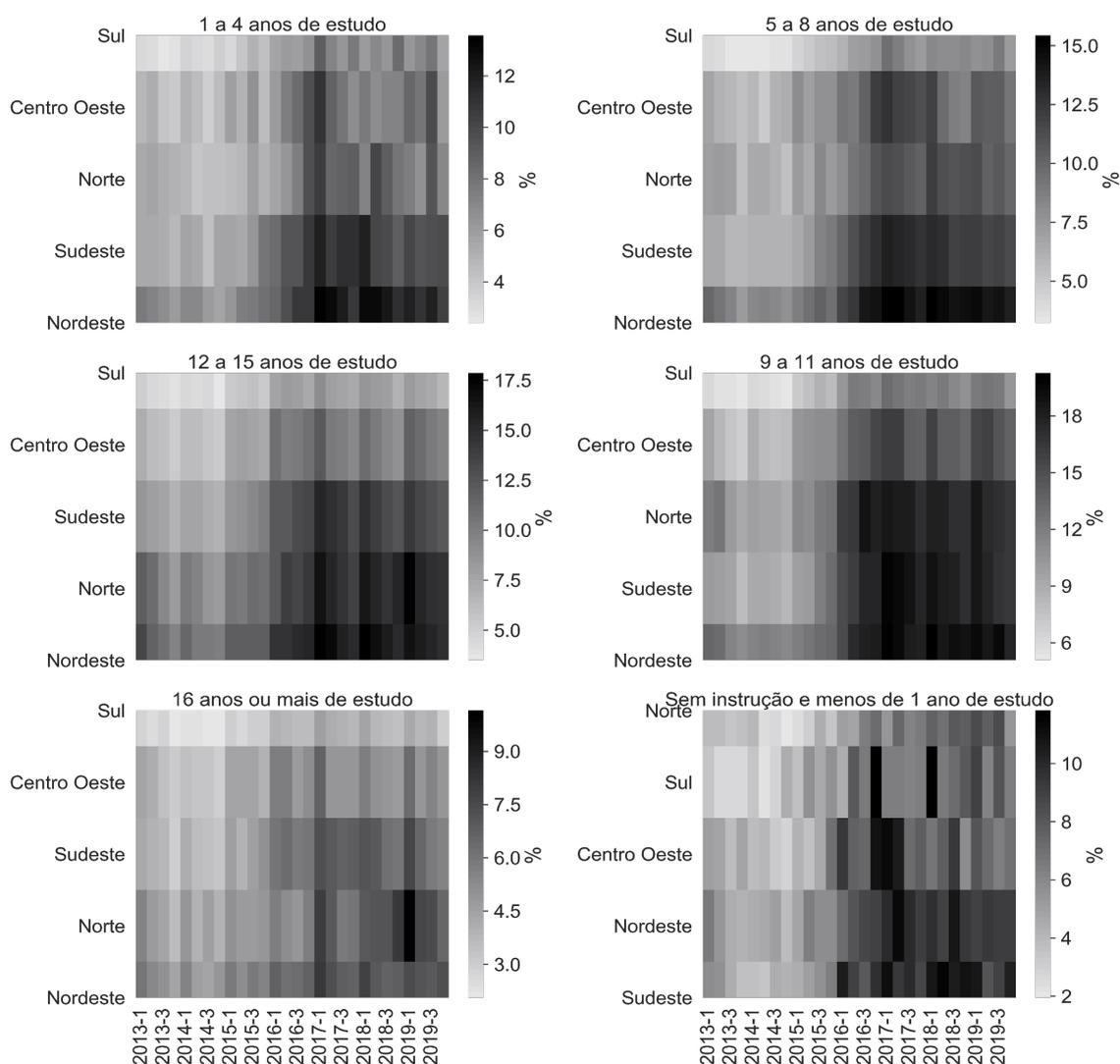


Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Entre as chefes de família observa-se o mesmo padrão em todas as regiões e nacionalmente. A hierarquia inverte para os ‘Pretos’ e os ‘Pardos’, sendo os primeiros

mais atingidos pelo desemprego. O padrão de ‘escurecimento’ do gráfico também é observado, ou seja, as pessoas responsáveis pelos domicílios foram atingidas pela crise, sem distinção de raça ou cor. Observa-se que há também uma tendência à equalização das taxas, com o crescimento expressivos das chefes de família brancas e decréscimo a partir do primeiro e terceiro trimestre de 2017 nos níveis das responsáveis domiciliares pardas. Outro ponto analisado é a faixa de desemprego mostrada na escala ao lado de cada gráfico, de certa forma, elas se mostram igualitárias, com um desvio padrão baixo entre as regiões mostrando uma certa estabilidade independente para esse grupo.

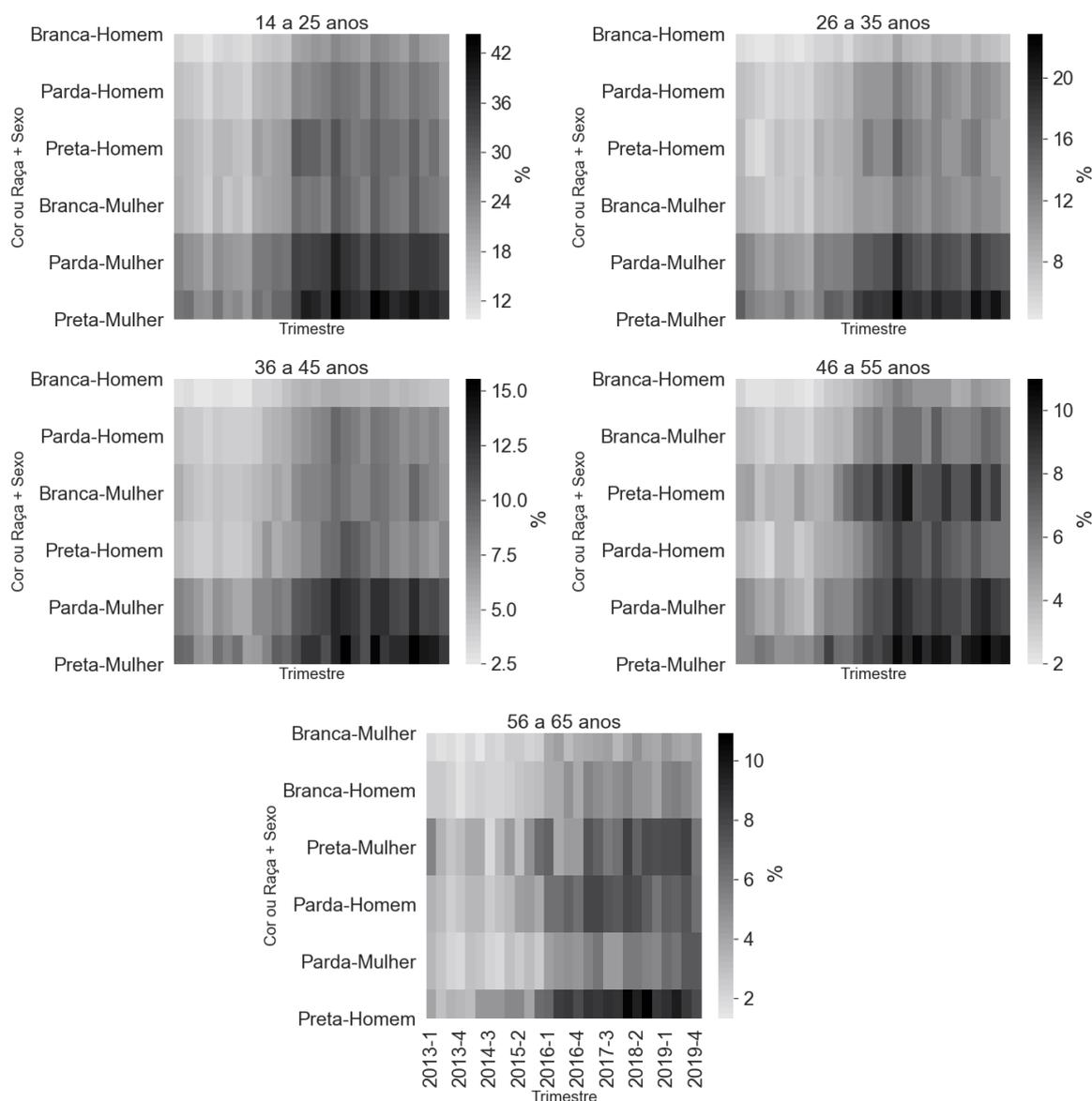
**FIGURA 2.4: DESEMPREGO POR ANOS FORMAIS DE ESTUDO.**  
(%)



Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

O desemprego aumentou em todas as faixas de escolaridade e em todas as regiões. No nível de educação de menos de um ano ou sem instrução, a dinâmica é diferente das demais. O menor nível de desemprego em 2019 foi na região Norte, seguida pela região Sul, Centro-Oeste vem depois com taxas próximas à segunda colocada, sofrendo mais com o desemprego por volta do início de 2016, tendo seu pico em 2017. Nas regiões Nordeste e Sudeste, respectivamente, o desemprego é mais elevado para essa faixa de escolaridade. A partir de um ano de estudo a região Sul e Centro-Oeste apresentam os menores valores de desemprego, para as diferentes faixas de escolaridade. As regiões Norte e Nordeste se intercalam, sendo a primeira mais afetada nos níveis de escolaridade até 11 anos e a segunda mais afetada a partir dos 12 anos de estudo. A região Nordeste apresenta os níveis mais elevados para todas as escolaridades. Olhando para as escalas, observa-se que as faixas de escolaridade ao centro apresentam os maiores níveis, tendo seu pico na faixa dos 9 aos 11 anos de estudo e decaindo a partir deste ponto.

**FIGURA 2.5: DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA, SEXO E COR OU RAÇA. (%)**



Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Por fim, analisando o desemprego por faixa etária observa-se que a população jovem sofreu de forma extrema com o desemprego ao longo do período observado. As mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas, chegaram às taxas próximas de 42% no período observado para faixa etária de 14 a 25 anos, e a mais de 20% para a faixa etária de 26 a 35 anos, nessas mesmas faixas etárias a hierarquia do sexo masculino se sobressai às características de cor ou raça. Além disso, a população citada primeiramente, em todas as faixas etárias até 55 anos é a que mais sofreu com a crise

do mercado de trabalho. A população Branca é a que menos sofre nas faixas etárias acima de 46 anos, independente do sexo.

### **3. Informalidade**

Nesta seção, após trabalhar com os aspectos do desemprego no Brasil, será feito algo semelhante com a informalidade. Será visto, além da análise da PNAD, no mesmo período, os aspectos diversos da informalidade e semiformalidade no Brasil, como aspecto cultural e a nova face, que é chamado de *Gig Economy*, que concerne aplicativos de carona, delivery e afins.

#### **3.1. O que é a informalidade brasileira?**

Antes de iniciar qualquer debate é necessário definir a informalidade e, mais para frente, a semiformalidade. O Delhi Group (2003), uma reunião de estatística sobre o setor informal, em 2004 elaborou um artigo com as definições sobre o trabalho informal. Foi utilizado nesse trabalho tais definições, assim como novas que surgem da particularidade brasileira e de outros artigos lidos, principalmente de Mauro Oddo Nogueira (2016). Porém, foi a definição de Ramos (2007) que será utilizada neste trabalho para definir a informalidade: 1) composta por pequenas firmas de propriedade familiar, baseado na utilização de recursos locais; 2) fundado em tecnologia trabalho-intensivo; 3) baixa-produtividade; 4) atuando em mercados concorrenciais e não regulamentados e; 5) adquirente de qualificações e padrões tecnológicos à margem do circuito oficial.

Como citado no parágrafo anterior, o trabalho de Mauro Oddo Nogueira, intitulado como “A Construção Social da Informalidade e da Semiformalidade no Brasil: uma proposta para o debate” será amplamente utilizado nesta parte, por se tratar de uma amálgama de diversos aspectos econômicos, sociais e históricos da informalidade no Brasil, como o *locus*, o recorte social, a perpetuação hegemônica e faces do capitalismo brasileiro.

Pode-se dizer que a informalidade é a “Economia das Sombras” (*Shadow Economy*, amplamente utilizado), ou a Economia das Brechas. Mario Vargas Llosa no livro de Soto (1987) diz que a informalidade é uma resposta a um “apartheid” econômico, ou seja, o espaço da informalidade é maior que um simples cálculo do custo de oportunidade do trabalho formal. Dessa forma, ao analisar o espaço do

trabalho de brechas, é uma relação de causa e efeito de uma construção colonial que acarreta custos bem maiores para sua realização, como o crédito de maneira ilegal (agiotagem), ou suborno e a insegurança de não poder atuar com sua principal fonte de renda.

Nogueira ao longo do texto pergunta-se da desburocratização ou redução da atividade informal, como uma possível solução para o problema. Porém, ao analisar o *locus* desse tipo de atividade, revela-se que apenas essas duas sugestões são simples para um problema tão complexo. A análise da informalidade, como põe Nogueira, é a análise do que é o Brasil, e assim o juízo de valor para que esse tipo de atividade seja “bom” ou “ruim” é irrelevante.

A Economia das Brechas é herdeira de um processo cultural, iniciado no pós-abolição no Brasil, como analisa Nogueira. O Brasil presenciou uma passagem brusca ao capitalismo sem a formação de uma classe operária formal, logo a busca por empregos nesse sistema econômico deu-se de maneira divergente a outras nações. Não só o trabalho desse ex-escravizado era informal, sua moradia é informal, assim como seu lazer. Usando o exemplo das comunidades no Rio de Janeiro, não há direito de propriedade sobre aqueles locais por parte dos moradores e sim direito de posse (precário), o que é uma mudança brusca sob a luz do liberalismo que disserta sobre o direito de propriedade tão analisado na economia e assim, mais uma vez, a quebra com o economicismo ajuda o entendimento. O entretenimento também era informal, utilizando ainda o Rio de Janeiro como análise, o carnaval de avenida foi proibido logo assim que começou, financiado por uma atividade também ilegal, que era o Jogo do Bicho. O argumento como um todo perpassa a seguinte afirmativa: a Economia é uma ferramenta de análise da compreensão da informalidade e não a causa do problema.

É importante distinguir a informalidade de atividades extra-legais nesse ponto. A extra-legalidade trata de atividade ilegais *per se*, como a criminalidade ou o tráfico de drogas no Brasil. A informalidade trata-se de atividades que por si, não são criminosas, tampouco danosas e mesmo assim são proibidas por aspectos econômicos ou geográficos, como não pagamento de impostos ou situar-se em uma calçada que não é preparada para receber aquele tipo de atividade (Nogueira, 2016).

O autor analisado, também mostra mais um ponto de suma importância ao estudo, o afastamento do Estado da sociedade civil. Foucault (2008) em suas aulas

incluídas no livro “Nascimento da Biopolítica” de um jogo de exclusão, onde a parte da sociedade é deslocada para fora do que é “formal” por parte do Estado. De novo, o exemplo do Rio de Janeiro é utilizado: após a abolição, os ex-escravizados foram largados à mercê da sociedade, onde tiveram que, sem ajuda do Estado, procurar um modo de sobrevivência e assim subiram morros pela capital federal, até então. Kalecki (1942) também é enfático nesse ponto, na palestra transformada em artigo chamada de “Aspectos Políticos do Pleno Emprego”, o economista chama atenção pela forma que o capital reduz a possibilidade empregatícia para assim pagar menores salários e criar um largo exército de reserva, nesse ponto cria-se uma parcela totalmente excluída do emprego do grande capital, ou seja, o formal. Voltando ao Nogueira, o autor também mostra que o Estado se afasta da sociedade civil através da regressividade tributária, onde a parcela menos favorecida paga mais impostos proporcionais e dessa forma, prefere encontrar meios para se livrar da onerosidade da produção. O autor também fala que a burocracia é uma forma de afastamento, pois o nível de acesso à informação diminui de acordo com uma escolaridade menor, assim como essa escolaridade mais baixa é atrelada à uma renda menor, logo difíceis acessos sociais fazem com que a informalidade seja chamativa, principalmente pelo setor agrícola e de serviços.

Nesse ponto da análise da informalidade, Nogueira sustenta um novo conceito: a semiformalidade. Como o próprio nome indicada, a semiformalidade é um trânsito entre a formalidade e a informalidade. Talvez seja o expoente de medidas do governo sobre a empregabilidade como o MEI (microempreendedor individual), que é um registro da semiformalidade brasileira, e o novo setor de serviços caracterizado pela *Gig Economy* será tratada mais à frente. Os espaços da semiformalidade são intensos, como a Feira dos Importados no Distrito Federal, ou o Mercado Ver-O-Peso em Belém, a 25 de Março em São Paulo, Feira de Caruaru no Recife, SAARA no Rio de Janeiro, entre tantos outros. São todos espaços formalizados, porém com formas da informalidade e produtos que estão fora da formalidade. É comum o vendedor de rua que utiliza a máquina de cartão de crédito, ou seja, a semiformalidade também é outro aspecto que foge das variáveis utilizadas na construção do desemprego e da desigualdade no Brasil.

Abordando outro aspecto do espaço entre a informalidade e a semiformalidade, há a *Gig Economy*. As principais características são: “*crowdwork*” e “*work-on-*

*demand*” via aplicativo. O primeiro termo refere-se a atividades que são completadas por etapas com o auxílio de alguma plataforma na qual diversas pessoas de diferentes lugares se conectam, por consequência, os clientes ou os chefes do projeto têm acesso para poder acompanhar o andamento dos trabalhos, um bom exemplo é a plataforma “Trello”; o segundo termo significa “trabalho sob demanda”, no qual o prestador do serviço e o cliente fecham um contrato de serviço que tem um começo e um fim, como o “HireApp”. No caso, o prestador de serviço não é funcionário do contratante, e não há as relações que o trabalho formal com carteira assinada exige.

A facilidade e praticidade de contato entre as pessoas também foi primordial para a popularização das plataformas digitais de prestação de serviço. Algumas barreiras, como as físicas e linguísticas, tornaram-se menos importantes do que eram antigamente. Um cliente do Brasil pode contratar os serviços de um programador que mora em Israel sem que os dois tenham se visto ou se falado pessoalmente. Um chileno pode comprar um equipamento de uma loja situada nos Estados Unidos e, após alguns dias, receber sua compra em perfeito estado. Além disso, alguns custos foram barateados pois em muitos casos a comunicação é feita diretamente entre cliente e empresa (ou profissional), excluindo um intermediador. Outras características da *Gig Economy* também ajudaram a diminuir custos, dentre elas: 1) custos marginais tendem a zero, muitas empresas, como as de transportes privados por exemplo, possuem um custo adicional de contratar um novo motorista que é praticamente irrelevante. O interessado busca o contato, se adequa ao perfil exigido pela empresa, e muitas vezes, recebe um salário de acordo com a sua produtividade no período, no lugar de um salário fixo; 2) larga escala, como dito anteriormente, muitas barreiras físicas foram quebradas e pessoas em diferentes países podem trabalhar juntas em um projeto. Além disso, diversos vendedores e consumidores de todo o mundo podem fazer vendas e compras com apenas alguns cliques e; 3) facilidade de encontrar bens e serviços, algoritmos calculam os interesses em comum e aceleram o encontro entre as partes que se complementam. Se o consumidor procura um bem ou serviço na internet, a própria plataforma irá propor alguém fornecedor ou profissional que melhor o atenda.

Apesar do crescimento das plataformas, não se pode saber exatamente quantos trabalhadores cada empresa possui. Isso se deve ao fato de que essas empresas procuram proteger ao máximo esses dados, ademais, uma mesma pessoa pode prestar



os mesmos serviços para empresas concorrentes, o que dificulta estimar com exatidão o número de pessoas que trabalham com algo relacionado a *Gig Economy*. No Brasil, isso ainda piora pois existe uma área cinzenta que tange os problemas de regulamentação e de direitos trabalhistas.

No mercado de trabalho é possível encontrar cada vez mais os trabalhadores autônomos. Além dos problemas de desemprego já abordados no artigo, o pensamento de se trabalhar dentro do escritório de uma firma já está começando a ficar no passado. Cada vez mais pessoas buscam sua autonomia, sem depender das ordens de um chefe, e gerenciando o seu próprio negócio. Outras pessoas optam por esse tipo de trabalho por conta da comodidade de poder trabalhar em casa, fazer os próprios horários e trabalhar com o que gosta. Esses aplicativos, principalmente aqueles que envolvem o *crowdwork*, trazem muitos benefícios para seus usuários, dentre o maior deles, a facilidade e velocidade de comunicação. Entretanto, há diversas críticas ao comportamento de muitas empresas que têm o perfil da *Gig Economy* com relação aos seus trabalhadores.

A teoria econômica clássica aborda o conceito de “desemprego natural”. Resumidamente, é o nível de desemprego que, levando em conta os fatores internos do país, mantém a economia em equilíbrio. Na visão de Karl Marx (1996), as pessoas que estão dentro desse nível de desemprego são chamadas de “Exército Industrial de Reserva”, ou seja, aquelas pessoas que excedem a necessidade de produção. Segundo o autor, esse seria um mecanismo do Estado para manter um controle sobre sua mão de obra, inibindo as possíveis reivindicações dos trabalhadores e diminuindo os salários. As críticas mais comuns giram em torno dessa ideia: as empresas donas de aplicativos se aproveitam da parcela da população desempregada que, motivadas por uma busca desesperada por uma fonte de renda, acabam buscando esses aplicativos mesmo com as condições de trabalho impostas a eles.

A seguinte citação é um parágrafo do Termos e Condições de Uso da *Amazon Mechanical Turk*, publicada em 2014: “*As a Provider you are performing Services for a Requester in your personal capacity as an independent contractor and not as an employee of the Requester .... This Agreement does not create an association, joint venture, partnership or franchise, employer/employee relationship between Providers and Requesters, or Providers and Amazon Mechanical Turk*”. Basicamente

o parágrafo diz que o provedor está executando os serviços de forma independente, não como um funcionário da empresa, e que o contrato não cria uma associação entre cliente, colaborador e empresa. Sendo assim, a *Amazon Mechanical Turk* tinha o respaldo para se proteger algum problema gerado nos seus serviços. No Brasil, o Mercado Livre tinha uma conduta semelhante, na qual se eximia de qualquer prejuízo que pudesse ocorrer com um cliente ou um vendedor.

Reiterando que muitas críticas se baseiam nesses tópicos pois acredita-se que as empresas possuem esse tipo de comportamento pelo fato de existir muitas pessoas que aceitam esses termos de contrato por fazerem parte do “exército industrial de reserva” e enxergarem neles uma maneira de escapar do desemprego que atinge o mercado formal. Desde o surgimento dessas empresas, muito foi modificado em seus termos de uso. Entretanto, ainda há muitas áreas cinzentas que dizem respeito à legislação e à regulamentação desse setor do mercado de trabalho.

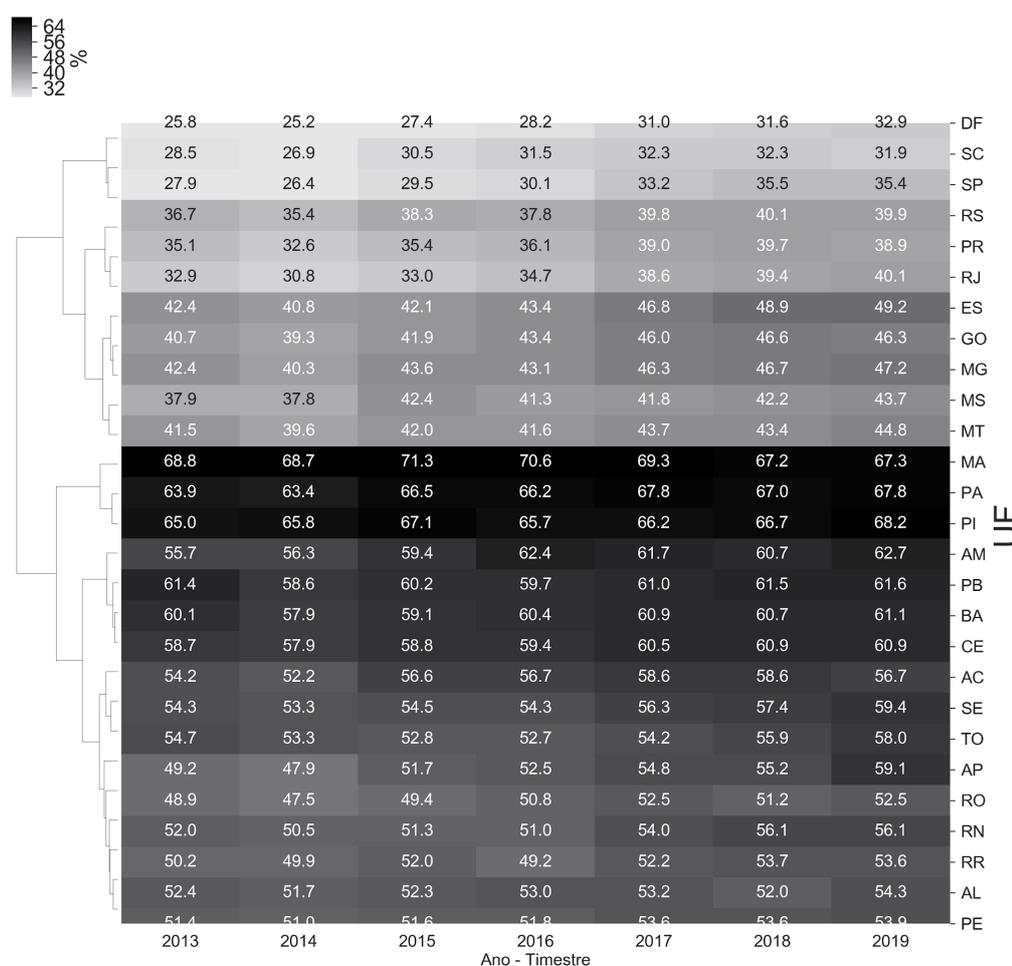
Tendo em consideração todos esses aspectos aqui citados, as políticas de governo não deveriam pensar em soluções econômicas como “a despeito da informalidade” e sim “a partir da informalidade”, como pontua Nogueira. São aspectos mais importantes entender de onde surge, e assim elaborar e analisar de fato a informalidade e sua relação de causa e efeito sobre o desemprego (onde a *Gig Economy* é um produto claro e moderno) e sobre a desigualdade no Brasil.

### **3.2. A informalidade em números**

Utilizando novamente os dados da PNAD contínua do IBGE, será analisada a informalidade estatisticamente, assim como foi feito na análise sobre o desemprego. A variável escolhida para a determinação do nível de informalidade da força de trabalho foi a “Posição na ocupação e categoria do trabalho principal na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade”. Dois valores que podem ser atribuídos a essa variável merecem atenção, são eles: “Empregador” e “Trabalhador por Conta própria”, pois ambas englobam trabalhadores com níveis de renda bastantes distintos, não podendo atribuir aos dois como trabalhadores informais de forma imediata. Portanto, para que fosse realizada essa separação, a variável escolhida foi o ‘Rendimento mensal efetivo do trabalho principal’ e o corte foi realizado no

salário médio dos trabalhadores dos setores privado e público de carteira assinada, militar e servidor estatutário<sup>1</sup>. Sendo assim chegou-se ao resultado do gráfico abaixo.

**FIGURA 3.1: INFORMALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE FEDERATIVA. (%)**



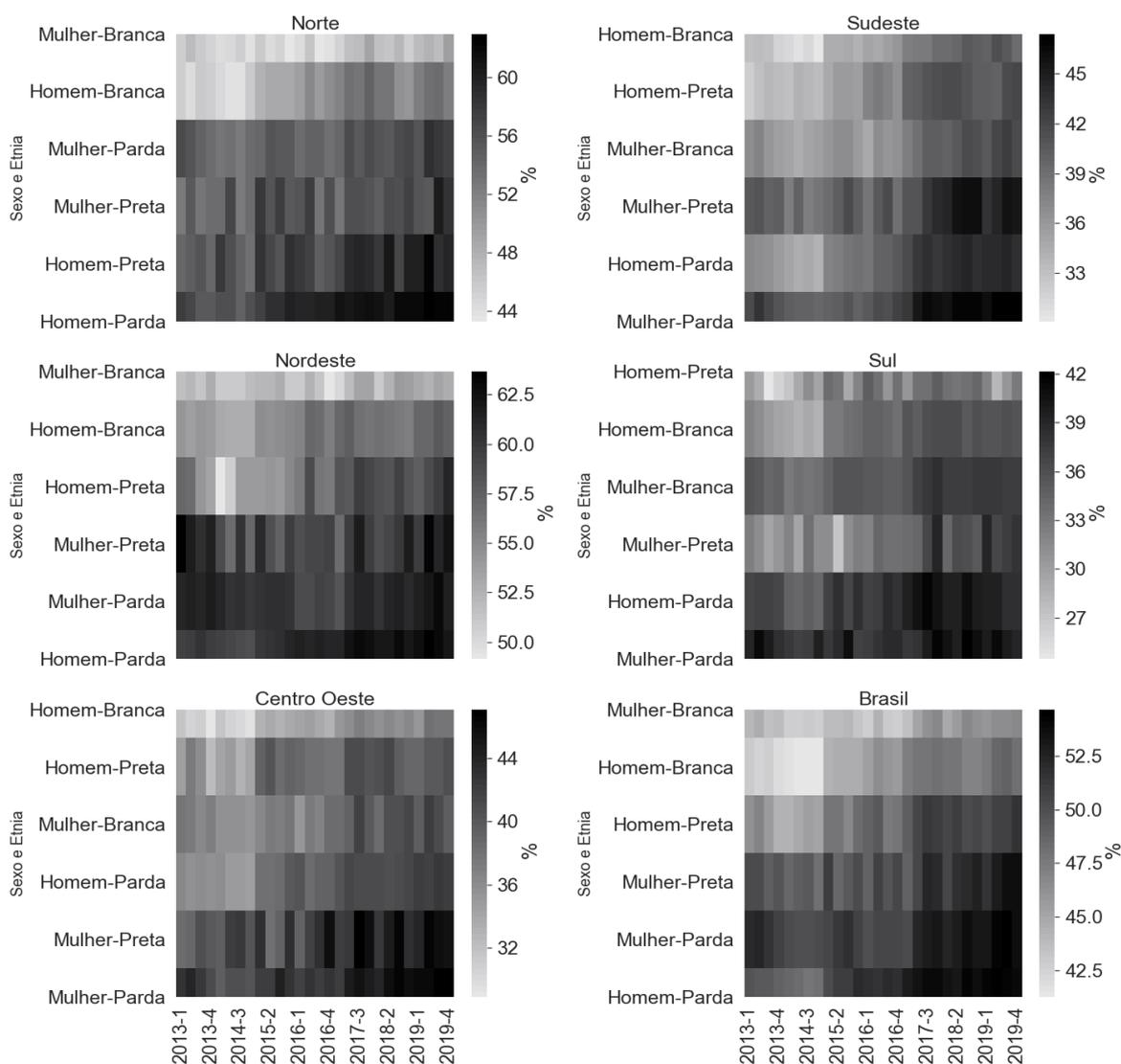
Fonte: PNADC Elaboração:Própria

A ‘Figura 3.1’ mostra dois grupos de Estados que apresentaram trajetórias distintas. De forma geral observa-se um ‘escurecimento’ no gráfico da esquerda para direita no primeiro grupo, indicando que houve um aumento estrutural no nível de informalidade do mercado de trabalho desse grupo, ele é composto pelo Distrito

<sup>1</sup> Os demais valores para a variável são: “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada”; “Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada”; “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”; “Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada” e; ”Trabalhador familiar auxiliar”

Federal, São Paulo e Santa Catarina cujos níveis se mostraram menores, seguidos pelas demais unidades federativas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, regiões nas quais o valor máximo que se encontra no ano de 2019 por volta dos 49%, no Espírito Santo. Em contrapartida, o segundo grupo é composto pelos Estados do Norte e Nordeste sendo possível visualizar que o fenômeno da informalidade atinge de maneira generalizada nessas regiões, em que o valor mínimo é superior ao máximo encontrado nas regiões do primeiro grupo. Maranhão, Pará e Piauí apresentam taxas próximas a 70% em todo o período analisado; Paraíba, Bahia e Ceará ficam em torno dos 60% ou mais no nível de informalidade; e as demais na faixa dos 50% aos 60%.

**FIGURA 3.2: INFORMALIDADE FORÇA DE TRABALHO POR SEXO E ETNIA. (%)**



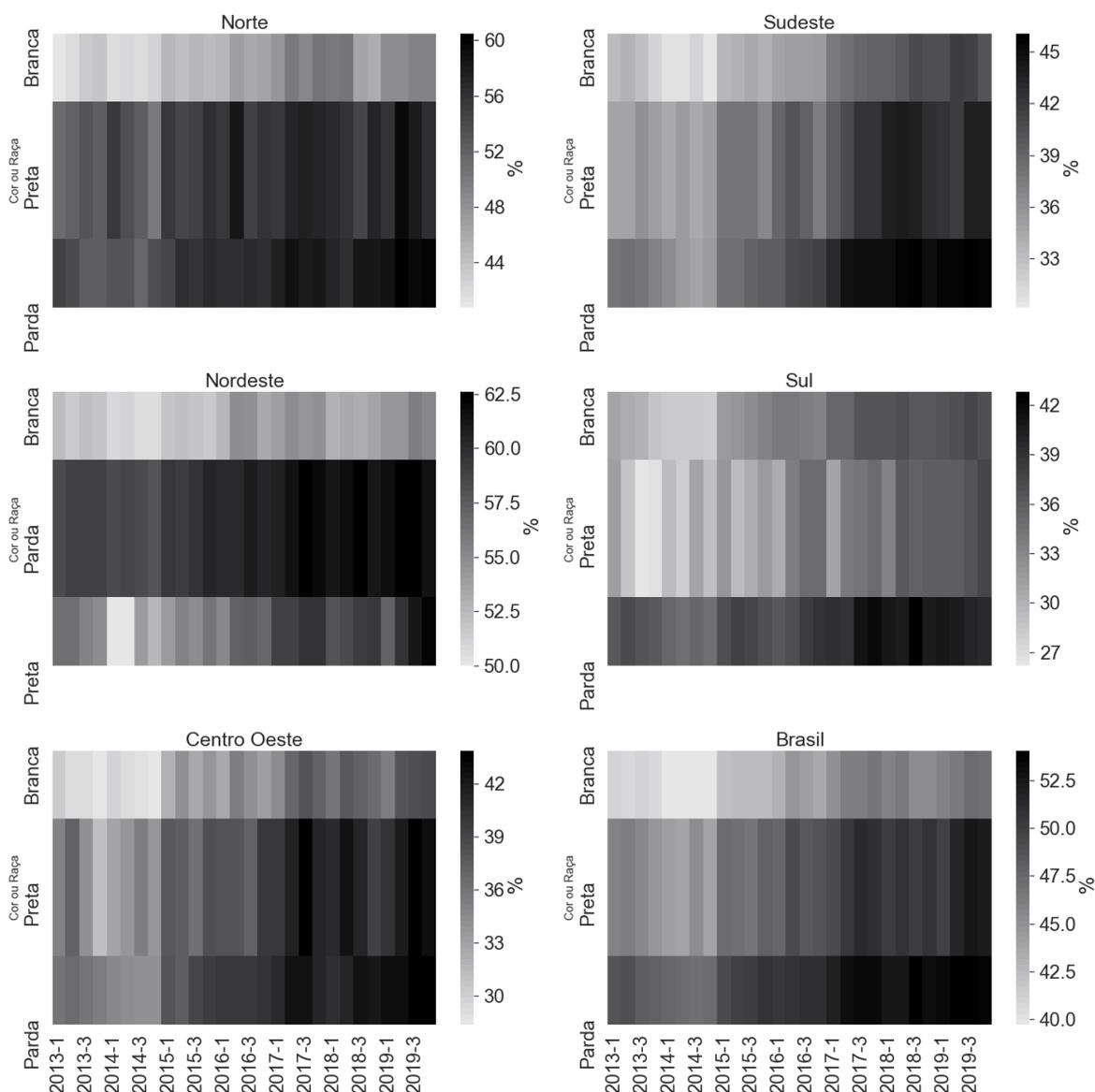
Fonte: PNADC Elaboração: Própria

Analisando as características sociais da informalidade, o mesmo padrão de escurecimento do gráfico se repete em todas as regiões. Na região norte, os homens são atingidos mais pela informalidade que as mulheres, considerando a mesma raça ou cor e ainda os valores mínimos encontrados na região se assemelham aos máximos encontrados nas regiões no centro-sul do país. Na região Nordeste o mesmo padrão de dominância do variável sexo sobre as características de cor ou raça, com exceção da autodeclaração 'Preta', é encontrado, e ainda há uma certa hierarquia dentro da variável 'cor ou raça'<sup>2</sup>, com a 'Branca' sofrendo menos, depois a 'Preta' e, por fim, a 'Parda'. E, assim como no Norte, as variáveis apresentam valores elevados. No Centro-Oeste a hierarquia na variável sexo se inverte, com as mulheres sendo mais afetadas que os homens, mas o padrão na autodeclaração se mantém. No Sudeste o mesmo ocorre com a variável sexo, no entanto a auto declaração parda se sobressai na proporção afetada, e ainda é possível verificar uma equalização dos níveis de informalidade pelas características, entorno de 42% e 45% de cada população sendo atingida pela informalidade. Finalmente, na região Sul, o mesmo padrão hierárquico da região sudeste é observado, com exceção da autodeclaração 'Preta' sendo menos atingida que a autodeclaração 'Branca', para os homens. No geral, no Brasil se observa que a informalidade atingiu todos os grupos no período analisado, se mantendo a hierarquia da autodeclaração de 'Branco' com os brancos sendo menos atingidos, depois os 'Pretos' e em seguida os 'Pardos'. A hierarquia na variável sexo denota somente na população 'Preta', com as mulheres sendo mais atingidas que os homens de mesma cor, nas demais o inverso é observado.

---

<sup>2</sup> As autodeclarações 'Amarela' e 'Indígena' foram retiradas da análise por apresentarem valores com uma variância elevada, devido à pequena quantidade de amostra que possuem e assim distorceriam a escala do gráfico com o mapa de calor.

**FIGURA 3.3: INFORMALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO POR ETNIA. (%)**

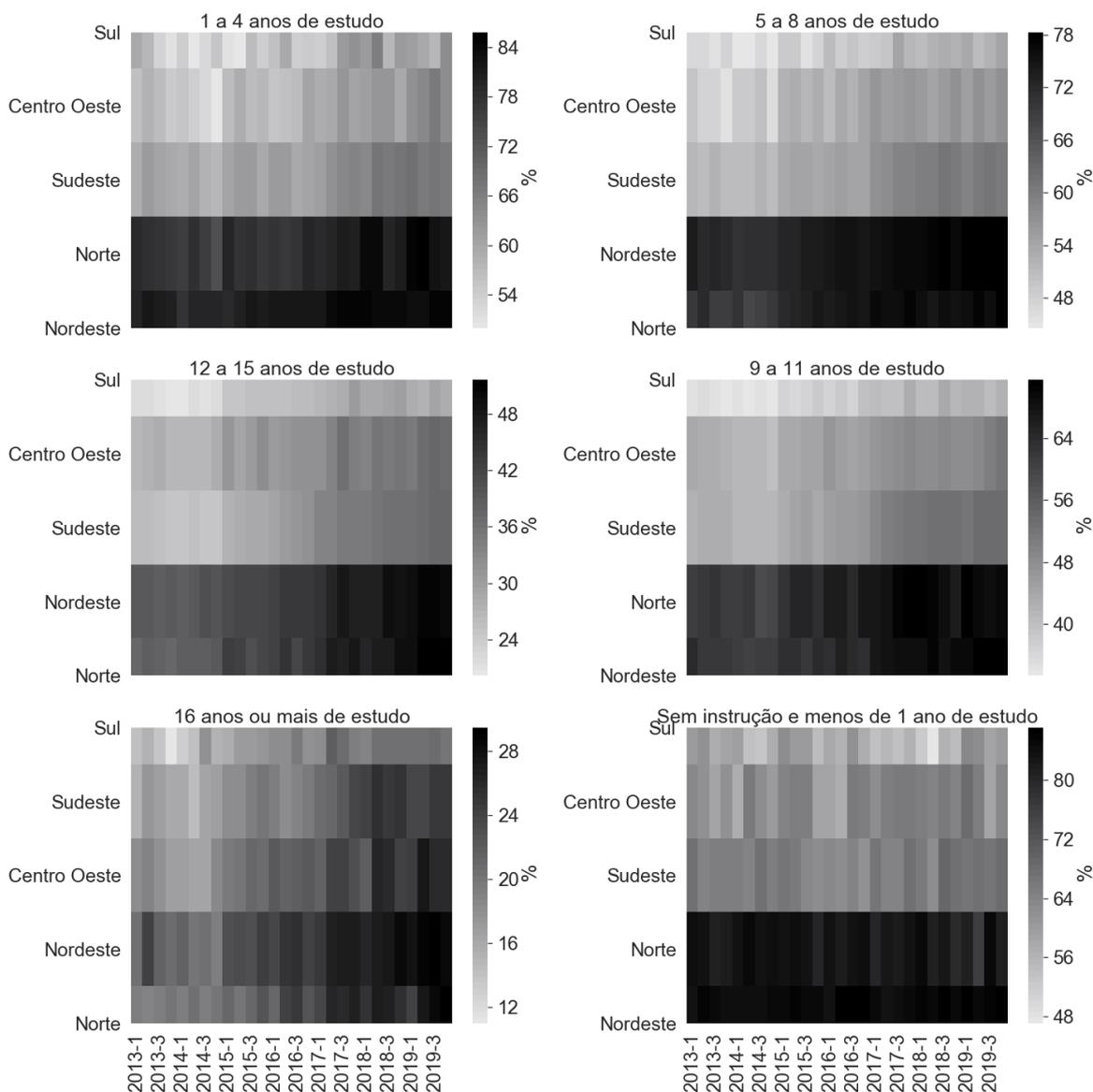


Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Dentre as pessoas responsáveis pelo domicílio, de novo, o mesmo padrão de aumento da informalidade é observado em todas as regiões, havendo uma tendência da equalização das taxas de cada população, com um crescimento notável da informalidade da população branca em todas as regiões. Além disso, é observado um mesmo padrão hierárquico da variável de autodeclaração, com a população 'Parda' sendo mais atingida, depois a 'Preta' e a 'Branca', respectivamente para o 4º trimestre

de 2019. A população das chefes de família na informalidade apresenta seu maior valor entre os pardos do Nordeste, com cerca de 62,5% na informalidade, e seu menor valor entre os brancos do Sul, com cerca de 37%.

**FIGURA 3.4: INFORMALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO POR ANOS DE ESTUDO E REGIÃO. (%).**

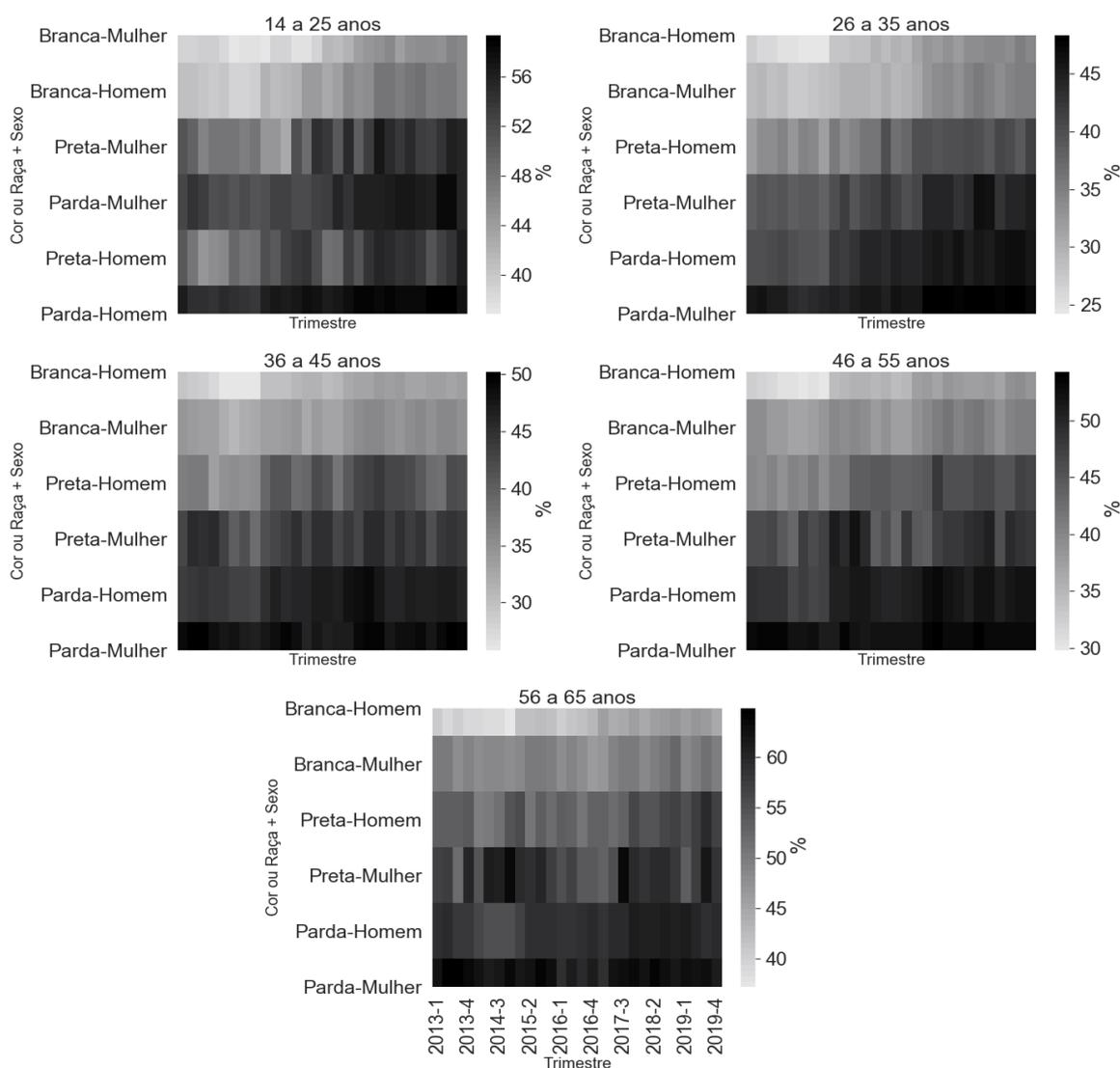


Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Quando é observada a informalidade da força de trabalho pelos níveis de escolaridade acima de 1 ano de estudo, nota-se que houve um aumento generalizado,

sendo expressivos nas faixas de escolaridade mais altas. No 4<sup>o</sup> trimestre de 2019 todas as faixas de escolaridade apresentaram seus menores valores na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente. As regiões ao norte intercalaram entre si, com as pessoas sem instrução a 4 anos de estudo junto com aquelas que possuem 9 a 11 anos de estudo sofrendo mais com a informalidade na região Nordeste, e as outras, cuja escolaridade é de 5 a 8 anos de estudo ou de 12 ou mais anos de estudo sofrendo mais com esse fenômeno na região Norte.

**FIGURA 3.5: INFORMALIDADE POR FAIXA ETÁRIA, SEXO E COR E RAÇA. (%)**



Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Finalmente, conferindo a informalidade por faixa etária, sexo e cor ou raça, no Brasil. O padrão de elevação da taxa é observado em todos os grupos. Na primeira faixa etária, de 14 a 25 anos, é observado um padrão distinto das demais, a hierarquia manifestada em 2019 foi de mulheres com taxas menores que os homens para uma mesma autodeclaração, e a cor ‘Branca’ se sobressaindo as demais. Nas demais faixas o padrão que se observa é uma dominância da cor ou raça sobre o sexo, ou seja, uma pessoa ‘Parda’ sofrerá mais com a informalidade que uma pessoa ‘preta’ e ambas sofrerão mais que uma pessoa branca, independente do sexo, na categoria sexo, as mulheres sofreram mais que os homens. Ademais, os indivíduos com idades entre 26 e 45 anos sofrem menos com a informalidade que as demais faixas.

#### **4. Desigualdade**

##### **4.1. Por que falar de desigualdade no mercado de trabalho?**

Antes de investigar os efeitos da desigualdade no mercado de trabalho é necessário primeiro entender o que é a desigualdade e os motivos de aplicar esse conceito no mercado de trabalho, para posteriormente abordar como ela se manifesta no mercado de trabalho.

Dessa forma, segundo o dicionário, desigualdade se define por: 1. caráter, estado de coisas ou pessoas que não são iguais entre si; dessemelhança, diferença. 2. ausência de proporção, de equilíbrio. Esse conceito se aplica à economia primordialmente pela desigualdade de renda.

Nesse sentido, a pesquisa “Estagnação Desigual: Desemprego, Desalento, Informalidade e a Distribuição da Renda do Trabalho no Período Recente (2012 - 2019)” realizada por Rogério Jerônimo Barbosa, aponta um aumento recente na desigualdade no Brasil, após um período de quase uma década de efeitos distributivos relativamente bem sucedidos. Apresenta também o desemprego e desalento como principais causas do crescimento da desigualdade. Porém, diferenças entre trabalhadores são o principal fator atualmente, devido ao fato do desemprego e do desalento terem se estabilizado em valores altos.

Assim, como o mercado de trabalho se apresenta como gerador em parte da desigualdade observada no país faz sentido observar como esse fenômeno ocorre

através de diferentes pontos de vista seja da raça, gênero, escolaridade e classe, como analisado nos gráficos que antecedem esta seção.

#### **4.2. Panorama geral da desigualdade**

A desigualdade por ter uma natureza diversa pode ser medida por diversos índices tais como Gini, T e L de Theil e a J-divergência. O estudo “a Desigualdade no Brasil entre 2016 e 2017”, de Sergei Soares utiliza o índice de Gini para traçar a evolução da desigualdade no país e chega à conclusão de que nesse período houve uma pequena queda, de 0,18 pontos, no índice, induzida pela seguridade social que freou o efeito positivo que o mercado de trabalho tem sobre a desigualdade.

Começando a análise pelas diferenças de renda causadas pela raça é possível observar que há desigualdade racial da pobreza como o estudo de Osório, A Desigualdade Racial da Pobreza explicita. O texto analisa especificamente os anos de 2004 e 2014, um período de relativo progresso, como aponta a pesquisa, em relação à redução da desigualdade, o que ilustra e destaca a intensidade do problema, visto que mesmo a desigualdade racial na distribuição de renda tendo se reduzido, ela segue bastante elevada.

Agora usando a lente do efeito da educação sobre a desigualdade o texto “Educação, Desigualdade e Redução da Pobreza no Brasil”, de Medeiros, Barbosa e Carvalhaes que se propõe a investigar a efetividade das políticas de expansão de ensino sobre a redução da desigualdade e a pobreza no Brasil. Apesar das conclusões serem negativas, pois evidenciam que no curto prazo tais políticas não tiveram o efeito, esperado por dois motivos principais, o primeiro está no fato que apenas uma intervenção muito radical seria capaz de reduzir a desigualdade significativamente, o segundo está no fenômeno conhecido como inércia demográfica, ou seja são necessárias muitas gerações para que o efeito adicional da educação sobre a desigualdade seja observável. Apesar disso, a educação ainda se mostra muito efetiva em especial no mercado formal no qual o nível de retorno salarial por anos de escolaridade é maior que no informal (ULYSSEA, 2006).

Para aprofundar a discussão sobre desigualdade e classe o texto A Contribuição dos Ricos para a Desigualdade de Renda no Brasil, de Hecksher, Silva e Corseuil, indica que os 10% mais ricos do país explicam 50% da desigualdade observada. A

queda da pobreza no período analisado, no conjunto, e, separadamente, entre pretos, pardos e brancos foi caracterizada em todo o Mercado de Trabalho. Tal queda foi maior entre pretos e pardos que entre brancos, o que levou à diminuição da desigualdade racial da pobreza. Embora tenha diminuído, ela continua elevada comparado ao restante dos países.

Convém lembrar que, no trabalho citado, não foram investigadas as causas da redução da desigualdade racial da pobreza, portanto não é possível concluir, por exemplo, que teriam diminuído as consequências do racismo, do preconceito e da discriminação sobre o bem-estar de pretos e pardos. Parte da redução observada pode até se dever a isso, mas outros fenômenos certamente contribuíram, como o desempenho do mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo, a expansão das transferências de renda da proteção social não contributiva – como as do PBF –, as mudanças demográficas, o aumento do nível educacional dos trabalhadores e a diminuição das desigualdades regionais.

Por último, faz-se importante investigar também os efeitos das diferenças de gênero para a desigualdade em especial no campo de estudo das diferenças salariais. O trabalho de Coelho e Corseuil (2002) traça um panorama das divergências salariais no contexto brasileiro com base em estudos anteriores e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), nele os autores argumentam que apesar de significativa a diferença salarial entre gêneros, ela está diminuindo no decorrer do tempo, outra conclusão exposta é a diferença salarial entre os trabalhadores sindicalizados, estes possuindo salários maiores em relação ao trabalhadores não sindicalizados, essa diferença é maior nos trabalhos que exigem uma maior qualificação e escolaridade e ainda há um corte racial, privilegiando os brancos (COELHO & CORSEUIL, 2002). Essa diferença salarial é observada em trabalhos de carteira assinada e não assinada e ainda em relação ao maior nível de escolaridade, sendo que esta última está aumentando no decorrer dos anos (COELHO & CORSEUIL, 2002).

Apesar de ser foco de discussão há um bom tempo ainda existem aqueles que desacreditam nessa desigualdade o que é categoricamente confirmado por Camargo e Serrano (1983) apesar da extensão dessa diferença não ser precisa.

Observa-se porém uma redução geracional dessa desigualdade. Leme e Wajnman (2000) traçaram um estudo que abarcou os anos de 1977 a 1997, encontrando um declínio de 70% para 25% na desigualdade salarial entre os gêneros. Foi também concluído que a cada nova geração, a divergência salarial entre homens e mulheres tende a ser reduzir, sendo essa observação válida para todas as faixas etárias examinadas. Além disso, com relação à idade foi detectado uma tendência correspondente a um gráfico em formato de “U” invertido. Quer dizer, em idades baixas e elevadas os diferenciais salariais entre homens e mulheres são mais baixos do que em faixas etárias intermediárias.

Adiante de existir, a discriminação é ainda mais significativa com a precarização do trabalho e a intensificação do trabalho informal que segundo Kassouf (1998) apresenta maiores níveis de diferença salarial quando comparado ao setor formal.

Além de serem diferentes dado a formalidade do trabalho há diferenças entre setores econômicos como Hoffmann (2001) explicita ao mostrar que o diferencial entre homens e mulheres é menor na agricultura do que nos demais setores.

As diferenças salariais, observam os autores, perpassam vários recortes sociais e geográficos, tais como os que foram analisados anteriormente neste trabalho. A desigualdade salarial por gênero tende a se reduzir nas regiões mais prósperas, como as metrópoles das regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, essas divergências se acentuam entre pessoas não-brancas quando comparadas às brancas, assim como entre pessoas de maior nível de escolaridade.

Dessa forma, observa-se que a desigualdade no Brasil se apresenta das formas mais distintas, e cada uma dessas se manifesta e tem um efeito diferente tanto sobre a renda quanto sobre outros índices. Assim toda análise sobre a desigualdade no mercado de trabalho precisa apresentar as especificidades de cada fenômeno, como as diferenças de raça, classe, escolaridade e gênero.

### **4.3. Análise do Índice de Gini**

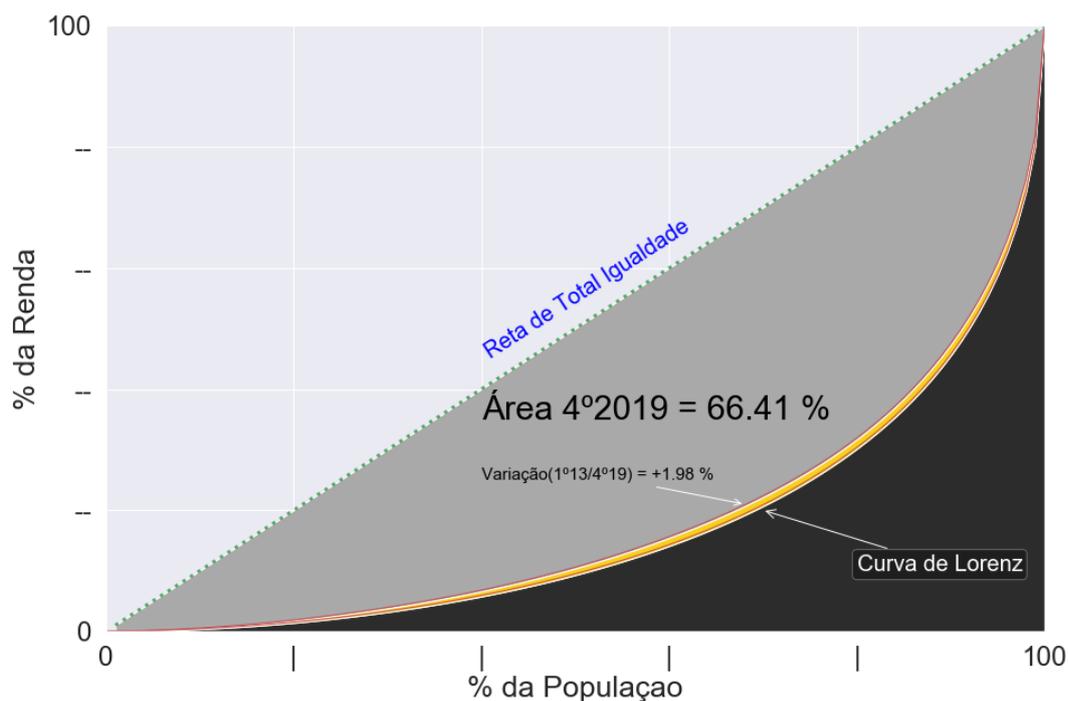
O indicador utilizado para verificar a desigualdade foi o Coeficiente de Gini. Ele é obtido a partir da curva de Lorenz um instrumento gráfico concebido através da ordenação dos percentis da população no eixo horizontal e dos percentis de renda no



eixo vertical. A intuição seria  $y\%$  da renda pertence a  $x\%$  da população. Em uma situação de total igualdade  $y$  e  $x$  seriam idênticos, não havendo concentração de renda, por outro lado, uma situação de extrema desigualdade, onde apenas uma pessoa recebesse 100% da renda,  $y$  seria zero para qualquer percentil exceto o último. Então, a curva de Lorenz está situada entre esses dois extremos e o Gini é obtido através da área de concentração. Essa área é obtida pela diferença entre a área de uma Economia de extrema igualdade e a área da curva de Lorenz (Economia analisada) . Para o cálculo do índice de Gini o rendimento da principal fonte de renda do trabalhador revela uma maior proximidade com a renda real mensal que o mesmo possui em média a cada mês, portanto, a variável utilizada foi o ‘Rendimento mensal efetivo do trabalho principal para pessoas de 14 anos ou mais de idade’ ponderada pelo ‘Peso trimestral com correção de não entrevista com pós estratificação pela projeção de população’ que leva em conta o crescimento projetado da população que ocorreu no período e os valores anuais foram dados pela média dos 4 trimestres do ano correspondente, com o intuito de eliminar algum possível elemento sazonal ou *outlier* dos dados.

Observando a Figura 4.1 o indicador para o Brasil ao longo do período estudado, observa-se um aumento da concentração de renda. A Figura mostra que o índice aumentou em 1.98% (Área em amarelo) no quarto trimestre de 2019 em comparação com o primeiro trimestre de 2013 período em que o indicador apresentou um valor de 0.6641.

**FIGURA 4.1: CURVA DE LORENZ PARA O BRASIL NO 4º TRIMESTRE DE 2019**



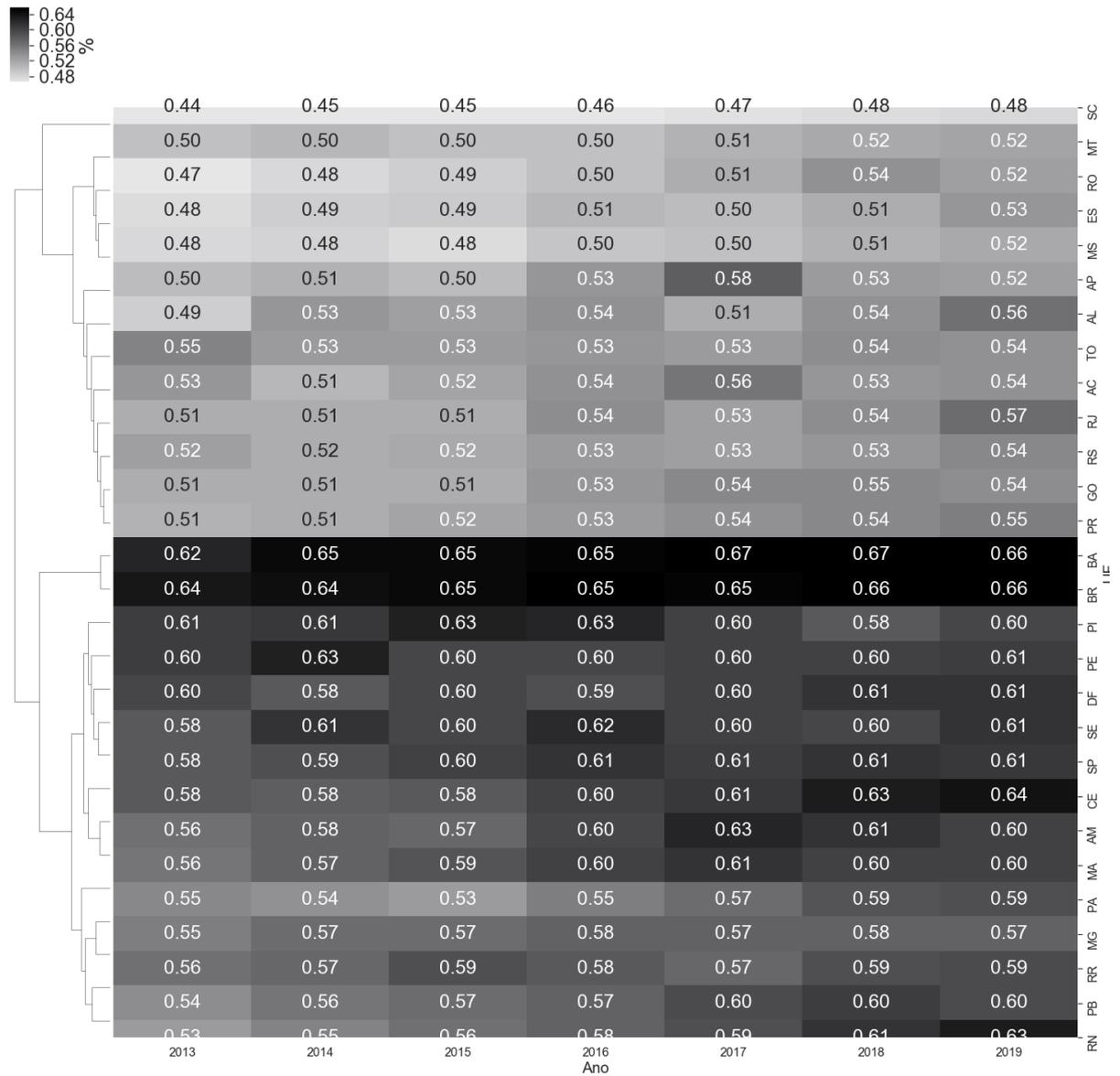
Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

Na Figura 4.2 é possível observar a evolução desse indicador para cada Unidade Federativa. A importância de investigar desigualdade por Estado ao invés do Brasil como um todo, é mais assertiva ao direcionamento de políticas públicas, principalmente por conta do Brasil ser um país de dimensões continentais. Além do motivo geográfico, o nível de renda *per capita* também é muito diferente entre estados brasileiros, logo discriminar dessa forma o índice de Gini, direciona melhor a análise das desigualdades regionais

Ao observar a figura, Santa Catarina está no extremo inferior, possuindo a Economia mais igualitária entre os Estados, mas não escapando do crescimento do indicador. Em seguida vem um primeiro grande grupo de Estados que apresentaram indicadores maiores que Santa Catarina, mas com um início inferior a 0.55 e que não

criaram acima de 0.58 em nenhum momento. Esse grupo é dividido em dois subgrupos, aqueles cujo valor não ultrapassou 0.54 e os que passaram ou ficaram por mais de dois períodos. O primeiro subgrupo é composto pelo Mato Grosso, Rondônia, Espírito Santo e Mato Grosso de Sul, e o segundo é composto por Amapá, Alagoas, Tocantins, Acre, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraná. O segundo grande grupo de Estados são aqueles que possuem taxas mais elevadas de desigualdade e é dividido em 2 subgrupos, aqueles que tinham valores elevados e mantiveram em 2019 um patamar próximo ao de 2013, sendo composto por Piauí, Pernambuco, Distrito Federal, Sergipe e São Paulo; e o segundo subgrupo é composto por aqueles que apresentaram os maiores crescimentos do indicador além de apresentarem mais de um período com o mesmo acima de 0.58 e fazem parte o Ceará, Amazonas, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Roraima, Paraíba e Rio Grande do Norte. Finalmente, o extremo superior é preenchido pela Bahia, cujos valores de todos os períodos são superiores a 0.60, ficando de acordo com os valores para o país. Em geral a desigualdade de renda aumentou para o Brasil e em cada Estado, com exceção do Piauí, que manteve as taxas elevadas e mesmo assim, ainda apresentou um crescimento em 2019 em relação ao ano anterior.

**FIGURA 4.2: ÍNDICE DE GINI ANUAL MÉDIO PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS**



Fonte: microdados -PNADC Elaboração: Própria

## 5. Conclusão

O artigo trouxe aspectos diversos do mercado de trabalho e da desigualdade no Brasil como uma tentativa de análise estrutural. Por mais que tenha havido um

período de turbulência econômica nessa segunda década do século XXI que subestime ou superestime alguns dos valores apresentados, a análise qualitativa de todas as variáveis permanece válida para épocas de estabilização.

É claro que, ao abraçar a investigação de três estruturas vitais da análise macroeconômica, pode haver algum tipo de omissão teórica ou menos esmero ao se tratar de algum assunto. O fato é que esse trabalho tenta trazer na mesma medida aspectos de outras áreas para o debate econômico, como a psicologia, história e sociologia, além de análises econômicas e estatísticas padrão.

Fica explícito que, os resultados apresentados são importantes para tecer políticas públicas que tratam o mercado de trabalho e visam a diminuição do desemprego ou informalidade pela ótica de ambas, porém não são definitivas. Há uma imensa diferença para cada unidade federativa, e o ponto é exatamente esse: por haver tantas singularidades entre as variáveis econômicas apresentadas aqui, é necessário um estudo minucioso para cada localidade, pelos aspectos econômicos, sociais e culturais diferentes. Há o entendimento do porquê da generalização de políticas visando o mercado de trabalho (por conta de custos políticos, por exemplo), porém não deve-se menosprezar o impacto de diferentes UFs para a promoção de emprego. Assim como a verificação do distanciamento entre gêneros e raças tanto no número de desempregados como na presença na informalidade. Entender as minúcias do Brasil é o primeiro passo para assertividades políticas.

### **Referências Bibliográficas**

AMITRANO, Claudio; SQUEFF, Gabriel. (2016). **Notas sobre Informalidade, Produtividade do Trabalho e Grau de Utilização e seus Impactos sobre o Crescimento Econômico no Brasil nos Anos 2000.** Texto para Discussão – IPEA. vol. 2201.

BARBOSA, Rogério Jerônimo. (2019). **Estagnação Desigual: Desemprego, Desalento, Informalidade e a Distribuição da Renda do Trabalho no Período Recente (2012 - 2019).** Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, IPEA. vol. 67.

CAMARGO, José Márcio; Serrano, Franklin. (1983). **Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira**. Revista Brasileira de Economia. vol. 37.

CREED, Peter; REYNOLDS, Judith. (2000). **Economic deprivation, experimental deprivation and social loneliness in unemployed and employed youth**. Journal of Community & Applied Social Psychology. vol. 11, p. 167-178.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes. 2008.

GUIMARÃES, Nadya. (2002). **Por uma sociologia do desemprego**. RBCS. vol. 17, nº 50, p. 103-121.

HARRIS, John; TODARO, Michael. (1970). **Migration, unemployment and development: a two sector analysis**. American Economic Association. vol. 60, nº 1, p. 126-142.

HECKSHER, Marcos; DO NASCIMENTO SILVA, Pedro Luis; CORSEUIL, Carlos Henrique. (2018). **A Contribuição dos Ricos para a Desigualdade de Renda no Brasil**. Texto para Discussão – IPEA. vol. 2411.

HOFFMANN, Rodolfo. (2001). **Income distribution in Brazil and the regional and sectoral contrasts**. Structure and structural change in the Brazilian economy. Aldershot: Ashgate.

HUSSMANN, Ralf. (2003). **Statistical definition of informal employment: Guidelines endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statisticians**. International Labour Office. Geneva.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2013 - 2019**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev, 2020.

KALECKI, Michal. (1942). **Aspectos políticos do pleno emprego**. Cambridge.

KASSOUF, Ana Lúcia. (1998). **Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market**. Economia aplicada, vol. 2.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJNMAN, Simone. (2000). **Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo.** Desigualdade e pobreza no Brasil –IPEA.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política - Volume 1.** Coleção Os Economistas. São Paulo. Nova Cultura. 1996.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. (2016). **Independent Work Choice necessity and the gig economy.** Sumário executivo.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério J.; CARVALHAES, Flavio. (2019). **Educação, Desigualdade e Redução da Pobreza no Brasil.** Texto para Discussão – IPEA. vol. 2447.

MORI COELHO, Allexandro; CORSEUIL, Carlos Henrique. (2002). **Diferenciais Salariais no Brasil: Um Breve Panorama.** Texto para Discussão – IPEA. vol. 898.

NOGUEIRA, Mauro. (2016). **A problemática do dimensionamento da informalidade na Economia brasileira.** Texto para Discussão – IPEA, vol. 2221.

NOGUEIRA, Mauro. (2016). **Construção social da informalidade e semiformalidade no Brasil: uma proposta de debate.** Texto para Discussão – IPEA. vol. 2237.

OSORIO, Rafael Guerreiro. (2019). **A Desigualdade Racial da Pobreza no Brasil.** Texto para Discussão – IPEA. vol. 2487.

PAES DE BARROS, Ricardo; CAMARGO, José; MENDONÇA, Rosane. (1997). **A Estrutura do Desemprego no Brasil.** Texto para Discussão – IPEA. vol. 478.

RAMOS, Carlos Alberto. (2007). **Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política.** Revista Econômica. vol. 9, nº 1.

REYNA, Oscar Torres. (2017). **Panel Data Analysis Fixed and Random Effects.** Data & Statistical Services - Princeton University.

SOARES, Sergei. (2018). **Desigualdade no Brasil de 2016 a 2017: um exercício de decomposição e análise de mercado de trabalho de pouca mudança (o que é uma boa notícia)**. Texto para Discussão – IPEA. vol. 2408.

SOTO, Hernando de. **Economia Subterrânea: Uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro. Globo. 1987.

ULYSSEA, Gabriel. (2006). **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. Revista de Economia Política. vol. 26.

WEICH, Scott; LEWIS, Glyn. (1998). **Poverty, unemployment, and common mental disorders: population based cohort study**. BMJ. vol. 317, p. 115-119.





## **O mercado drogas no Brasil: uma análise política e econômica**

### **Drugs market in Brazil: a political and economic research**

Antônio Elias  
Giovanna Sousa  
Rebeca La-Rama

#### **Resumo**

Este artigo visa entender a questão do mercado de drogas no contexto brasileiro, abordando a macro estrutura resultante da atual situação socioeconômica e política. Além disso, serão abordados os impactos de um possível cenário de flexibilização da política de drogas, as tendências mundiais e os problemas associados ao debate no Brasil.

**Palavras-chave:** Mercado de Drogas; Brasil; Cenário de Flexibilização.

#### **Abstract**

*This article aims to understand the issue of the drug market in the Brazilian context, approaching the macro structure resulting from the current socioeconomic and political situation. Besides, the impacts of a possible drug policy easing outlook, global trends and the problems associated with the debate in Brazil will be discussed.*

**Keywords:** Drug Market; Brazil; Easing Outlook.

## **1. Introdução**

Diversas sociedades humanas fizeram uso de substâncias psicotrópicas ao longo dos séculos, diferenciando sua finalidade conforme a cultura dos povos. Desde os povos indígenas com a Ayahuasca até os jovens atuais com as substâncias sintéticas, o uso de químicos com o intuito de alteração dos estados de consciência sempre esteve presente em terras brasileiras.

Devido à alteração na consciência do indivíduo e à dependência que muitas dessas substâncias causam, o uso e comércio de substâncias psicotrópicas são regulamentados pelo Estado e muitas vezes proibido. No Brasil, existe uma legislação rigorosa que impede o uso e o comércio da maior parte dessas substâncias, sendo permitido, algumas vezes, em casos específicos.

Para a análise da proibição de alguns tipos de drogas e do comércio dessas no Brasil, foi feita uma investigação histórica e econômica para analisar as consequências do impedimento do uso delas, visando à compreensão de alguns aspectos importantes de algumas políticas públicas existentes.

Para tanto, objetiva-se criar um escopo teórico que possibilite realizar uma análise dos meandros políticos e econômicos, considerando o arcabouço social, que envolve o mercado de drogas no Brasil. A partir da construção das análises a serem apresentados no decorrer que se segue, pretende-se conglomerar e interseccionar as diversas sinuosidades que envolvem o mercado de drogas nos mais diferentes graus de inserção dos indivíduos.

## **2. Contexto histórico**

As civilizações antigas do mundo Mediterrâneo utilizavam de várias maneiras para alterar a sua realidade, mas duas drogas dominavam o cenário da época: O ópio e a maconha (MATYSZAK, 2019). Os registros e referências ao consumo de drogas na antiguidade são escassos, porém arqueólogos e cientistas realizaram pesquisas e recentemente descobriram como os povos usavam tais substâncias e qual era a sua importância na medicina, em rituais religiosos, e também na recreação (MATYSZAK, 2019). Foram encontradas as primeiras evidências diretas de consumo humano de *Cannabis* como uma droga em um cemitério de 2,5 mil anos atrás na Ásia Central, de acordo com uma pesquisa publicada no periódico *Science Advances* (DONAHUE,

2019). Podemos perceber que o uso de drogas pelo ser-humano não é exclusivo do século XX. Assim, busca-se avaliar como a relação entre o homem e os psicotrópicos —substâncias psicoativas que alteram o comportamento, o humor e a cognição— se comportou ao longo do tempo. Para elucidar essa relação temporal, toma-se como objeto de análise três tipos de substâncias psicotrópicas: maconha, ópio e álcool. Os indícios acerca do surgimento de determinadas drogas variam.

Comumente conhecida como maconha, a *Cannabis sativa L.* é uma planta milenar que possui um significativo valor terapêutico. Seu uso medicinal é relatado desde a era medieval, em achados que datam de 3.750 a.C. em países como China, África e Grécia (BARRETO, 2002). A cannabis é uma das mais antigas plantas cultivadas no Leste Asiático, cultivada para grãos e fibras (cânhamo) para confeccionar cordas e tecidos. É uma das drogas psicoativas mais amplamente usadas no mundo hoje, mas pouco se sabe sobre seu uso psicoativo inicial ou quando as plantas sob cultivo desenvolveram o traço fenotípico de aumento da produção de compostos especializados. A evidência arqueológica para o consumo ritualizado de *C. sativa* é limitada e controversa (MENG REN; et al, 2019). Na Roma, o filósofo Plínio (23 d.C. e 79 d.C), ao enumerar as propriedades de muitas plantas em seu livro *História Natural*, fala sobre a “erva do riso” (MATYSZAK, 2019).

No decorrer da história, a papoula do ópio (*Papaver somniferum L.*) sempre foi amiga e inimiga da civilização humana. Em uso desde o período Neolítico, a nomenclatura dos derivados do ópio tem sido alterada com o decorrer dos anos. Já foram denominados narcóticos, hipnoanalgésicos, e narcoanalgésicos, termos considerados impróprios por incluírem outras substâncias que provocam sono. Também, já foram denominados opiáceos, inicialmente uma designação genérica, e depois restrita aos derivados naturais do ópio (DUARTE, 2005). Na Suíça, achados arqueológicos sinalizam que de 3.200 a 2.600 anos a.C. a *papaver S.* era já cultivada, pensa-se que para fins alimentares (45% de óleo), apesar de serem também conhecidas as suas propriedades narcóticas (BOCCIA, 2010). Sumerianos —atual Irã— utilizavam a papoula de ópio, que era a “planta da alegria”, para ter contato com os deuses. Também era popularmente consumido para aliviar a dor (MATYSZAK, 2019). Há uma passagem muito sugestiva na *Odisseia*, de Homero, em que Helena de Troia serve aos presentes uma bebida descrita como sovente de todos os *nepenthes* —

literalmente significa: "aquele que afasta as penas" (*ne* = não, *penthos* em grego = dor, aflição), era supostamente uma planta que aliviava a melancolia—

“Outro feliz parecer teve Helena, de Zeus oriunda: deita uma droga no vaso do vinho de que se serviam que tira a cólera e a dor, assim como a lembrança dos males. Quem quer que dela provasse, uma vez na cratera lançada, não poderia chorar, pelo menos no prazo de um dia, mesmo que o pai e a mãe cara privados da vida ali visse, ainda que em sua presença, com o bronze cruel, lhe matassem o filho amado ou o irmão e que a tudo ele próprio assistisse. Tão eficazes remédios a filha de Zeus possuía, e salutares, presentes da esposa de Ton, Polidamna, da terra egípcia, onde o solo frutífero gera abundantes drogas, algumas benéficas, outras fatais nos efeitos. Todos os homens são médicos lá, distinguindo-se muito pelo saber, dos demais, pois descende da raça de Pean” (Homero, Séc. VIII A.C. *Odisséia* –Canto IV–versos 219 a 232, tradução de Carlos Alberto Nunes)

Pedânio Dioscórides, médico, farmacêutico e botânico da antiga Grécia, autor do livro *“De matéria médica”* era a principal fonte de informação sobre drogas medicinais desde o século I até ao século XVIII. Em uma *enciclopédia da fitoterapia* ele descreve a técnica de colheita da papoula, mas também alerta sobre a overdose: *“Mata”*. O suicídio não era um pecado no mundo romano, e eles compravam o ópio exatamente por esse motivo; pessoas que sofriam com doenças e a velhice, por vezes, optavam por tirar a própria vida com uma onda suave de ópio (MATYSZAK, 2019). Ademais, divindades gregas como Hipnos (deus do sono) e Tântatos, seu irmão gêmeo (deus da morte sem violência) são representados nas pinturas com coroas ou ramos de papoulas (MATYSZAK, 2019).

Por fim, no período de 2.200 a.C, no Oriente Médio, o álcool era utilizado como medicamento e também para misturar com outras drogas. As bebidas alcoólicas estavam presentes em quase todas as civilizações que se tem notícia. Como no quadro *“The Drinking Contest of Dionysus and Heracles”* encontrado em Antíqua 100 d.C, em que Dionísio, o Deus da fertilidade e do vinho, faz uso recreativo do mesmo. Além disso, na bíblia, no livro de gênesis, é relatado a embriaguez de Noé após o dilúvio, assim como o consumo de vinho nas festas sagradas (SEIBEL; TOSCANO, 2001).

As drogas são divididas em três subgrupos, de acordo com a classificação de Chaloult (1971). As depressoras (álcool, ansiolíticos, hipnóticos, opióides, etc), as estimulantes (cocaína, anfetamina, nicotina, etc) e as alucinógenas, que se dividem entre natural (maconha, “Santo Daime”, mescalina, etc) e sintético (LSD, ecstasy, anticolinérgicos, etc). No século IV, quando o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano, outras religiões pagãs passaram a ser perseguidas pelo uso

dessas drogas, independente do fim utilizado. No século X, as mesmas substâncias, que antes eram utilizadas para fins medicinais, tornaram-se sinônimo de heresia, e mesmo após a Reforma Protestante os fiéis passaram a punir seu uso com torturas e morte (HILLGARTH, J. N; 1986).

Finalmente, chegando no século XX, quando as grandes revoluções aconteceram, a aceleração no ritmo de vida urbano das pessoas, acarretou em vários problemas psicológicos. Assim, as drogas passaram a ser uma opção de consumo, prazer e ainda uma forma de fuga dos problemas. Movimentos artístico-culturais, como o Hippie das décadas de 50 e 60, trazem para o Brasil a popularização do uso das drogas —antes tendo sua primeira aparição associada aos indígenas, como plantas descobertas e usadas para manifestações religiosas. Outrossim, a maconha é conhecida como a primeira droga que chegou ao Brasil, trazida por escravos angolanos que vinham nas caravanas portuguesas que colonizaram o Brasil— (CARLINI, 2006). Como uma busca de transformação no sentido das coisas, a utilização de drogas nesse contexto traz para as pessoas um sentido de libertação. Diante a um cenário de guerras, ditaduras, violência e censura ideológica, o Woodstock é um festival que representa o ápice dessa era contracultural, onde uma grande parcela da classe média brasileira adere e expõe esse movimento em todos os seus contextos: música, moda, ideologia e drogas (THURAU, 2019).

### **3. Impacto econômico da legalização**

Quando se debate a legalização de certos tipos de substâncias psicoativas —como a maconha— os lados devem levar em consideração os valores econômicos atribuídos a essa ação. O modelo pelo qual o processo de legalização se deu em diversos países diferiu principalmente com relação ao objetivo; enquanto em países como o Canadá pretendia-se regular o uso e fomentar o comércio legal, no Uruguai o objetivo era desestabilizar os traficantes (TEIXEIRA, 2016). A discrepância de objetivo, também significou um programa de controle diferente em cada um desses lugares. São essas diferenças as principais responsáveis por determinarem a efetividade de um modelo em um determinado local (TEIXEIRA, 2016).

Em um relatório elaborado pela Consultoria da Câmara dos Deputados, em agosto de 2016, os pesquisadores concluíram que o comércio da maconha poderia movimentar no Brasil cerca de R\$5,7 bilhões por ano (TEIXEIRA, 2016). Essa

conclusão ocorre através da construção de cenários os quais a produção, o nível de consumo, o número de usuários, o preço, dados, oferta e demanda são levados em consideração (TEIXEIRA, 2016). O estudo estima um grupo consumidor de cerca de 2,7 milhões de usuários e considera a capacidade ociosa do Brasil como um dos fatores que permitiriam que ele suprisse toda a demanda pelo psicoativo (TEIXEIRA, 2016). Como não há cenário idêntico no Brasil, o estudo usa o comércio de tabaco para estimar os lucros provindos da tributação e alíquotas que seriam direcionados à União.

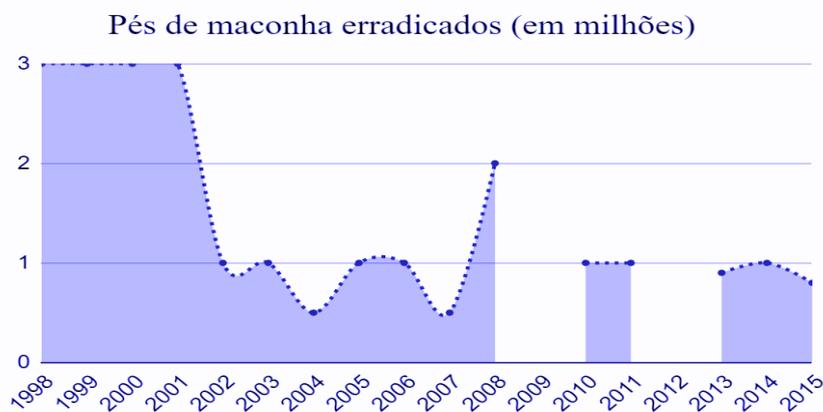
**TABELA DE ARRECADAÇÃO - CENÁRIO 1**

Número de pessoas	2.744.712
Quantidade consumida por ano (g)	480
Quantidade consumida por ano (cigarros)	480
<b>Receita total de vendas</b>	<b>R\$ 5.691.434.803,20</b>
Imposto de Renda	68.297.217,64
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	61.467.495,87
Cofins	498.040.385,32
Contribuição para o PIS/Pasep	126.520.595,68
IPI	2.561.145.661,44
ICMS	1.707.403.440,96
<b>Arrecadação Tributária</b>	<b>R\$ 5.022.874.796,91</b>

FONTE: Consultoria da Câmara dos Deputados (2015). Retirada do documento consultivo: "Impacto Econômico da Legalização das Drogas no Brasil" (CCD, 2015).

Além dos valores referentes às receitas bruta e líquida, salientam-se também os valores com relação às despesas relacionadas ao combate às drogas (TEIXEIRA, 2016). Considerando o ano de 2014 como exemplo, os gastos públicos com repressão policial às drogas ilícitas superou os R\$ 409 milhões (TEIXEIRA, 2016). Já os gastos relacionados ao sistema judiciário - processos e custo de penitenciário - quase bateram os R\$ 260 milhões (TEIXEIRA, 2016). Vale ressaltar que para eliminar todos esses gastos, seria necessária a legalização de todas as drogas, não só a da maconha. Para tanto, a maconha continua sendo a principal entre o grupo amplo de drogas ilícitas no Brasil (TEIXEIRA, 2016). Em 2014, dos mais de R\$ 3 bilhões com gastos relacionados a prisões com relação ao tráfico de drogas, R\$ 997 milhões foram despendidos com ocorrências ligadas a maconha (TEIXEIRA, 2016). As perdas temporais também são

inferidas pela quantidade de pés erradicados nas últimas décadas: mais de 10 milhões (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).



FONTES: anos 1998 a 2008: BRASIL/MJ/DPF, 2002, 2004 e 2008; anos 2011 e 2013: UNODC, 2013 e 2015; anos 2010, 2014 e 2015: matérias publicadas na imprensa.

Nesse sentido, o horizonte de perdas tem sido significativo no que tange o âmbito econômico tendo em vista os polos: despesas correntes e possíveis ganhos de receita (MACHADO, 2017). Seria muito leviano utilizar a bem sucedida implantação do mercado de maconha de alguns estados americanos, assim como considerar o Canadá, que hoje sofre com o tráfico que ressurge com força no país (MACHADO, 2017). Todos esses países têm suas próprias especificidades e os modelos de legalização que adotaram poderiam, ou não ser eficientes no Brasil (MACHADO, 2017).

A dualidade que gira em torno da eficiência da legalização quanto ao combate ao tráfico de drogas, não está presente na mesma proporção no debate com relação aos ganhos econômicos. Nessa área, o panorama de discussões que se cria está muito mais relacionado aos possíveis valores alcançados e o quão amplos eles seriam; além de os possíveis setores que também poderiam ser afetados pela implantação de um mercado consumidor e produtor como esse.

## 4. Partes envolvidas

### 4.1. Estado

O Estado é o principal atuante no combate ao tráfico de drogas no Brasil atualmente. A expectativa é que com o combate à produção, distribuição e comercialização das drogas, o número de usuários, também seja afetado exponencialmente de forma negativa (HAWKEN, 2013). Isso no entanto não ocorreu,

a volatilidade do número de usuários viciados é muito grande desde o final dos anos 90 (MIRON, 2010). É pertinente notar que nesse período as ações estatais com relação ao tratamento de usuário caíram, isso porque observou-se o início de um movimento de instituições e ONGs que passaram a tomar a frente desse processo, o que significou uma espécie de terceirização (MIRON, 2010).

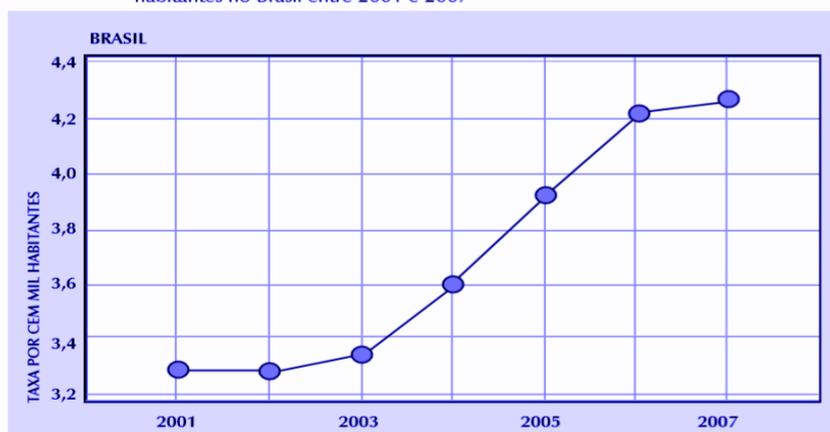
GRÁFICO 1 – Evolução do número de internações decorrente do uso de drogas para cada 100 mil habitantes no Brasil, entre 2001 e 2007



FONTE: Brasil (2009)

Retirado de “ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO BRASIL” (PIETRUZA; GUIMARÃES, 2013).

GRÁFICO 2 – Evolução do número de óbitos decorrente do uso de drogas para cada 100 mil habitantes no Brasil entre 2001 e 2007



FONTE: Brasil (2009)

Retirado de “ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO BRASIL” (PIETRUZA; GUIMARÃES, 2013).

O processo de legalização significa para o Estado basicamente um processo de redução de despesas com segurança, uma constante dos gastos com saúde e um aumento das despesas com fiscalização (HAWKEN, 2013). As receitas, inexistentes hoje, seriam captadas pelo governo através das alíquotas e da tributação dos produtos, de forma semelhante à que acontece com os cigarros e bebidas alcoólicas (TEIXEIRA, 2016).

#### **4.2. Usuários**

Uma grande preocupação é quanto ao crescimento do número de usuários resultantes de uma possível liberalização da maconha. Todavia, não há embasamento para esse tipo de questionamento quando se fala da maconha utilizada de forma medicinal e/ou recreativa (MIRON, 2010). As experiências de outros países pelo mundo mostram que ao contrário do que muitas bases conservadoras questionam, uma epidemia não seria uma consequência (MIRON, 2010). Na maior parte dos casos registrados, as epidemias de usuários viciados estão presentes justamente nos ambientes em que o psicoativo em questão é proibido (MIRON, 2010).

#### **4.3. Traficantes**

Um dos principais motivos pelo qual se deu esse movimento nas últimas décadas é combater o crescimento do tráfico de drogas e grandes cartéis pelo mundo. A iniciativa se mostrou eficaz em alguns países como o Uruguai, mas apresenta a necessidade de ajuste em outros países, como é o caso do Canadá, em que o limite de consumo baixo permite a ação de traficantes (HAWKEN, 2013). Por conseguinte, essa ainda é uma medida que tem em algum nível efetividade para desmontar os esquemas de drogas e consequentemente desestabilizar financeiramente e diminuir a manutenção da força de outros setores fortemente associados como o do tráfico de armas (MIRON, 2010).

### **5. Argumentos pró legalização**

Os argumentos pró legalização, em sua maioria, estão mais voltados à eficiência do sistema. O primeiro que tem sido debatido constantemente nos últimos anos é o de que a legalização facilitaria o acesso a medicamentos à base de cannabis e seus derivados. Isso acontece, porque a produção no país é vetada, a comercialização desses remédios que ajudam no tratamento de diversas enfermidades como convulsões relacionadas a distúrbios neurais é irregular e limitada.

A questão da polícia não permeia só os gastos governamentais, mas também a atuação. Uma parcela da população defende que a atuação da polícia deve se voltar para crimes mais graves e que a liberdade de escolha de um indivíduo de consumir e ter acesso a maconha como um produto de acesso irrestrito não pode ser violada.

Os pontos finais, são relacionados aos já citados benefícios econômicos. A maconha pode ser fonte geradora de receita para União Federativa Brasileira a partir da coleta de tributos. Com a regulamentação da maconha os usuários também seriam beneficiados com maior seguridade social perante a justiça, o sistema de saúde e próprio Estado.

## **6. Argumentos contra legalização**

Os principais argumentos dos defensores da manutenção da atual legislação e no que concerne à maconha e outras drogas estão: a permissão para utilização legal de drogas poderia influenciar o número de acidentes decorrentes de falha humana nos mais diversos ambientes. Essa permissão irrestrita poderia ainda causar uma possível epidemia nacional com uma escalada exponencial no número de usuários viciados, o que geraria mais custos de ação.

A maconha serviria como porta de entrada para outras drogas com caráter ainda mais viciante como a cocaína, além de não beneficiar um grupo grande de indivíduos a ponto de ser uma necessidade social. O uso seria ainda maléfico à saúde, tornando assim injustificável a atuação em torno de uma substância responsável pelo aumento de casos de problemas de saúde. Há ainda o fator religioso, em um país predominantemente cristão, muitos alegam que o uso da maconha e qualquer outro entorpecente é imoral pois fere princípios religiosos.

## **7. O caso HSBC**

Em 2014, o subsecretário geral da ONU da época, o diplomata sueco Jan Eliasson, afirmou que o mercado ilegal de drogas movimentava US\$320 bilhões ao ano, o que na cotação de março de 2020 equivale a R\$ 1,480 trilhão. Evidentemente, essa é uma quantidade enorme de dinheiro que precisa de uma grande estrutura para ser lavada, principalmente quando se considera que grande parte da receita do tráfico é transacionado em dinheiro vivo oriundo das ruas, ou seja, em grande quantidade de *cash* em notas de valor pequeno. Lavar toda essa riqueza sem ser pego pelas

autoridades antidrogas é um grande desafio dos cartéis narcotraficantes, mas, conforme mostra o documentário “Na rota do dinheiro sujo: o banco dos cartéis”, há precedente de esquemas de lavagem de dinheiro de organizações criminosas dentro do sistema financeiro, como foi o caso do banco HSBC.

Segundo o documentário, o esquema de lavagem de dinheiro do HSBC para os cartéis mexicanos começou com a compra do banco Bital pelo primeiro em 2002 por US\$1,140 milhões, de acordo com uma matéria do El País da época. Esse banco, um dos mais importantes do México, tinha grande presença em Sinaloa, estado situado no oeste do país no qual existem diversas organizações criminosas ligadas ao narcotráfico, entre elas o Cartel de Sinaloa, um dos maiores e mais famosos do mundo, outrora liderado por El Chapo. Com a compra do banco mexicano, o HSBC adquiriu por cadeia os clientes do primeiro, entre os quais está a organização criminosa em questão. Apesar do caráter claramente duvidoso das transações do Bital, a cultura bancária deste foi classificada na categoria de baixo risco, ou seja, foi tomada uma decisão institucional de não analisar de perto as transações feitas no país.

Após as investigações das autoridades estadunidenses em relação às transações do HSBC com os cartéis mexicanos e outras organizações criminosas de todo o mundo, a pena dada ao banco foi determinada por meio de um acordo. Assim, foi definida uma multa de US\$1,256 bilhões de dólares, somada às penalidades civis de US\$ 665 milhões, o que, apesar de parecer uma grande quantia à primeira vista, equivalia ao lucro de cinco semanas da instituição financeira da época, e foi decidido que nenhum dos executivos do banco seriam presos (Quartz). Tal punição foi tão branda que mesmo os jornais ligados ao mercado financeiro demonstraram insatisfação com a impunidade, como ficou claro no artigo “*Why weren’t HSBC’s money-laundering penalties bigger?*” do Quartz, no qual é dito “É seguro dizer que as instituições financeiras que possuem clientes obscuros sem reportar ao governo não ficarão apreensivas [com a possibilidade de penas rígidas]” (2012, tradução nossa).

Desse modo, fica clara a diferença da aplicação das leis para as pessoas que se encontram no topo da cadeia financeira e as que estão na base. Mesmo quando ao considerar que o Brasil e os Estados Unidos possuem legislações muito diferentes, é visível a discrepância de tratamento dada a um morador de um subúrbio brasileiro que, se flagrado portando substâncias ilícitas, mesmo que em pequena quantidade,

será encarcerado em um presídio de condições insalubres, e um alto executivo de uma instituição financeira, o qual, mesmo se envolvido em um esquema bilionário de lavagem de dinheiro para os cartéis que produziram a mesma droga portada pela primeira pessoa, não enfrentará consequências minimamente compatíveis a um crime de tamanha magnitude. Portanto, fica evidente que não há uma perspectiva de um real desmantelamento do mercado de substâncias ilícitas, visto que aqueles que realmente controlam essa rede permanecerão livres para continuar com as próprias atividades criminosas.

## **8. Políticas públicas de guerra às drogas**

A Lei Seca nos EUA, em 1920, teve como objetivo proibir a fabricação, transporte e venda de bebidas alcoólicas em todo o território nacional. Todavia, isso não impediu os americanos de consumirem, só fez com que as pessoas parassem de comprar de vendedores legítimos. Assim, o mercado clandestino foi dominado pelas máfias, que usaram da violência para se estabelecer. O consumo de álcool adquirido no mercado negro, mais forte e de baixa qualidade, levou a milhares de mortes e problemas como cegueira ou paralisia. Os próprios anti-álcool admitiram a falha no seu experimento e em 1933 o Congresso americano revogou a lei seca. O professor Jeffrey Miron, de Harvard, mostrou que os índices de assassinatos nos Estados Unidos aumentaram massivamente quando o álcool foi banido —e caíram massivamente quando o álcool foi legalizado. Esse ato político fomentou negativamente vários grupos sociais, sem distinção de renda, a viverem clandestinamente, submetidos aos altos índices de morte por cirrose ou complicações derivadas do consumo de bebidas fabricadas inadequadamente (MILLEN, 2019). Ainda, segundo Deursen (2007), enquanto perdurou, houve aumento em 30% de assassinatos registrados (LOPES, 2017).

Em 1971, quase 40 anos depois, o Presidente dos EUA, Richard Nixon, declara “guerra às drogas” colocando o abuso de drogas como o “inimigo público número um dos Estados Unidos”. Mais uma vez a história se repete, a quantidade de dinheiro envolvida nesse mercado ilegal aumenta a possibilidade de policiais e representantes do governo serem corruptos (MILLEN, 2019). Mais e mais cidadãos foram presos e apreendidos por crimes que antes não existiam. Em outras palavras, a criminalização e encarceramento em massa de múltiplas gerações de pessoas pobres e negras foi facilitada. Para os legisladores, as lições aprendidas da proibição do álcool não se

aplicam às “drogas”. Somente no governo Obama, em 2010, que foi decretado o fim da guerra às drogas. Em agosto do mesmo ano, cerca de 12 mil presos foram liberados, em razão de uma lei suavizadora. Em 2012, a Casa Branca apresentou um Plano Nacional de Drogas que, pela primeira vez, priorizava o tratamento e a prevenção e colocava em segundo plano a prisão e a condenação dos consumidores de drogas (GOMES, 2012).

A política em relação ao uso e comércio de drogas no Brasil sempre esteve alinhada, no contexto mundial, aos Estados Unidos, desenvolvendo ações de repressão ao tráfico. Essa tendência vem desde os tempos de colônia. As Ordenações Filipinas, de 1603 (Senado Federal, 2019), já previam penas de confisco de bens e degredo para a África para os que portassem, usassem ou vendessem substâncias tóxicas. Posteriormente o país aderiu à Conferência Internacional do Ópio, de 1912. As pautas de segurança e saúde pública desenvolvidas pelos tratados internacionais, foi fielmente traduzida para a legislação nacional. Já em 1940, o Código Penal brasileiro confirmou a opção de não criminalizar o consumo, mas com o golpe militar de 1964 e a Lei de Segurança Nacional, os traficantes foram equiparados aos inimigos internos do regime. Em 1973, o Brasil aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos e, com base nele, baixou a Lei 6.368/1976, que separou as figuras penais do traficante e do usuário. A lei também fixou a necessidade do laudo toxicológico para comprovar o uso. Com a constituição de 1988, o tráfico de drogas se tornou crime inafiançável e sem anistia. Em seguida, a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) proibiu o indulto e a liberdade provisória e dobrou os prazos processuais, com o objetivo de aumentar a duração da prisão provisória. Já a Lei de Drogas eliminou a pena de prisão para o usuário e o dependente, ou seja, para aquele que tem droga ou a planta para consumo pessoal. E também passou a distinguir o traficante profissional do eventual, que trafica pela necessidade de obter a droga para consumo próprio e que passou a ter direito a uma sensível redução de pena. (Lei 11.343/06).

Já a criação da Força Nacional de Segurança e as operações nas favelas do Rio de Janeiro, iniciadas em 2007 e apoiadas pelas Forças Armadas, seguidas da implantação das unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), reforçaram a repressão e levaram a presença do Estado a regiões antes entregues ao tráfico, não apenas atendendo às críticas internacionais, como também como preparação para a Copa do

Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em suma, existe um desejo persistente do Governo ou esforços mal sucedidos no sentido de banir ou controlar o uso de certas substâncias, há no cenário brasileiro uma reprodução dos mesmos erros históricos, que traz consigo mais injustiça para um país escravocrata e estruturalmente classista (JÚNIOR, 2015).

## **10. Questão dos presídios**

Quando é discutida a criminalização de uma atividade qualquer há implicações diretas de cunho legal voltadas àqueles que cometem delitos relacionados a esse crime. No caso do crime de Tráfico de Entorpecentes, as penas previstas pelo Código Penal chegam a 15 anos de reclusão e compunham 32,6% dos delitos dos presídios brasileiros em 2017, o que, em termos quantitativos, atinge cerca de 182.779 brasileiros (G1). Assim, dada a expressividade desse delito nos tribunais, evidencia-se a necessidade de analisar a demografia das pessoas que compõem tal dado, a situação de vida sob a qual elas estão inseridas dentro das penitenciárias, os custos de manutenção delas, quais são suas atividades exercidas durante a pena e os projetos de mudanças que se encontram no Congresso referentes aos presídios para que seja possível entender como a Guerra às Drogas está afetando tal parcela da população.

Deve-se pontuar, inicialmente, que a demografia dos presídios do Brasil mostra com clareza que as populações vulnerabilizadas são mais atingidas pelas políticas carcerárias. Dado do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) de 2019 aponta que 67% das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) são negras, apesar de comporem 53,92% da população geral, conforme mostram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e apenas 31% das PPL são brancas, mesmo compondo 45,22% da população. Além disso, a maioria dos presos são jovens, compondo 56% desse grupo, conforme mostrou o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014, e de escolaridade baixa, já que 75% deles sequer começaram a cursar o ensino médio, como mostrou o Ministério da Justiça no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Não por acaso, ainda, a população afrodescendente é a que mais sofre com o desemprego, dado que 16% desses não possuem um trabalho, enquanto “apenas” 12,7% dos caucasianos enfrentam essa questão (IBGE). Ou seja, as políticas voltadas ao tratamento dos cidadãos encarcerados têm o poder de afetar uma parte da população que teve acesso a poucas

oportunidades de estudo e emprego. Portanto, torna-se fundamental compreender o estado no qual se encontram as cadeias brasileiras para que seja entendida como se dá a reabilitação (ou a falta dela) das pessoas que nela vivem.

Ao analisar os presídios brasileiros, percebe-se que há uma situação catastrófica de múltiplas agressões aos Direitos Humanos (Câmara dos Deputados). 89% das Pessoas Privadas de Liberdade estão em presídios superlotados (Anistia Internacional). Além da simples falta de espaço, que leva essas pessoas a dormir no chão, ou, em casos extremos, a revezar o tempo que cada um pode sentar nele, enquanto os outros ficam em pé; a falta de itens básicos para a dignidade de cada pessoa, como absorventes, que são substituídos pelas presas por improvisos feitos com pães velhos, inseridos nos canais vaginais das presas para que seja feita a coleta do sangue, e papéis higiênicos, que, devido à quantidade insuficiente distribuída, são trocados por jornais.

Drauzio Varella, que há 30 é médico voluntário em penitenciárias, em “Estação Carandiru”, (1999), explica que, ao chegar no presídio, os detentos recebem um kit com uniforme, toalha e sabonete, mas esse não é repostado ao longo do tempo de pena, o que cria o comércio interno para aqueles que têm condições financeiras e situações subumanas para aqueles que não têm. Além disso, em seu próprio canal do Youtube, Varella denuncia que a superlotação impossibilita o controle por parte dos agentes carcerários e o transfere às facções, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Com isso, as unidades prisionais se tornam uma verdadeira “escola do crime”, nas quais os líderes das organizações criminosas continuam a controlar o tráfico com poucas dificuldades e, ainda, conseguem recrutar novos integrantes para os próprios grupos, visto que, em muitos casos, se filiar a uma “irmandade” desse tipo é necessário para a sobrevivência no cárcere, levando pessoas que cometeram crimes menores a se articularem com facções e a voltarem à sociedade trazendo maior riscos aos cidadãos do que causavam antes, o que é evidenciado pelos dados do IPEA que mostram uma reincidência criminal de 24% por cento dos delinquentes brasileiros.

### **11. O III Levantamento Nacional Domicílios sobre o uso de drogas e as comunidades terapêuticas**

É enraizada no senso comum da população brasileira a ideia de que supostamente existiria uma epidemia de uso de drogas no país. Endossado por autoridades das três camadas do governo, entre elas o ministro da Cidadania Osmar Terra (2019), esse discurso foi provado equivocado por uma pesquisa concluída pela Fundação Oswaldo Cruz, a qual acabou por ser descartada e censurada por autoridades do governo Temer.

No III Levantamento Nacional Domiciliar Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira da Fundação Oswaldo Cruz (2017), foram consultadas 16.273 pessoas em 351 cidades e analisado o consumo dos brasileiros de drogas lícitas e ilícitas. Na pesquisa, foi constatado que 9,9% dos brasileiros fizeram uso de drogas ilícitas alguma vez na vida, 3,2% o fizeram no último ano e 1,7% o fizeram nos últimos 30 dias. Em relação ao crack, droga que recebe grande destaque dos políticos que pregam a existência de uma epidemia de uso de drogas, foi usado por 0,9% dos entrevistados por algum ponto da vida, 0,3% no último ano e 0,1% no último mês. Em entrevista ao *The Intercept Brasil* sobre o estudo, pesquisadores do assunto afirmaram que tais índices são, de fato, preocupantes, entretanto não configuram uma epidemia.

Tal disparidade entre o discurso político e os fatos mostrados pela pesquisa é a provável razão do descarte dela, apesar de o governo afirmar que o fez por conta de supostos erros de metodologia. A relação entre a rejeição dos dados e fatores políticos fica clara quando se analisa a forte relação de defensores da suposta epidemia, como Osmar Terra, e igrejas ligadas a Comunidades Terapêuticas (CTs), a qual é deixada pública, como ficou evidente no dia em que o ex-ministro apresentou ações de prevenção às drogas a pastores e, ao se referir às CTs, disse: “É um trabalho que precisa ser apoiado. Muitas das igrejas atuam em comunidades terapêuticas e estamos aumentando o convênio com elas, ajudando a melhorar a situação e proporcionando mais qualidade de vida à população” (2019).

As comunidades terapêuticas, de acordo com reportagem do site do Ministério da Saúde (2018):

“são instituições que acolhem dependentes de substâncias químicas que agem principalmente no sistema nervoso central (...), o objetivo dessas comunidades terapêuticas é oferecer apoio para que essas pessoas interrompam o uso desse tipo de substância e (...) organizar uma retomada da vida social”.

De acordo com a nota técnica do IPEA “Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras”, as cinco atividades mais utilizadas no processo diário de recuperação são: limpeza e organização das CTs (presente em 95% das instituições); palestras (usadas em 93,6% das comunidades); atividades físicas (utilizada por 90,7% dos centros); trabalhos de cozinha (89,5%) e leitura da bíblia (89%). Tamanha presença de atividades de cunho religioso pode ser facilmente explicada pelo caráter espiritual desses locais: de acordo com a mesma pesquisa, apenas 17% deles não possuem qualquer orientação religiosa específica, o que também transparece o objetivo de conversão de novos fiéis que é, muitas vezes, um dos objetivos desses espaços. A exemplo disso, tem-se o caso da Comunidade Terapêutica Jovem Maanaim, ligada à igreja evangélica, que, conforme mostra uma reportagem da BBC Brasil, concede a reabilitação apenas àqueles que forem convertidos à igreja, apesar de receberem dinheiro público para a manutenção do espaço.

Somado a isso, são diversos os exemplos de abusos e violências contra os pacientes das Comunidades Terapêuticas. No caso da Comunidade Terapêutica Centrada-Credeq (Levy, 2019), na qual uma visita do Ministério Público Federal e da Secretaria de Saúde de Minas Gerais flagraram evidências de superdosagem de remédios, trabalhos forçados e violências físicas e psicológicas. Um dos exemplos mais assustadores das agressões ocorridas nessa CT era o estabelecimento de punições com o uso do “Quartinho de Observação”, que era basicamente uma solitária, na qual, o paciente era mantido nu com uma dose de comida reduzida e utilizava de um buraco no piso do quarto para urinar e defecar. Evidentemente, essas situações não estão presentes em todas as Comunidades Terapêuticas, entretanto o controle de tais violações são difíceis por serem de responsabilidade das Vigilâncias Sanitárias dos municípios, que possuem poder político e independência reduzidos.

O fator preocupante dessa situação é agravado pela grande presença de recursos públicos. 92% das comunidades recebem verbas públicas de alguma das três esferas de governo (IPEA), número que tem demonstrado uma ascensão devido ao crescimento das influências da bancada cristã na política brasileira. Em 2018, o ex-presidente Michel Temer anunciou o aumento, em mais de 50%, do número de vagas custeadas pelo Governo Federal em comunidades terapêuticas, o que custou R\$ 90 milhões aos cofres públicos. Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que apesar da aparente preferência do governo pelas Comunidades Terapêuticas, existe a alternativa

dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os quais, de acordo com a Fundação Oswaldo Cruz, “são unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Os centros oferecem um atendimento interdisciplinar, composto por uma equipe multiprofissional que reúne médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros especialistas.”.

Desse modo, pode-se concluir que as políticas antidrogas aplicadas pelas autoridades governamentais há anos findam a viabilização de lucros exorbitantes por partes de poucos e em detrimento do sofrimento de muitos. Apesar de causar o encarceramento em massa da parcela mais vulnerável da população econômica e socialmente, e fazer muito pouco para que essa passe a ter acesso aos direitos básicos de dignidade, formação profissional e emprego que sempre lhe foram negados, o sistema judiciário, caso após caso, mostra-se inapto de punir as pessoas que, de fato, lucram com os bilhões gerados pelo tráfico de substâncias ilícitas. Além disso, as autoridades brasileiras insistem em não dar o devido destaque ao modelo de tratamento humanizado oferecido pelas CAPS e em priorizar o modelo das Comunidades Terapêuticas que fazem diversas agressões aos Direitos Humanos, mas são utilizadas como ferramenta política por parte de alguns setores religiosos. Assim, pouco resta à população geral, além de uma baixa perspectiva de melhoras e a permanência de um sistema que permanece a violentar milhares de brasileiros a cada ano.

## **12. Considerações finais**

Como demonstrado até aqui, o debate em torno da legalização ou não de alguns grupos de opióides e psicoativos visando apenas as restritivas questões éticas e morais é simplista e pouco eficaz do ponto de vista do agregado de fatores que compõem a sociedade. Aspectos políticos, econômicos e sociais, quando analisados na perspectiva brasileira, apontam para um engessamento das discussões com o intuito de que prevaleça o escopo já estabelecido. Para os mais diversos grupos que constituem essa hierarquização multi segmentada existe um predomínio de ideias que contribuem para a prevalência na situação residente, mesmo que, como apresentado ao longo desse discorrimento, existam estudos e pensadores de diversas áreas que já atestam a

necessidade de um esforço geral pela mudança de *status* do mercado de drogas no Brasil.

Em suma, o amadurecimento nos debates e nas conduções acerca desse tema impactaria positivamente os diversos setores do mercado gerando uma enorme contribuição para a sociedade. Tendo em perspectiva uma possível decisão governamental, como a legalização de algumas substâncias, decorreria aspectos como a diminuição do gasto público com combate ao grupos de drogas menos ofensivos, aumento da receita de impostos considerando aumento do consumo legal, novas diretrizes para o tratamento de dependentes químicos e desmantelamento de facções e grupos que arrecadam com o consumo ilegal e financiam, por exemplo, o tráfico de armas. Para tanto, espera-se uma afluência generalizada dos diversos agentes sociais para que as discussões, quando propostas, sejam dimensionadas e referidas com bases científicas e estatísticas de modo a propiciar uma tomada de decisão livre de demanda parcial e atípica, que beneficie apenas os preceitos de uma parcela da população.

### Referências bibliográficas

DONAHUE. National Geographic. 2019. **Maconha já era fumada há pelo menos 2,5 mil anos, revela nova pesquisa.** Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/06/encontradas-evidencias-de-fumo-de-maconha-ha-25-mil-anos>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARRETO, L. A. A. de S. **A maconha (Cannabis sativa) e seu valor terapêutico.** 2002. 37p. Monografia (Graduação - Ciências Biológicas) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília.

MENG REN. Science Advances. 2019. **The origins of cannabis smoking: Chemical residue evidence from the first millennium BCE in the Pamirs.** Disponível em: <https://advances.sciencemag.org/content/5/6/eaaw1391>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DUARTE. ARTIGO ESPECIAL **Uma Breve História do Ópio e dos Opióides \* Opium and Opioids: A Brief History.** Rev Bras Anestesiol. 2005; 55: 1: 135 - 146.

BOCCIA. **Drogas: Um subterfúgio; Ópio.** 2010. Disponível em: <http://diganaoasdrogas-ufba.blogspot.com/2010/05/>. Acesso em 20 jan. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **As drogas na sociedade** - Revista Igualdade XLI. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=457>. Acesso em 20 jan. 2021.



CHALOULT, L. **Classificação das drogas psicotrópicas**. 1971. Disponível em: <https://www2.unifesp.br/dpsicobio/drogas/classifi.htm>. Acesso em 20 jan. 2021.

HILLGARTH, J. N. **Christianity and Paganism, 350-750: The Conversion of Western Europe**. University of Pennsylvania Press.

CARLINI, Elisaldo Araújo. **A história da maconha no Brasil**. J. bras. psiquiatr., Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852006000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000400008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0047-20852006000400008>.

**CONTRACULTURA: HISTÓRIA DE SUBVERSÃO E UNDERGROUND**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/contracultura-historia-subversao-underground.htm>. Acesso em 25 jan. 2021.

TEIXEIRA, L. D. S. IMPACTO ECONÔMICO DA LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL. **Consultoria Legislativa**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-59, ago./2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema10/impacto-economico-da-legalizacao-das-drogas-no-brasil>. Acesso em: 5 dez. 2019.

MACHADO, J. B. M; **Impactos econômicos da legalização da cannabis: a experiência do colorado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. p. 1-135.

TEIXEIRA, L. D. S. IMPACTO ECONÔMICO DA LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL. **Consultoria Legislativa**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-40, abr./2016. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema10/2016\\_4682\\_impacto-economico-da-legalizacao-da-cannabis-no-brasil\\_luciana-adriano-e-pedro-garrido](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema10/2016_4682_impacto-economico-da-legalizacao-da-cannabis-no-brasil_luciana-adriano-e-pedro-garrido). Acesso em: 18 dez. 2019.

BORGES, Lucas Dotto; **Aspectos Econômicos da Guerra às Drogas: Uma análise econômica de um problema social**. 1. ed. São Paulo: Direito GV, 2017. p. 1-13.

HAWKEN, Angela. **Economies of Scale in the Production of Cannabis**. BOTEC Analysis Reports, 2013. Disponível em: [http://liq.wa.gov/publications/Marijuana/BOTEC%20reports/5c\\_Economies\\_Scale\\_Productio\\_n\\_Cannabis\\_Oct-22-2013.pdf](http://liq.wa.gov/publications/Marijuana/BOTEC%20reports/5c_Economies_Scale_Productio_n_Cannabis_Oct-22-2013.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

HUDAK, John & WALLACK, Grace. **Ending the U.S. government's war on medical marijuana**. Center of Effective Public Management at Brookings, out. 2015. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2015/10/20-war-on-marijuanaresearch-hudak-wallack/ending-the-us-governments-war-on-medical-marijuana-research.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

LSE EXPERT GROUP ON THE ECONOMICS OF DRUG POLICY. **Ending the Wars on Drugs**. London School of Economics and Political Science, maio 2014. Disponível

em: <https://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/LSE-IDEAS-DRUGS-REPORTFINAL-WEB.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MIRON, Jeffrey A. & WALDOCK, Katherine. **The Budgetary Impact of Ending Drug Prohibition**. Cato Institute, 2010. Disponível em: <http://object.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/DrugProhibitionWP.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BBC BRASIL. **Governo federal financia entidades para dependentes químicos denunciadas por maus-tratos e irregularidades**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48628172>. Acesso em: 5 mar. 2020.

DOCUMENT CLOUD. **III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Pela População Brasileira**. Disponível em: <https://www.documentcloud.org/documents/6111419.html#document/p1>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ESTADÃO. **56% dos presos do Brasil são jovens**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,56-dos-presos-do-brasil-sao-jovens--aponta-levantamento,1711908>. Acesso em: 7 mar. 2020.

ESTADÃO. **Maioria dos presos é jovem negra e de baixa escolaridade**. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-dos-presos-e-jovem-negra-e-de-baixa-escolaridade,70002113030>. Acesso em: 26 fev. 2020.

EXAME. **Com crise, desemprego subiu mais entre pretos e pardos, diz IBGE**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/com-crise-desemprego-subiu-mais-entre-pretos-e-pardos-diz-ibge/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FIOCRUZ. **Você sabe o que são os Caps e como eles funcionam?**. Disponível em: <http://www.fiotec.fiocruz.br/index.php/noticias/projetos/5324-voce-sabe-o-que-sao-os-caps-e-como-eles-funcionam>. Acesso em: 5 mar. 2020.

INDEPENDENT. **HSBC: The drug world's local bank**. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/business/analysis-and-features/hsbc-the-drug-worlds-local-bank-8406737.html>. Acesso em: 29 fev. 2020.

INTERCEPT. **A VIDA DOS INTERNOS EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS É PULAR DE INFERNO EM INFERNO**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/05/30/comunidades-terapeuticas-internos/>. Acesso em: 3 mar. 2020.

INTERCEPT. **A VIDA DOS INTERNOS EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS É PULAR DE INFERNO EM INFERNO**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/05/30/comunidades-terapeuticas-internos/>. Acesso em: 4 mar. 2020.

INTERCEPT. **'NEM CADEIA TEM ISSO'**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/10/tratamento-drogas-governo/>. Acesso em: 4 mar. 2020.



IPEA. **Nota Técnica - 2017 - março - Número 21 - Diest.** Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29865](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29865). Acesso em: 24 fev. 2020.

IPEA. **PERFIL DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS BRASILEIRAS.** Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/20170418\\_nt21.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf). Acesso em: 3 mar. 2020.

IPEA. **Relatório de reincidência criminal.** Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611\\_relatorio\\_reincidencia\\_criminal.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf). Acesso em: 23 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Osmar Terra apresenta ações de prevenção às drogas em encontro com pastores.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/marco/osmar-terra-apresenta-acoes-de-prevencao-as-drogas-em-encontro-com-pastores>. Acesso em: 3 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Comunidades Terapêuticas: Governo amplia acolhimento para dependentes químicos.** Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44488-governo-amplia-acolhimento-para-dependentes-quimicos-comunidades-terapeuticas>. Acesso em: 5 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde mental: o que é, doenças, tratamentos e direitos.** Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS MINISTÉRIO DA. **Ministros assinam documento que prevê quase 11 mil vagas em instituições para dependentes químicos.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/marco/ministros-assinam-documento-que-preve-quase-11-mil-vagas-em-instituicoes-para-dependentes-quimicos>. Acesso em: 2 mar. 2020.

NEXO. **A desigualdade racial do mercado de trabalho.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/13/A-desigualdade-racial-do-mercado-de-trabalho-em-6-gr%C3%A1ficos>. Acesso em: 25 fev. 2020.

O GLOBO. **Código Penal Militar prevê pena máxima de cinco anos de prisão para tráfico de drogas.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/codigo-penal-militar-preve-pena-maxima-de-cinco-anos-de-prisao-para-traffic-de-drogas-23765755>. Acesso em: 1 mar. 2020.

QUARTZ. **Why weren't HSBC's money-laundering penalties bigger?.** Disponível em: <https://qz.com/36509/why-werent-hsbcs-money-laundering-penalties-bigger/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. **Guerra à pesquisa.** Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/31/estudo-drogas-censura/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

VEJA. **5,2 milhões de brasileiros estão desempregados há mais de um ano.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/52-milhoes-de-brasileiros-estao-desempregados-ha-mais-de-um-ano/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

PIAUÍ. **#LupaAqui: ‘A reincidência atinge mais de 70% dos presos no Brasil’?** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/12/lupaaqui-a-reincidencia-atinge-mais-de-70-dos-presos-no-brasil/>. Acesso em: 7 mar. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **As drogas na sociedade.** Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-457.html>. Acesso em: 1 mar. 2020.

PORTAL EDUCAÇÃO. **A origem das drogas na história.** Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-origem-das-drogas-na-historia-e-seu-surgimento-no-brasil/60298>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Drogas: Breve contextualização histórica e social.** Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/drogas/drogas-breve-contextualizacao-historica-social.htm>. Acesso em 2 mar. 2020.

BBC BRASIL. **A verdade sobre o abuso de drogas na Antiguidade, revelada pela ciência.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50054394>. Acesso em 28 fev. 2020.

SENAD. **A história e os contextos socioculturais do uso de drogas.** Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201705/20170509-101847-002/pagina-02.html>. Acesso em 2 mar. 2020.

STUART MCMILLEN. **Guerra às drogas.** Disponível em: <http://www.stuartmcmillen.com/pt/comic/guerra-as-drogas/>. Acesso em 6 mar. 2020.

CIC, UNB. **Histórico das drogas.** Disponível em: <https://cic.unb.br/~fatima/imi/imi200/r/Inicio/Drogas/Historico.htm>. Acesso em 21 fev. 2020.

SENADO. **História do combate às drogas no Brasil.** Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/iniciativas-do-governo-no-combate-as-drogas/historia-do-combate-as-drogas-no-brasil.aspx>. Acesso em 6 mar. 2020.

G1 GLOBO. **Lei Seca.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/02/03/lei-seca-nos-eua-como-norma-de-100-anos-atras-ainda-influencia-a-complicada-relacao-dos-americanos-com-o-alcool.ghtml>. Acesso em 4 mar. 2020.

JUS BRASIL. **É hora de acabar com a guerra às drogas.** Disponível em: <https://direitoeliberdade.jusbrasil.com.br/artigos/135658196/e-hora-de-acabar-com-a-guerra-as-drogas>. Acesso em 4 mar. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. **A guerra às drogas não funciona. O que podemos aprender com o seu fracasso?** Disponível em:



<https://theintercept.com/2019/01/17/guerra-as-drogas-fracasso/>. Acesso em 7 mar. 2020.